

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

POLLYANNA BARROS BRÊTAS

OBSERVADOR EM PRIMEIRA PESSOA:
um desafio epistemológico na “tradução da realidade”

Rio de Janeiro

2016

Pollyanna Barros Brêtas

OBSERVADOR EM PRIMEIRA PESSOA: um desafio epistemológico na
“tradução da realidade”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/ECO)
como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker

Rio de Janeiro
2016

CIP - Catalogação na Publicação

B844o Brêtas, Pollyanna Barros
Observador em primeira pessoa: um desafio
epistemológico na "tradução da realidade" /
Pollyanna Barros Brêtas. -- Rio de Janeiro, 2016.
170 f.

Orientadora: Beatriz Becker.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação,
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, 2016.

1. Jornalismo. 2. Testemunho. 3. Digital. I.
Becker, Beatriz, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pollyanna Barros Brêtas

Observador em primeira pessoa: um desafio epistemológico na “tradução da realidade”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2016.

Examinada por

Profa. Dra. Beatriz Becker - orientadora

Pós-Doutora pela Goldsmiths, University of London
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Paulo Vaz

Pós-Doutor pela University of Illinois, Chicago
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky

Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFRJ

Agradecimentos

À minha mãe, que, com amor, sempre esteve ao meu lado, apoiando e incentivando cada passo desta jornada, sem nunca deixar de acreditar em sua filha. Ao meu pai, pelo carinho e amizade. Ao Júlio, meu companheiro, cúmplice e amigo, por restaurar todos os dias o meu sorriso. À professora Beatriz Becker, que ao longo destes dois anos foi muito mais que orientadora deste trabalho, por tornar o processo ainda mais enriquecedor, por compartilhar sua experiência e conhecimento sobre jornalismo e sobre a vida, de forma doce, gentil e sempre atenciosa. À esta Escola, que há onze anos me acolheu generosamente e continua semeando em mim o gosto pela pesquisa e pela literatura.

Resumo

BRÊTAS, Pollyanna. *Observador em primeira pessoa: um desafio epistemológico na “tradução da realidade”*. Rio de Janeiro, 2016. Orientadora: Beatriz Becker. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Essa Dissertação investiga práticas de construção da narrativa do sofrimento em textos jornalísticos, nos quais se observa uma crise de identidade do jornalista como mero observador e mediador da realidade social. Ele passa a ocupar espaço central da narrativa em um lugar que legitima sua autoridade, a partir de suas próprias experiências. O resgate da credibilidade do jornalista estaria relacionado à sua saída do lugar de testemunha para ocupar o lugar do testemunho e de vítima do acontecimento relatado. Revela-se o surgimento de uma nova retórica alçada pelo individualismo como estratégia argumentativa, na qual o relato da vítima dificilmente é analisado de modo crítico. Esta reflexão crítica está amparada nos resultados encontrados por meio de uma exploração cartográfica realizada pela autora em artigos publicados na imprensa brasileira em veículos de grande circulação no Rio de Janeiro e São Paulo durante dois anos. As entrevistas em profundidade realizadas com repórteres desse gênero de reportagem ainda colaboram para a compreensão dessa mudança na posição discursiva do repórter na atualidade, o que implica repensar também desafios da prática jornalística contemporânea.

Palavras-chave: Jornalismo; Testemunho; Digital.

Summary

This Dissertation investigates narrative construction practices in journalistic texts, in which we observe an identity crisis of the journalist as a mere observer and mediator of social reality. Journalist now occupies the central space of the narrative in a place that legitimizes their authority from their own experiences. The rescue the credibility of the journalist could be related to his departure from the witness place to take the place of victim of the reported event. It proves to be the emergence of a different rhetoric scope for individualism as argumentative strategy, in which the account of the victim is rarely examined critically. This critical reflection is supported on the findings through a mapping operation performed by the author of articles published in the Brazilian press in general circulation of vehicles in Rio de Janeiro and Sao Paulo for two years. The in-depth interviews conducted with reporters also collaborate to the understanding of this process in the discursive position of reporter now, which also means rethinking challenges of contemporary journalistic practice.

Key words: Journalism; Testimony; Digital.

Sumário

Introdução	9
1. Comunicação e Cultura no século XXI	24
1.1. Os discursos midiáticos e as singularidades dos relatos jornalísticos.....	25
1.2 Gênero jornalístico.....	32
1.3 Transformação das práticas jornalísticas na Era da Digitalização.....	34
1.4 Mudança na posição do sujeito.....	39
1.5 Objetividade x Subjetividade: um desafio na “tradução da realidade”.....	42
1.5.1 A reboque da tecnologia.....	47
1.5.2 Desenfocamento da subjetividade.....	49
2. Observador em primeira pessoa: construções do discurso jornalístico	51
2.1 O lugar do testemunho na reportagem.....	53
2.2. Primeira pessoa.....	55
2.3 Discurso do sofrimento do observador.....	59
2.4 Prática incipiente.....	62
3. Percurso Metodológico	64
3.1. Revisão bibliográfica.....	65
3.2 Cartografia e mapeamento.....	67
3.3 Entrevistas em profundidade.....	72
3.4 Análise qualitativa: definição e aplicação das categorias.....	74
4. Tecendo resultados	78
4.1 Desafios do Jornalismo.....	78
4.2 Público e o íntimo.....	83
4.3 Neoconfissões.....	88
5. Considerações finais	94
6. Referências bibliográficas	99
7. Apêndices	108

Introdução

Na virada do século XX, o jornal *The New York Times* organizava o estilo de reportagem que se consolidou como modelo de prática jornalística em todo o mundo, com uso da técnica da pirâmide invertida. Um formato compacto de apresentação do fato principal respondendo às perguntas: quem, quando, onde e por que, que legitimava a exigência de precisão nos fatos de uma notícia. As técnicas de reportagem se tornariam mais refinadas e inseridas em um contexto histórico (WEINGARTEN, 2010).

Na década de 1960, em meio à discussão sobre “a morte do romance” no gênero literário, o jornalista Tom Wolfe descreve uma tentativa de criar uma “elite cultural, baseada em literatos” de Nova York. Para ele, no entanto, “as esperanças foram frustradas pelo surgimento repentino de outra horda de visigodos, os Novos Jornalistas” (WOLFE *apud* WEINGARTEN, 2010, p.20). Era o chamado do *New Journalism*, que começava a tomar a forma de um movimento de ruptura. Wolfe compara os jornalistas que faziam parte desse grupo com nomes como Charles Dickens, Honoré de Balzac e Henry Fielding, escritores que “retrataram com precisão suas épocas, numa ficção realista social”, segundo Wolfe (*apud* WEINGARTEN, 2010, p.20). O livro “A sangue frio” marcou a chegada de um novo gênero, entre o jornalismo e a literatura, e seu autor Truman Capote o classificou como “romance não ficção”, “ao recriar acontecimentos usando a voz onisciente de um romance” (WEINGARTEN, 2010, p.20).

Foi nessa época que o controverso escritor e jornalista Norman Mailer escrevendo em tom crítico sobre a guerra do Vietnã para falar sobre sua própria experiência em movimentos de resistência usou a “técnica da terceira pessoa”. O estilo narrativo, segundo Mailer, o “libertou dos reducionistas projetos de fatos e assuntos que impediam a reportagem tradicional de examinar” a complexidade de fatos por trás do ato chamado de “a marcha do Pentágono”. Para Weingarten (2010, p.230), “parecia interessante falar de um protagonista chamado Norman Mailer. Por outro, era estranho. É uma maneira bastante divertida de olhar para si mesmo”.

Assim, o Novo Jornalismo constituiu-se de um movimento literário em certo sentido organizado, com inovações técnicas e recursos até então condenados pelos profissionais de redação. Essa corrente foi caracterizada pelo formato da grande reportagem ou no termo em inglês *long report*, e também esteve muito relacionada ao gênero investigativo. A estética da narrativa se concentra no detalhamento e sofisticação do texto descritivo, enriquecido pela pesquisa em documentos e o capricho do

desenvolvimento de um enredo capitaneado pela exploração das personagens e sua contextualização, observa Chaparro (1994) ao mencionar o livro-reportagem, que em geral é um desdobramento do *long report*. Os textos, portanto, são mais longos, mas vão muito além disso, especialmente na dedicação da escolha das fontes de informação que é extremamente criteriosa.

Mais de 50 anos depois do surgimento do New Journalism, hoje na imprensa brasileira, observam-se algumas experiências na grande mídia do deslocamento do lugar do jornalista/mediador para ocupar o espaço do testemunho com a apropriação do discurso de vítima, investido de um estatuto privilegiado de narrativa. Paulo Vaz (2014) preconiza a passagem “do privilégio do testemunho sobre a confissão como forma de discurso autobiográfico”. Para ele, os lugares de diferenciação entre confissão e testemunho foram o poder da ação humana e a relação com o passado individual. Ele observa, no entanto, que o discurso não é mera expressão da subjetividade que o precede. E, para compor sua argumentação sobre a passagem da confissão ao testemunho, Vaz (2014) estruturou seu percurso histórico com a confissão como “forma de discurso autobiográfico decisiva para a constituição da subjetividade desde, ao menos, o Concílio de Trento até a Modernidade”. Já sobre o testemunho ele observa que é o “discurso autobiográfico crucial para a produção da subjetividade contemporânea” (idem).

Para estabelecer a diferenciação entre os conceitos de confissão e testemunho, Vaz (2014) articula sua distinção a partir de transformações culturais recentes nas sociedades ocidentais. Vaz retoma Michel Foucault, em “História da Sexualidade: a Vontade de Saber”, que estabelece a confissão como “ritual de discurso” no qual o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado, discurso no qual se desenrola uma ação de poder. A confissão, observa Vaz (idem), é endereçada ao interlocutor. Já o testemunho “pressupõe a igualdade entre os interlocutores e posiciona o indivíduo”. Seu discurso demanda compreensão e desafia aqueles que não o compreendem, impelindo o interlocutor a tomar partido “ou ele é o tolerante que presta solidariedade, ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda” (Ibidem).

O testemunho também está associado à dificuldade de comunicar uma experiência traumática, na análise de Vaz (2014), fundamentada nas “formas de impor o silêncio” a partir da ameaça ou da indiferença. A partir da década de 1980, quando foi revisado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na sigla em inglês

DSM III, a vítima ganhou um novo estatuto social. No livro “O Império do Trauma”, Didier Fassin (2007) faz um percurso histórico e social permeado pela psicanálise sobre o reconhecimento da autoridade do testemunho daquele que passou por um trauma e como essa narrativa se transforma em verdade até mesmo pelo surgimento de políticas de reparação do sofrimento.

Beatriz Sarlo (2007) analisa a proliferação de relatos de vítimas e testemunhos sobre o regime de exceção na Argentina e em outros países latino americanos. A autora mostra como foi fundamental a composição do discurso em primeira pessoa para a reconstrução da experiência. Ela avalia as características e recursos usados pelo narrador, observando que “atos de memória” podem conter somente uma versão para os fatos e, por isso, serem contestados mais tarde. O ponto central e crítico da análise de Sarlo é a chamada “virada subjetiva” que se seguiu, segundo ela, ao renascimento ou valorização do “eu”, ampliado em sociedades que vivem a subjetividade não só na dimensão íntima, mas em manifestação pública. Ou seja, a partir também da crescente promoção do individualismo. Sarlo também observa o lugar de autoridade da vítima na produção e condução da experiência através da narrativa.

Barsotti (2014, p.39) argumenta que a construção da subjetividade na sociedade burguesa do século XVIII se desenvolve no hábito de escrever diários e cartas, consideradas “escritos da alma”, e de certa maneira por seu intermédio os sujeitos podiam exercer a sua libertação psicológica. A autora retoma Habermas (HABERMAS *apud* BARSOTTI, 2014) ao recordar que a exploração do íntimo também estava ligada à sua exposição pública na medida em que as cartas eram copiadas e impressas. Mas, segundo ela, o romance burguês, gênero típico da época, com sua descrição do íntimo dos personagens, também colaborou para a “subjetividade oriunda da intimidade pequeno familiar que se comunica consigo mesma para entender a si própria” (BARSOTTI, 2014, p.39). Foi também esse gênero que, observa Barsotti, problematizou a narrativa em terceira pessoa, legitimada pela observação crítica e distanciada, afastada da experiência vivida.

A ascensão do romance modernista desconfia da distância entre o eu e o outro, já que “o narrador assumiu muitas vezes um papel autorreflexivo e o próprio papel de narrar começou a ser questionado” (BARSOTTI, 2014 p.40). É nesse momento que as narrativas em terceira pessoa, “que pautaram o paradigma estético da modernidade, começam a dar lugar à primeira pessoa” (BARSOTTI, 2014 p.40). No entanto,

Christopher Lasch observa que o impasse do modernismo estava, na ficção, na literatura e nas artes, relacionado à “subversão da própria possibilidade de individualidade ou da ficção mesma” (LASCH, 1986, p.143). Lasch retoma o estudo sobre romance contemporâneo de John W. Aldridge que fala da “ruptura do vínculo entre o eu e um meio social passível de comprometimento, a gradual diluição da percepção subjetiva e a realidade objetiva” (ALDRIDGE *apud* LASCH, 1986, p.143).

Em certo sentido, o jornalista vem perdendo seu monopólio do lugar de fala privilegiado. A profusão de relatos de fatos sociais e narrativas do cotidiano, deslocados da produção jornalística, impulsionada pelo acesso à Internet e tecnologia móvel de compartilhamento e leitura, precipitou uma crise de identidade e credibilidade. A produção de conteúdo de cunho informativo ou não desafia a prática jornalística e o espectro de como é vista, inclusive pelo próprio jornalista. A ideia de jornalismo comunitário ou jornalismo cidadão, afinados com discursos abandonados pela profissão aprofundou os tensionamentos.

O objetivo desse trabalho é investigar formas de mediação e representação na prática jornalística, especialmente na busca por inovação na linguagem e nos formatos. Com olhar crítico sobre experiências de narrativa em primeira pessoa nos relatos jornalísticos sobre experiências de sofrimento, esta análise busca refletir sobre fraturas nos paradigmas do jornalismo apoiado na objetividade, distanciamento e imparcialidade. Esses princípios passaram a governar o ordenamento e construção de reportagens a partir da reforma na imprensa americana, implementada no Brasil com a introdução do lide no Correio da Manhã, na década de 1950 (SODRÉ, 1999). O formato da “pirâmide invertida” obedecia também ao critério da objetividade, distanciamento e neutralidade à organização da informação no jornalismo, conferindo ares de exatidão e se distanciando de uma prática opinativa e ligada a interesse particulares.

O conceito de objetividade – emergente nos EUA, por volta da década de 1920 – está ligado intrinsecamente, como afirmam Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004: 114-115), a um “método consistente de testar a informação – um enfoque transparente com as provas disponíveis”, necessário para que os “preconceitos culturais ou pessoais” do jornalista não prejudiquem a “exatidão de seu trabalho” (*idem*). Mas isso não faz com que as ações do repórter e do editor sejam neutras. A própria seleção do que será noticiado, por mais que siga padrões preestabelecidos pela imprensa ou, especificamente, por determinada empresa jornalística, pressupõe certa dose de subjetividade (*Ibidem*).

Hoje, porém, contraditoriamente, esses critérios podem contribuir para a perda de credibilidade. Diante das experiências narrativas em formato digital, essas diretrizes estão sendo atualizadas em direções que buscam intensificar a cumplicidade e mobilizar a audiência através da identificação pessoal com os jornalistas. Desse modo, os princípios que regem os discursos jornalísticos estão no centro das reflexões para que essa prática não corra o risco de perder a sua função social. O pano de fundo é o processo de digitalização e a busca por um reequilíbrio de força no agendamento jornalístico.

A pesquisa pretende analisar o deslocamento do lugar do observador/mediador para o testemunho com o formato da narrativa em primeira pessoa em textos jornalísticos e reportagens, focalizando a experiência da dor e/ou do desconforto sofrida pelo próprio jornalista. Hoje, o distanciamento, a objetividade e a imparcialidade do objeto que garantiam fidelidade e credibilidade à narrativa podem ser a denúncia da não experiência, da falta de autoridade e, portanto, da incapacidade de reproduzir a realidade. E a inclusão do testemunho, em primeira pessoa, tende a expressar maior intimidade do jornalista com o fato por ele enunciado, assim como uma busca de cumplicidade com o leitor em uma relação mais simétrica, ainda que essa estratégia nem sempre possa garantir uma prática jornalística de maior qualidade, como será discutido adiante.

Assim, assume-se como hipótese desta pesquisa que o desenvolvimento das tecnologias e suas apropriações sempre produziram transformações nas práticas jornalísticas ainda amparadas na objetividade e na imparcialidade. Mas a incessante busca pela cumplicidade de leitores mais atuantes e segmentados no ambiente midiático na contemporaneidade tende a produzir variações na relação do discurso jornalístico com a verdade e a realidade, como pode ser observado na adoção do testemunho em reportagens da mídia tradicional, uma vez que por meio dessas enunciações, o jornalista passa a exercer o próprio papel da vítima.

A escolha desta temática parte do entendimento da relevância desse debate para os estudos de Comunicação e Jornalismo, uma vez que o desenvolvimento da análise crítica sobre os paradigmas que norteiam a produção jornalística colabora para o entendimento de fenômenos contemporâneos na imprensa brasileira e vai lançar luz sobre o surgimento de novos processos de produção jornalística. Mas o interesse nessa pesquisa também tem origem na própria experiência profissional da autora e parte de

inquietações recorrentes em seu exercício profissional, referentes ao papel do jornalismo e do jornalista como mediador na sociedade contemporânea. Afinal, o jornalismo está irremediavelmente preso à atualidade e ao presentismo, ou seja, à ideia de tempo real ou tempo presente. O que muitos autores classificam como o valor-notícia, ou seja, aquilo que é capaz de transformar um acontecimento em reportagem porque “provoca uma mudança e uma nova organização do seu próprio sistema” (FONTCUBERTA, 1999, p. 15).

A natureza do jornalismo de contador de histórias encerra, portanto, uma contradição em si mesma. Como pode o jornalista falar do presente se seus relatos têm origem num passado, ainda que não muito distante? Walter Benjamin (2010) reconstrói a beleza do anjo da História ao descrever o quadro de Klee, *Angelus Novus*. Ele diz que seus olhos estão dirigidos ao passado, mas algo, uma tempestade o encara fixamente e o arremessa ao futuro, ao qual ele vira as costas. Em sua descrição, ele tem os olhos esbugalhados, a boca e as asas abertas. Seu desejo, observa Benjamin, é acordar os mortos e juntar os fragmentos de ruínas que se amontoam à sua volta frente à inexorável temporalidade dos acontecimentos, o que se convencionou chamar de progresso.

“O Narrador”, ainda na obra de Benjamin (2010), introduz uma discussão acerca da passagem dos paradigmas da modernidade e sua relação com o tradicional. Sustenta que o avanço da cultura moderna, a busca pelo progresso, torna irremediável o desaparecimento da figura clássica do narrador, do contador de histórias que muito se aproxima da narrativa da história oral. O sentido da discussão de Benjamin está apoiado no significado histórico e sociológico desse personagem.

Os jornalistas são um grupo que usa a narrativa como efeito retórico de legitimação, na perspectiva de Barbie Zelizer (1992), e possuem a habilidade de definirem-se como o observador onisciente do mundo real. Apoiada na contribuição de Émile Durkheim, Anthony Giddens e Maurice Halbwachs, ela observa que essa função narrativa de produzir um texto histórico constitui uma efetiva e viável forma para os narradores se posicionarem como uma autoridade cultural. Desse modo, Zelizer examina como os jornalistas têm usado a prática da narrativa também como sinônimo de representação coletiva, compartilhando códigos de conhecimento que nutrem também a autoridade cultural desses profissionais.

De acordo com Miquel Rodrigo Alsina (2009, p.213), “o trabalho do jornalista é muito claro: selecionar os acontecimentos que serão notícia”. O autor reconhece a

problemática dessa atividade profissional e desdobra a definição primária em uma cadeia produtiva ligada à construção social da realidade, perspectiva seguida por outros pesquisadores como Grossi (GROSSI *apud*, ALSINA, 2009), citado pelo próprio Alsina, ao tratar da competência de gerar imagens da realidade coletiva.

Zelizer (1992) se ocupa de uma questão central sobre o que faz do jornalista a pessoa autorizada e com credibilidade de enunciar uma fala/voz especial sobre os acontecimentos. Ela diz que essa contribuição deriva da crença popular que os investe de autoridade, reconhecidos como observadores acreditáveis no mundo real, constituindo uma autoridade cultural (ZELIZER, 1992, p.2-3). Sob essa perspectiva, a autora questiona como os jornalistas deram a eles mesmos a autoridade da voz que fala e conta a história. Nesse percurso temporal em que o jornalista se move, muitas vezes falando sobre o passado como se ele fosse ou estivesse no presente, Zelizer diz que o senso comum erra em pensar que o passado é imutável, invariável e fixo contra todo fluxo e corrente de mudanças do presente. O passado, sentença, é maleável e flexível, está em constante modificação com nossa permanente reinterpretação e nova explicação do que aconteceu.

Utilizando a contribuição de Robert Park, ao tratar a função cognitiva do jornalismo, “o conhecimento acerca de” é o conhecimento racional, que exige um esforço de separar o sujeito do objeto. Pode ser considerado também como um saber científico, onde o conhecimento baseia-se na observação e no fato, segundo ele, verificado, rotulado, sistematizado e ordenado nesta ou naquela perspectiva (PARK, 1966, p.171). A partir desta análise, o autor situa a construção da notícia e a define pelo interesse público. No aspecto comunicacional, a notícia surge como agente que vai transformar a realidade e a experiência do real, ao substituir o curso real dos acontecimentos e das coisas por uma ordem lógica.

Na gestão entre os processos de codificação, percepção e ação está o processo comunicacional. Bateson (1972) se ocupa do processo de interação entre a mãe e seu bebê e os mecanismos de transmissão intergeracional e como essa relação torna-se normativa na organização social. Bateson (1972) observa o duplo vínculo entre os sistemas de interação e sua complexidade já que o ato de comunicar também depende da não comunicação ou daquilo que não foi dito. Ou seja, a mensagem também repousa naquilo que é silenciado, a partir de escolhas conscientes ou inconscientes.

Os quadros de interação e sua interferência na constituição do indivíduo são observados por Erving Goffman (1974) em suas argumentações sobre relações de poder na vida cotidiana. Ele define o conceito de “quadros primários”, dispositivos cognitivos e práticos que orientam a atribuição de sentidos para determinadas situações. Esses quadros, segundo ele, são mais do que esquemas interpretativos porque além de levar à ação do indivíduo também conduzem o sentido da competência comunicativa e a apreensão de papéis sociais, os quais, por sua vez, dependem da sensibilidade para identificação dos próprios quadros primários centrais. Essa percepção de Goffman (1974) é relevante na definição do conceito de enquadramento. Sua incorporação aos estudos do jornalismo, por Gaye Tuchman (1999), auxilia a compreensão do modo como o jornalista promove recorte ou interpretações do real, através da construção da notícia e sua relação com os atores sociais e seus tensionamentos. Porém, para avaliar o deslocamento do lugar de mediação do jornalista, suas causas e efeitos, é preciso situar o contexto em que elas ocorrem e a singularidade nos relatos jornalísticos. Tuchman (1999, p. 74) observa que a objetividade é um “ritual estratégico” que “protege” o profissional de jornalismo.

Nessa investigação as contribuições de Erving Goffman e Beatriz Sarlo são referências teóricas fundamentais, assim como a dos demais autores mencionados na introdução desse trabalho, para refletir, especificamente, sobre o deslocamento do repórter do lugar de testemunho para a posição de vítima mediante um relato do acontecimento construído na terceira pessoa para a primeira pessoa, e, especialmente, como vítima do fato ocorrido.

De acordo com Muniz Sodré, o tratamento conferido aos acontecimentos já importa saberes que interferem na própria realidade do fato. Ele observa que a representação dos fatos “põe em jogo crenças ou pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade” (SODRÉ, 2012, p.39). O autor conclui que o relato jornalístico e seu discurso não são meramente informativos, mas “‘*autoconfirmativo*’, gerador de uma circularidade capaz de modificar os fatos que são objeto da informação”. Cremilda Medina (2007), por sua vez, oferece uma esclarecedora diferenciação entre os atos de descrever e de narrar. O primeiro, ela diz, é linear e lógico, “uma espécie de sumário desenvolvido”. No segundo procedimento, Medina identifica a participação invisível do autor:

Que seleciona traços por ele considerados fundamentais e os põe vivamente em cena, dramatizando-os. É neste sentido que o tempo e o espaço reais, ao serem representados simbolicamente, podem abandonar a logicidade externa, descritiva, em favor de uma dinâmica interna, narrativa (MEDINA, 2007, p.77).

Ao falar da autoridade cultural, Zelizer (1992) defende os atos de autoridade como fontes de uma tecnologia codificada, que guia indivíduos em modos apropriados de ação. Ela se baseia na noção de representação coletiva de Durkheim, que significa que a estrutura coletiva de compreensão do mundo sugere que essa autoridade emana de indivíduos que dão sentido a essa forma de representação. Segundo ela, a Sociologia e a Antropologia sugerem que isso seria uma maneira de unir membros de comunidades.

Zelizer (1992) assume que a autoridade cria comunidades em torno de pessoas que compartilham noções em comum sobre determinado assunto. A autoridade funciona como modo de construção da própria comunidade e é a responsável por mantê-la unida. Mas a pesquisadora se questiona: por que e como os jornalistas estariam interessados em construir sua própria versão sobre eventos públicos/coletivos? E conclui que autoridade é importante não só para o efeito no público, mas também produz efeito entre os próprios comunicadores. A autoridade cultural, de acordo com a sua percepção, ajuda os jornalistas a usar suas interpretações de eventos públicos para moldar sua autoridade comunitária.

De fato, são muitos os mecanismos e instrumentos que auxiliam os jornalistas na construção da imagem de porta-voz autorizado da narrativa do cotidiano. Entre eles, as características de linearidade na constituição da notícia. A partir do fim do século XIX, nos Estados Unidos, adotou-se a política do apagamento gradativo da voz do narrador no jornalismo e um encadeamento “lógico”, temporal e hierárquico na composição dos textos. O objetivo era garantir a credibilidade de seus autores através do distanciamento de seu objeto, marcado pelo lugar de mediador e observador privilegiado, e por uma história carregada de objetividade para garantir a isenção e a credibilidade. Fazia sentido ser assim e promover essas transformações diante de uma profissão que se constituía de vínculos políticos fortes e laços éticos esgarçados (WEINGARTEN, 2010).

Os paradigmas que norteiam até na contemporaneidade a prática jornalística são a imparcialidade e neutralidade, alçadas através de uma suposta reprodução da pluralidade de versões, e a obrigação de dar espaço ao contraditório; a isenção, a partir

da não tomada – pelo menos explícita – de posições em favor ou contra lados conflitantes; objetividade, baseada em um texto estéril de subjetividade e organização segundo um método “científico” que lhe garante acurácia, usando recursos estilísticos de texto e retórica para marcar seu devido afastamento através de sentenças lineares e em terceira pessoa e informações baseadas no relato de testemunhas que estavam na cena a ser descrita. E, por fim, o distanciamento do objeto para que um contato mais próximo não contamine o produto final do trabalho com percepções subjetivas acerca de temas delicados. Todos esses recursos foram incorporados ao jornalismo através de dois grandes eixos. O primeiro corresponde às transformações técnicas e tecnológicas e o segundo, à profissionalização.

Como observa Traquina (2005a), o jornalismo se desenvolveu por um lado como negócio lucrativo e na noção de prestação de serviço público, característica que o fez receber o apodo de Quarto Poder. Sodré (2012, p.55-57) fala em um pacto simbólico entre o “jornal de papel” e a elite oitocentista da época em que os jornais se viam como dispositivos de educação das massas ou de desenvolvimento do pensamento político. A imprensa moderna em fins do século XIX como campo de produção de industrial capitalista, define Sodré (Idem), pôs em primeiro plano a tarefa de informar o público, privilegiando a objetividade profissional nas técnicas do texto e o desenvolvimento dos processos mecânicos e eletrônicos de reprodução das mensagens.

Essas foram por mais de um século as características que moldaram o discurso jornalístico no Brasil e em grande parte do mundo ocidental ao longo de décadas. Seus desígnios ainda constituem a mola propulsora do profissionalismo jornalístico, mas nos últimos anos observa-se a emersão de experiências que desafiam esses paradigmas, as quais acompanham a movimentação do discurso do “eu” em uma sociedade marcada pelo individualismo, pelo esvaziamento do espaço público, como conceito tradicional da expressão onde o debate poderia ser alcançado, e pela intensificação do presente.

Sobre o conceito europeu de esfera pública, Muniz Sodré diz que ele se refere “ao espaço em que a ideologia ou racionalidade e burguesa se materializavam em instituições capazes de gerar discurso político e democrático”. Sodré (2012) observa que o jornalismo é uma das atividades dentro dessa esfera e que em determinados momentos o jornal diário “não gozava de boa consideração”, mas considera que as crises de credibilidade são cíclicas ou transitórias ao citar que “Hegel pôde ver na leitura matinal dos jornais ‘a prece do homem moderno’” (SODRÉ, 2012, p.11).

Ainda nesse contexto, o surgimento do novo estatuto da vítima em grande medida esvazia a desconfiança acerca de traumas, conferindo a ela um lugar de fala privilegiado. O jornalista se apropria desse lugar, ele próprio como vítima, para legitimar seus relatos através de suas próprias experiências de narrativa como ator social participante de uma experiência traumática, e não mais baseado somente na leitura de terceiros. O impacto desses tipos de ensaios-reportagem publicados recentemente na imprensa também será discutido na reflexão crítica proposta sobre a reconstituição da identidade do jornalista e a sua relação de credibilidade com a sociedade.

Para Sodré (2012), a credibilidade do jornalista está associada em grande medida ao lugar privilegiado que ele ocupa como “mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha”. O autor cita Scannel (*apud* SODRE, 2012) para definir que o lugar da “testemunha é assistir a um acontecimento, ter em consequência um acesso direto, imediato ao que se está produzindo. O fato de estar presente no lugar confere à testemunha direitos morais e de comunicação”. Ele lembra ainda que *Histor* (*apud* SODRE, 2012), que está na etimologia da palavra História, era como a antiga sociedade grega designava a testemunha, que por ter visto o acontecimento, investia-se do direito de narrar (SODRÉ, 2012, p.48).

Estamos admitindo o jornalista também como testemunha, quando na maioria das vezes ele não o é. Em geral, esse porta-voz autorizado do cotidiano ouve as testemunhas dos fatos para reconstruí-los a partir de seus relatos. Genro Filho (1989) caracteriza o ofício como uma forma própria de conhecimento, construído a partir de fatos ou fenômenos da realidade social. De modo que para Sodré (2012) o “jornalista seria, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos” (Idem, p.62).

Esta Dissertação, portanto, propõe uma reflexão sobre a instituição jornalística, a qual conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base no sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. Mas em que bases está amparada essa legitimidade? Como é estabelecida a relação do discurso jornalístico com o real?

O surgimento de uma retórica jornalística baseada no individualismo como estratégia argumentativa põe em risco a credibilidade dos repórteres como mediadores e demanda uma reflexão sobre transformações das características discursivas dos relatos

jornalísticos e das enunciações dos profissionais. Os próprios jornalistas passam a ocupar no texto não apenas a voz da testemunha na terceira pessoa, mas até mesmo a da vítima na primeira pessoa para intensificar vínculos com os leitores e as fontes.

Desse modo, a identidade do jornalista não é constituída pelo exclusivo papel de observador e mediador da realidade social porque ele passa a ocupar espaço central da narrativa em uma posição que legitima sua autoridade, a partir de suas próprias experiências de sofrimento. Neste formato retórico, amparado pelo individualismo como estratégia argumentativa, o relato da vítima dificilmente pode ser analisado de modo crítico. Assim, o resgate da credibilidade do jornalista na atualidade estaria relacionado à sua saída do papel de observador e mediador para ocupar o lugar da principal personagem ou da vítima protagonista do acontecimento.

Apesar de não ser a reinvenção de uma prática, essa experiência reintroduz a construção da narrativa do sofrimento a partir do testemunho, em textos jornalísticos, e demanda uma reflexão sobre as atuais características discursivas do jornalismo. Assume-se como hipótese desta pesquisa que o desenvolvimento das tecnologias e suas apropriações sempre produziram transformações nas práticas jornalísticas ainda amparadas na objetividade e na imparcialidade. Mas a incessante busca pela cumplicidade de leitores mais atuantes e segmentados no ambiente midiático na contemporaneidade tende a produzir variações na relação do discurso jornalístico com a verdade e a realidade, como pode ser observado na adoção do testemunho em reportagens da mídia tradicional, uma vez que por meio dessas enunciações, o jornalista passa a exercer o próprio papel da vítima.

Nesse sentido, identifica-se manifestação de uso da primeira pessoa nos relatos jornalísticos. Observa-se o deslocamento do lugar do repórter que deixa o estatuto de narrador para ocupar o lugar de vítima com a intenção de envolver ou provocar maior envolvimento dos leitores, buscando ainda reafirmar e ampliar sua credibilidade. Porém, o afastamento dos paradigmas do discurso jornalístico tradicional, caracterizado pela objetividade, distanciamento e imparcialidade, pode comprometer a qualidade do jornalismo. A tentativa de personalizar as histórias do cotidiano se aproxima, em certo sentido do *New Journalism*, mas por outro lado reintroduzindo o uso da primeira pessoa, ainda que de forma residual na grande imprensa, pode ser instrumento de proposição da veracidade pela experiência pessoal.

De 2013 a 2015, período em que este projeto foi elaborado e esta pesquisa tem sido desenvolvida, foi possível observar a profusão dessas formas de relato e seu aparecimento em veículos de grande circulação. Anteriormente, as narrativas em primeira pessoa estavam segregadas ao lugar da Opinião – com textos produzidos por colunistas, comentaristas e especialistas, do Editorial – lugar do jornal em que o meio de comunicação se posiciona diante de questões de relevância nacional ou internacional e à crônica – que, para muitos autores, é o gênero jornalístico que mais se aproxima da literatura, “pelo aspecto reflexivo sobre os acontecimentos do cotidiano e caráter ficcional do texto” (RAMOS, 2012, p. 9).

As reportagens analisadas nesta Dissertação foram, portanto, coletadas nesse período, por meio do percurso metodológico proposto por Martín-Barbero (2004), a Cartografia. O *corpus* desta pesquisa é composto por quatro reportagens publicadas na imprensa brasileira entre 2013 e 2015. São estudados textos de dois jornais de grande circulação no país, O Globo e O Estado de S. Paulo, de uma revista de circulação nacional, a Piauí, e de um site de notícias na Internet, a Agência Pública de Notícias, que apesar do nome é uma instituição privada. A matéria analisada da Agência Pública de Notícias é intitulada “Na hora de fazer não gritou”¹. São também observadas a reportagem do jornal O Globo: “Jornalista na linha de fogo”² e a matéria “Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: ‘Acharam ele feio e negro demais’”³ publicada no jornal O Estado de S. Paulo. A quarta matéria analisada é “Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60”⁴, publicada na revista Piauí.

Porém, a análise deste material será amparada não apenas nos estudos de mediação, mas também nas entrevistas em profundidade realizadas com os repórteres dos textos coletados que assumem os relatos dos acontecimentos na primeira pessoa, deslocando sua própria posição de mediador para o papel de vítima. As entrevistas em profundidade constituem-se como uma prática investigativa associada à Antropologia e à Etnografia, como sugerem Cremilda Medina (2007) e Cláudia Lago (2007).

¹ DIP, Andrea. Na hora de fazer não gritou. **Agência Pública de Notícias**, São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em < <http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

² COSTA, Célia. Jornalista na linha de fogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.14, 8 fev 2014.

³ SCOFIELD, Gilberto. Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: “Acharam ele feio e negro demais”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.20, 24 fev. 2015.

⁴ CARRETERO, Nacho. Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60. **Piauí**, São Paulo, Edição 97, p.60-65, out. 2015.

Nos estudos culturais da comunicação, Martín-Barbero propõe que a mediação é aquilo que permite a construção da identidade. Ela está, portanto, na estrutura da sociedade e da cultura e é cultural, explica ele, porque é fundamentalmente simbólica. A comunicação nessa perspectiva é um espaço simbólico, no qual a própria constituição do ser é mediada pelos gêneros discursivos. O autor demonstra como a centralidade da comunicação é contraditória, e faz um alerta sobre o esvaziamento das relações de poder. Martín-Barbero sugere ainda uma ruptura com o midiacentrismo. Neste trabalho, serão observadas as articulações propostas no mapa das mediações de Martín-Barbero, a partir das noções de institucionalidade, sociabilidade, ritualidade e tecnicidade.

No texto “Antropologia e Jornalismo: uma questão de método”, Lago (2007, p.23) observa que não é possível dissociar comunicação de cultura e sugere a etnografia e a imersão do pesquisador a partir da descrição aprofundada “como uma forma humanizada de encontrar respostas na observação participante”. A observação participante pode ser entendida como método no qual há contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado por meio de sua inserção no ambiente ou contexto (PERUZZO, 2005).

Mas para esta pesquisa escolhemos realizar as entrevistas em profundidade porque nos permitem, como propõe Lago (2007) e Medina (2007), usar diferentes tipos de vozes na construção em nossa própria narrativa e na análise aqui realizada. Medina ressalta que os padrões de produção jornalística correlatos à contingência da presentificação e da periodicidade resultam em aproximações superficiais, mas que contribuem com algumas facetas de verdade possível. Por isso, ela sugere que o “domínio do jornalismo é o real aparente e imediato” (MEDINA, 2007, p.18-45), mas as entrevistas colaboram para a constituição de um perfil humanizado nas narrativas. Além de descrever os tipos de entrevista possíveis na pesquisa em Comunicação, a autora sugere ainda que as entrevistas nos auxiliam a compreender conceitos, valores, comportamentos e o histórico de vida dos entrevistados, os quais de maneira consciente ou inconsciente, passam, desse modo, a se fazerem presentes na subjetividade que atravessa os textos. Medina (2007, p.18-45) alerta, porém, que na tentativa de compreender o fenômeno da comunicação “ao se tratar do Homem, seja ele personagem ficcional ou fonte de informação, não há como desvincular essa ambiguidade entre o real e o sonho, o objetivo e o subjetivo”.

Assim, a Dissertação é estruturada em sete capítulos, em acordo com o Sumário apresentado. No primeiro capítulo, será abordada a constituição dos discursos midiáticos e as transformações da prática jornalística diante do desenvolvimento e do uso de tecnologias, os quais influenciam o exercício da profissão na atualidade. Mas antes de avaliar o deslocamento do lugar de mediação do jornalista, suas causas e efeitos, é preciso situar o contexto em que elas ocorrem e a singularidade das práticas jornalísticas contemporâneas.

No segundo capítulo, vamos explorar a constituição do jornalista como intérprete ou porta-voz autorizado do real. Para isso será fundamental a contribuição de Anthony Giddens (1991) na identificação dos jornalistas como um grupo que usa a narrativa com efeito retórico de legitimação. Além disso, discutiremos como a credibilidade profissional foi desafiada pelo surgimento de meio eletrônico polifônico que, em certa medida, tenciona a autoridade de fala do repórter. Nesse sentido, refletiremos sobre a “guinada subjetiva” dos jornalistas como estratégia argumentativa, adotando o discurso de sofrimento, a partir do conceito de Beatriz Sarlo (2007).

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre a revisão bibliográfica norteia o mapeamento cartográfico realizado, baseado nos estudos de mediação e também vai amparar a escolha das categorias que serão aplicadas no estudo de reportagens baseadas no testemunho. A pesquisa de campo é constituída por entrevistas em profundidade com os jornalistas que publicaram essas matérias para sistematizar suas experiências profissionais.

Os resultados da análise, expostas no quarto capítulo, discutem mudanças nas posições do sujeito e seu impacto na reinvenção da prática profissional, assim como as transformações da linguagem jornalística. No quinto capítulo, nas Considerações Finais, relacionaremos as questões que motivam o estudo com os desafios das práticas jornalísticas contemporâneas sob o impacto do desenvolvimento e dos usos das tecnologias digitais. Por fim, apresentamos as referências bibliográficas e os Anexos, correspondentes, respectivamente, aos capítulos 6 e 7. Esta pesquisa reflete questão sobre relevante para as pesquisas em Comunicação e para os estudos de Jornalismo, em sintonia com a linha de Mídia e Mediações do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/UFRJ) por contribuir para a compreensão das práticas jornalísticas na atualidade como fenômenos culturais.

1. Comunicação e Cultura no século XXI

Os meios de produção e reprodução de notícias passam por agudas transformações em todas as etapas da cadeia produtiva. O ritmo dessas mudanças, como em outras ocasiões, é coordenado pelo avanço e velocidade de novas tecnologias, mas também reflexo de processos sociais. A circulação de informações, os desdobramentos do fato, o repórter e sua narrativa estão no eixo central desse processo. O que discutimos nesse trabalho é a ascensão do testemunho no jornalismo, e como a utilização de textos em primeira pessoa marca essa manifestação em relatos de sofrimento. O deslocamento do estatuto da vítima, nos últimos 30 anos, colaborou para esse processo que desafia os paradigmas do jornalismo, de distanciamento, impessoalidade e objetividade.

Há 66 anos, a imprensa brasileira era sacudida por novos ares. Ares de modernidade que vinha de fora. O processo de transformação era importado do jornalismo americano e significava muito mais do que uma mudança estética. As premissas buscavam sobretudo distanciamento em relação à literatura. As práticas discursivas e reformas gráficas e editoriais fundaram a separação da informação e da opinião. O que conferiu unidade básica a esse modelo foi uma espécie de restrição ao código linguístico para aumentar a comunicabilidade e facilitar a produção de mensagens.

As regras de redação, além disso, supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade (e o ocultamento do sujeito da enunciação), impôs-se um estilo direto, sem o uso de metáforas. Como a comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório (RIBEIRO, 2003, p.2).

Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o “espelho” da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, seriam a unidade básica de construção dos jornais. Na estruturação da notícia, o jornalismo adotou as técnicas norte-americanas do lide e da “pirâmide invertida”. O lide era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo as cinco

perguntas básicas: quem?, o quê?, quando?, onde?, e por quê?. Símbolo máximo do jornalismo moderno, o lide veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor.

Antes de nos debruçarmos sobre a análise de textos que romperam as amarras da terceira pessoa e empreenderam outras perspectivas de subjetividades em reportagens jornalísticas, será necessário situar o contexto em que essas transgressões foram permitidas. No primeiro capítulo, será abordada a construção dos discursos midiáticos em um arcabouço teórico de estudos epistemológicos de Comunicação e Cultura no século XXI e as singularidades dos relatos jornalísticos. O jornalismo desde o seu surgimento e antes mesmo de sua profissionalização sempre esteve na vanguarda das transformações tecnológicas. Na contemporaneidade, a exacerbação do individualismo, a intensificação do presente e o esvaziamento do espaço público contribuem para a emergência de narrativas sobre experiências individuais dos repórteres como vítimas em jornais, revistas e na Internet.

O próprio meio eletrônico ajuda a fundar comunidades virtuais de compartilhamento de experiências baseadas no “eu”. Mas apesar de o uso do testemunho ter alçado importância significativa nos últimos anos, o emprego da primeira pessoa continua como instrumento residual no jornalismo diário. Contudo, refletir sobre essa forma de relato é uma contribuição relevante para repensar as diretrizes que amparam os discursos jornalísticos na atualidade.

1.1. Os discursos midiáticos e as singularidades dos relatos jornalísticos

A arte de contar uma história, narrar um acontecimento acompanham a natureza humana. Ao longo do tempo surgiram as narrativas escritas e as histórias orais. Walter Benjamin (1983, p.198) observa que “a arte de narrar está em vias de extinção” e considera que “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e alienável: a faculdade de intercambiar experiências”. Benjamin pontua o surgimento do romance como primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa, em oposição à tradição oral, patrimônio da poesia épica. A difusão do romance só é possível, em sua análise, através da invenção da imprensa.

O texto quer dizer tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo, perdido neste tecido – nesta textura – o sujeito se faz nele, qual uma aranha que se dissolve ela mesma nas secreções construtivas de sua teia (BARTHES, 2004, p. 71).

Para Benjamin, o narrador retira da experiência o que ele conta; sua própria experiência ou a relatada para os outros. Para ele, o romancista se segrega já que a origem do romance é o indivíduo isolado. Na perspectiva do autor, o romance teve na burguesia ascendente condições para seu florescimento, mas a consolidação desse grupo social faz surgir uma outra forma de comunicação diferente da narrativa e do romance, a informação.

Em “O Monopólio das Vozes”, Muniz Sodré (1997) parte de uma definição de comunicação como diálogo, como troca, como reciprocidade de discursos. O paradigma crítico que vai balizar essa pesquisa é a da produção social de sentido, admitindo que ideológico está na estrutura linguística e não na forma. Milton José Pinto (1999) entende o discurso como prática geradora de sentidos. Pinto analisa o sistema de relações entre o texto e as condições sociais de sua produção. Mas admite que o contexto “força” o texto a determinadas características e que um conjunto de normas convenções e códigos define o gênero do discurso. As marcas no texto, observa Pinto, são deixadas pelos processos sociais de sua produção, pelo contexto situacional imediato, pelo contexto institucional e pelo contexto sociocultural mais amplo.

O discurso jornalístico é uma tentativa de resgate da realidade apoiado em dizeres e através da reconstrução de versões, experiência e produção simbólica de sentidos traduzida em uma prática social. Park (1966, p.37) pondera que para o registro de fatos há certo grau de precisão e exatidão, mediante a substituição dos fatos pelas ideias e das coisas pelas palavras. O discurso sobre o acontecimento pode também ser compreendido como uma anti-história, o relato das marcas de dissolução da identidade das coisas, dos corpos, do devir. O acontecimento pertence, por conseguinte, ao mundo do acidente que deixa vestígios e altera a substância do mundo das coisas, das pessoas, das instituições. O fato pode ter uma importância noticiosa, embora não obtenha,

necessariamente, relevância histórica, e como tal é possível que um fato histórico não seja dotado de relevância noticiosa (RODRIGUES, 1996, p. 4).

Mauro Wolf pondera na teoria dos meios de comunicação que o jornalismo consiste em uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta. Ele afirma que existe uma oscilação entre a ideia de obter resultados relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas, e o fracasso na obtenção de efeitos (WOLF, 2009, p.12). Porém, o Jornalismo pode ser entendido como um conjunto de práticas que se designa a traduzir o “acontecer social cotidiano”. Miquel Rodrigo Alsina pontua que os próprios meios de comunicação se apresentam como os transmissores da realidade social. Segundo ele, “o discurso jornalístico informativo está nas pretensões referenciais e cognitivas. Esse tipo de discurso se auto define como transmissor de um saber muito específico: atualidade” (ALSINA, 2009, p.9). O autor usa a expressão “construção da notícia” para ilustrar o processo fundamental de que não é possível a tradução literal de um fato, acontecimento através das normas jornalísticas. As notícias, ao contrário, carregam visões de mundo, as do próprio autor inclusive. Elas são forjadas tijolo a tijolo, erguidas em emaranhados de versões que chegam ao leitor através da lente difusa de muitos outros olhos.

Benetti (2010, p.147) sugere que o Jornalismo adota de forma pragmática a concepção positivista e funcional de uma história compacta, linear e consensual, utilizando essa mesma lógica para supor os interesses públicos e orientar seu olhar sobre o que seja acontecimento jornalístico. Contudo, segundo a autora, o Jornalismo deve ser compreendido como um gênero discursivo singular que só se estabelece na relação entre sujeitos aptos a identificar os elementos do contrato de comunicação (BENETTI, 2010, p.146). Benetti se apoia na noção de contrato de comunicação sistematizada por Patrick Charaudeau, a qual estabelece a existência de normas, de convenções, aceitas pelo participante, para reger a comunicação, as leis do discurso, ou seja, um reconhecimento mútuo dos participantes e de seus papéis, assim como do quadro de sua comunicação. Desse modo, segundo Charaudeau (2006), a situação de comunicação é definida pela inclusão da fala em múltiplos gêneros de discurso. Assim, partindo desse ponto de vista comunicacional, Benetti (2010) considera os gêneros do discurso “mais do que gêneros de texto”, pois estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação” (Idem, p.2).

Sobre o movimento de construção de acontecimento em evento noticiável, Charaudeau (2006) observa que é preciso cumprir três exigências: que algo aconteça e modifique o “estado normal das coisas”; que um sujeito perceba a mudança e que o mesmo sujeito confira significação e sentido a essa mudança. O conceito de noticiabilidade está ligado à força de um fato social em se transformar em notícia, mas não se trata de uma força espontânea. A noticiabilidade também está relacionada e varia de acordo com a época e contexto social e político. A notícia organiza o real, dilui o conflito e transforma o acontecimento em lugar de comunicação, de modo que é através desse conhecimento que encontramos o lugar de ordem.

Charaudeau (2006) se opõe, nesse sentido, à perspectiva de Benveniste nos planos de enunciação histórica e discursiva. A histórica “caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. (...) Trata-se da apresentação dos fatos sobrevindos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (Idem, p.262). Para Charaudeau, o gênero se define na articulação das formas textuais, a organização do discurso e as coerções situacionais determinadas pelo contrato de comunicação. Ele acrescenta que “as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal; os gêneros de discurso são gêneros situacionais” (Ibidem, p.251).

Para Bakhtin (2003), os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinados sócio-historicamente. O autor observa que só nos comunicamos através de gêneros do discurso. Tais gêneros nos são ofertados “quase da mesma forma com que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática” (Idem, p.282)

Bakhtin (2003) vincula a formação de novos gêneros ao aparecimento de novas esferas de atividade humana, com finalidades discursivas específicas. Essa heterogeneidade levou o autor a propor uma “classificação”, dividindo-os em primários e secundários. Os primários se referem a situações comunicativas cotidianas, espontâneas, não elaboradas, informais, que sugerem uma comunicação imediata. Os gêneros secundários, normalmente mediados pela escrita, aparecem em situações comunicativas mais complexas e elaboradas.

O autor pontua ainda que as diversas esferas de atividade humana estão relacionadas com o uso da língua, e este uso, em forma de enunciados. Os enunciados refletem as condições específicas e o objeto de uma dessas esferas, não só pelo conteúdo e seu estilo verbal, ou seja, pela seleção de recursos léxicos e gramaticais da língua, pela sua composição e estruturação. Bakhtin (2003) assinala que cada enunciado separado é individual, mas cada uso da língua elabora seus tipos estáveis de enunciado, que são gêneros discursivos. Nesse sentido, o discurso é um processo e produto da interação verbal e o enunciado, sua unidade real, segundo Bakhtin (Idem). De modo que, para ele, a enunciação é o produto da interação de dois sujeitos socialmente organizados, e a língua é o instrumento dessa produção.

Porém, o desafio e singularidades dos relatos jornalísticos também são estabelecidos na luta desse gênero contra o tempo e o espaço. A temporalidade é uma questão importante porque o sentido de urgência, do agora e do presente é inerente ao fato que deve ser relatado. Já o espaço dialoga com o limite determinado pela objetividade e é governado pela edição, pelo recorte e pela escolha intencional de selecionar o mais importante, deixando de fora as sobras desse trabalho. Franciscato (2005, p.98) pontua que “as notícias são socialmente construídas e os critérios de noticiabilidade são resultantes desse partilhamento e consenso de valores em uma comunidade”. Ele retoma Stuart Hall para falar das fontes de informação como “definidores primários” de eventos noticiosos e “os jornalistas embora sejam dotados de uma autonomia relativa, atuam secundariamente ao reproduzir o enquadramento inicial das suas fontes” (FRANCISCATO, 2005, p.98).

Hall (1997) afirma que a fonte de consenso ideológico propagado pela mídia não está localizada apenas nas mensagens, mas na cultura e prática política, dando maior prioridade aos critérios de seleção de notícia do que ao conteúdo delas em sua observação. Entretanto, Eduardo Meditsch (1997) sugere que o Jornalismo pode servir tanto para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los. Ao defender essa perspectiva, o autor retoma o pensamento do austríaco Karl Kraus, que no início do século, estabeleceu a ligação entre a produção do conhecimento ao saber científico e à Ciência como “método de conhecimento”.

Por outro lado, Meditsch (1997), em acordo com Robert Park, define o jornalismo a partir do que ele tem de diferente, do que lhe é específico como forma de

conhecimento sobre a realidade. Como forma de conhecimento, diz Park, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, mas do presente. E afirma que, de certo modo, a notícia realiza para o público as mesmas funções que oferece ao indivíduo, “isto é, não somente informa como principalmente orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo” (PARK, 1966, p.176). No entanto, ressalta que o conhecimento produzido pelo Jornalismo é como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função seria integrar os indivíduos no “status quo”.

Genro Filho (1989) se opõe à visão de Park. Para ele, é a partir dessa “simulação” que surge propriamente o gênero de conhecimento. Se não houvesse essa “simulação” a relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que existem no cotidiano seria uma relação de experiência individual sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, resultando em um grau determinado de conhecimento.

No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência (GENRO FILHO, 1989, p. 58-59).

Meditich (1997) acrescenta que o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, mas reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. E complementa: “É o fato de operar no campo da lógica da realidade dominante que assegura o modo de conhecimento do Jornalismo, tanto a sua fragilidade quanto sua força enquanto argumentação”. Para ele, o conteúdo ao estar preso ao senso comum também está, necessariamente, vinculado a um contexto.

Nos Estados Unidos, assim como ocorreu no Brasil anos mais tarde, durante o nascimento da imprensa e do jornalismo modernos no fim do século XVIII e início do XIX, o jornal era um empreendimento caro e para poucos, com altos investimentos na circulação, e permeado geralmente por interesses políticos. O desenvolvimento de tecnologia que levou ao barateamento da linha de produção e a crescente alfabetização levaram à expansão e uma certa democratização do setor, transformando os jornais em

empreendimento comercial essencialmente narrativos e com a prerrogativa de construir o mosaico da vida moderna. Até que o jornalismo informativo e com traços de objetividade vai ganhando espaço contra tentativas de manipulação de governos e corporações (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2012).

A objetividade que caracteriza o discurso jornalístico é pontuada por Schudson (1978) como um ideal de jornalismo. Segundo ele, esta marca começou a se constituir a partir da década de 1830. O autor descreve o surgimento do fenômeno do *penny press*, informação vendida a um centavo, até o jornalismo passar por transformações no começo da chamada Segunda Revolução Industrial. Nesse período, a imprensa dos Estados Unidos acompanhou os acontecimentos vividos pelo país com avanço tecnológico e científico, expansão da indústria e adensamento da população, alavancada também pela chegada de imigrantes.

Nesse contexto surgiram os repórteres *stunt*, que buscavam técnicas inovadoras e métodos não convencionais para conseguir informações.

“A noção de objetividade em jornalismo parece anômala. Nada nas credenciais de um jornalista lhe confere permissão para moldar o ponto de vista alheio sobre o mundo. Os jornais são diretamente dependentes das forças de mercado”. (SCHUDSON, 1978, p. 187).

No entanto, para Traquina (2005a), o valor da objetividade nasceu para o jornalismo no século XX, mas surgiu com base numa mudança fundamental, que ocorreu no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões. Como observa o autor, “com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. (TRAQUINA, 2005a, p. 138).

Apesar de a definição de objetividade vir acompanhada na história do jornalismo pela noção de distanciamento de interesses políticos, ela carrega o desejo de verdade através da separação entre opinião e informação. Essa tensão é só o começo de um tecido que não consegue acomodar paradigmas complexos como: imparcialidade diante de uma realidade difusa e do distanciamento do objeto apesar das reflexões pessoais do repórter.

1.2 Gênero jornalístico

Em “Ofício de Cartógrafo”, Martín-Barbero (2004) observa que a comunicação não é um conceito que começa e termina no indivíduo. Ele propõe que a comunicação até mesmo face a face também é mediada pela cultura sem perder de vista que também está inserida na lógica das relações de poder e saber.

Em seu mapa de estudos de comunicação na América Latina, Martín-Barbero (2004) sugere um conjunto de mediações, lugares onde historicamente se produziram as narrativas. Ele observa a “institucionalidade”, na mediação da lógica de produção e as matrizes culturais, desde a comunicação a partir do mercado que converte a comunicação em livre comércio até o serviço público do Estado. Um exemplo são as empresas de produção de cultural com padrões específicos. Ele assinala a necessidade de pensar a comunicação estabelecendo uma ruptura do midiacentrismo. Nesse sentido, a comunicação é compreendida como uma questão de mediação mais que de meios e também uma questão de cultura, não só de conhecimento, mas de reconhecimento (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.28).

Por outro lado, Martín-Barbero (2004) questiona a dimensão do “comunicacionismo” como lugar de refletir a comunicação como eixo central e conteúdo último da interação social. Assim, afirma que há uma exigência de novas formas de percepção de discursos e narrativas, a partir de experiências de mediação entre comunicação e cultura em países latino-americanos, ressaltando novos modos de simbolização e ritualização.

Sob essa perspectiva, compreendemos o surgimento de novas experiências de produção jornalística em agências independentes com eixo de produção distintos das normas de veículos tradicionais de comunicação. Como propõe Martín-Barbero (2004), para além da hegemônica comunicação de mercado, há tentativas de alcançar novos modos de linguagem. Ele observa que estamos vivendo a reconfiguração das mediações, nas quais se constituem novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que unem a sociedade. “Pensar a política desde a comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.225)

Retomamos, para isso, a obra de Barbie Zelizer que reflete sobre o jornalismo sob a perspectiva da “autoridade jornalística” com dimensão cultural do fenômeno. A expressão, segundo ela, caracteriza a capacidade dos jornalistas de se promoverem como porta-vozes autorizados dos eventos da vida real ou de se legitimarem como intérpretes da realidade. Para Zelizer (1992), os jornalistas são parte de uma comunidade interpretativa que se constitui e se constrói através de narrativas compartilhadas. A própria autoridade do jornalista é uma construção, um processo e, do ponto de vista do jornalista, uma conquista individual e gradual. Neste sentido, como veremos nos capítulos seguintes, o uso da primeira pessoa é facultado a poucos jornalistas, aos quais se confere um prestígio singular, o direito de transpor paradigmas que remontam aos manuais de estilo das agências de notícias da década de 1940. Em geral, esses jornalistas já foram alçados à condição de colunistas, articulistas, cronistas, cujos espaços são graficamente demarcados. Ocasionalmente, ocupam lugar na reportagem, mas não na esfera cotidiana, e sim em edições dominicais, mais nobres. Mesmo assim, muitos jornalistas aos quais se dá a liberdade de uso da primeira pessoa a refutam por considerá-la inapropriada, subjetiva, mau estilo ou até arrogância ou achismo.

Hoje, porém, os jornalistas e o Jornalismo enfrentam muitas tensões e desafios, inclusive como um discurso político, como será discutido adiante. Afinal, para Hall (1997), o ambiente ideológico é um meio de representar a ordem das coisas que adota as suas limitadoras perspectivas com aquela inevitabilidade natural ou divina, que faz parecer universais, naturais e coextensivas com a “realidade”. Assim, nem a linguagem, nem as formas de representação da narrativa, caracterizada fundamentalmente por ser autoral, estão conseguindo satisfazer seus receptores e tampouco os próprios emissores. Como assinalam Stam e Shohat (2006, p.263), a teoria pós-estruturalista nos lembra que não temos acesso direto ao “real”, uma vez que estamos no interior da linguagem e da representação. Mas, dizem eles, na arte – e aqui para nós também no jornalismo – “a questão, portanto, não é a fidelidade a uma verdade ou realidade preexistente, mas a orquestração de discursos ideológicos e perspectivas coletivas”. Nesse sentido, a representação, lembram Stam e Shohat (2006), também é política “na medida em que o exercício político geralmente não é direto, mas representativo” (Idem, p.265).

1.3 Transformação das práticas jornalísticas na Era da Digitalização

Os usos de tecnologias nas rotinas produtivas renovam o fazer jornalístico de forma constante e ininterrupta. É comum emergir discussões sobre a “crise do jornalismo”. Com efeito, “a prática jornalística não pode ser vista sem contradições em relação a um papel idealizado de formador do cidadão” (PRADO; BECKER, 2010, p.12). A aceleração da circulação de notícia movida pelo desenvolvimento da tecnologia e da Internet, de um lado, contribuiu para diversificar as fontes de informação e, do outro, para o enfraquecimento das estruturas e vínculos entre o mediador e cidadão. O jornalismo continua a ser uma importante forma de conhecimento para grande parte da população ter acesso a fatos e acontecimentos, mas não é mais a única.

Mark Deuze observa que as mídias estão “desaparecendo” da nossa vida na medida em que sua invisibilidade avança. Dessa forma, “nosso conceito de realidade é moldado pela habilidade automática das pessoas de ler, selecionar, editar, bem como escrever códigos, programa e protocolos” (DEUZE, 2012, p.140). Isso significa que o jornalista não é mais o mediador único entre a experiência do mundo cotidiano e o real. As maneiras como as pessoas utilizam as tecnologias digitais também atribuem valores aos acontecimentos, o que intervém nos critérios de noticiabilidade adotados pelos jornalistas. O fluxo da informação produzida por fontes diversas constrói a experiência e, ao mesmo tempo, tende a configurar uma produção jornalística mais heterogênea. No entanto, a incorporação de novas vozes e lugares de fala que estimulam a formação de culturas políticas não esvaziam o agendamento da mídia e do jornalismo.

Mark Deuze (2007, p.10) afirma que o “jornalismo tem sido sempre dependente da tecnologia”. Segundo o pesquisador, a prática profissional se organiza em torno da premissa de transmissão rápida da informação por meios distintos. No século XIX, o desenvolvimento tecnológico permitiu o desenvolvimento e o fortalecimento da imprensa escrita. O rádio e a televisão foram os principais meios de transmissão de informação no século XX. No século XXI, a disseminação da informação ocorre por meios digitais e sem fio, via internet e por plataformas multimídia, o que impõem desafios às práticas e também ao trabalho dos profissionais.

A divulgação de notícia na Internet impõe a incorporação de novas ferramentas e procedimentos de apuração, produção e consumo de notícias que imprimem cada vez mais velocidade e agilidade ao trabalho dos jornalistas em sintonia com a temporalidade

do ambiente virtual. Deuze (2007) afirma que a ampliação de fontes e hipóteses sobre as causas dos acontecimentos resultantes da “omnipresença” da Internet deixa muitos jornalistas e editores apreensivos, especialmente pela necessidade de checar as informações para garantir credibilidade. O autor lembra que os jornalistas online devem ainda fazer escolhas sobre o formato adequado para contar uma determinada história, refletindo ainda sobre a utilização de imagens fotos e vídeos e sobre a forma de interação do leitor e internauta.

Além disso, as transformações do trabalho jornalístico na web não estão restritas a essa plataforma. Ocorrem também na mídia impressa, no rádio e na televisão. Os procedimentos do fazer jornalístico em diferentes meios, desde a seleção do acontecimento como fato jornalístico e notícia, passando pelos protocolos de apuração e a busca por fontes, até a construção do produto final em linguagens e suportes diferentes- texto, áudio e vídeo, são contaminados e influenciados pela digitalização. O jornalismo online não está encerrado em si mesmo. Mark Deuze (2007) reflete sobre o impacto das novas mídias na produção noticiosa e na sociedade, discutindo como influenciam o conteúdo noticioso, o funcionamento das redações e as estruturas da indústria midiática, o modo de trabalho dos jornalistas e ainda as relações entre as empresas, os jornalistas, o público, os concorrentes, os anunciantes, as fontes, etc.

A organização do trabalho, a formação, o desenvolvimento das atividades profissionais e as publicações dos jornalistas e até mesmo o financiamento e a pulverização da publicidade passam por adaptações. As condições técnicas, materiais e os métodos empregados na apuração e divulgação das notícias até o fim do século 20 já não se aplicam totalmente no cotidiano digitalizado. A indústria jornalística se mantinha até poucos anos utilizando conjuntos de métodos entre um grupo relativamente pequeno e uniforme de empresas e baseada na incapacidade de alguém de fora desse grupo de criar um produto competitivo. Essas condições não se cumprem mais, como afirmam Anderson, Bell e Shirky (2012).

A adaptação a esse ambiente é um desafio para o jornalista que aprendeu a trabalhar em redações cujo produto exigia, antes de tudo, exatidão e certeza, e onde havia unidade e clareza em torno de um pequeno conjunto de processos: apuração, redação, edição. A capacidade de reconhecer, localizar e narrar um fato relevante no formato mais condizente para um público específico segue sendo necessária, mas o

número de formatos de textos possíveis e a variabilidade da audiência aumentaram. As técnicas do ofício que ajudarão o jornalista a definir e redefinir seu papel futuro e o setor no qual atua estão mudando (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2012, p.29).

Pesquisadores defendem, com base no jornalismo norte-americano, que as transformações em curso foram capazes de derrubar a qualidade da cobertura jornalística e acreditam que nos próximos anos esse processo vai se aprofundar. Por isso, sugerem a valorização de um jornalismo voltado à utilidade pública, com a adoção de ferramentas, técnicas e premissas que sequer eram imagináveis dez anos atrás.

O financiamento do produto também marca essa transformação porque a tecnologia não trouxe apenas algumas reduções nos custos de produção, como muitos acreditavam. Provocou também queda brusca nas receitas. O jornalismo na Internet ainda não paga os custos de publicação de conteúdos. Nos Estados Unidos, a crise dos grandes meios começou mais cedo. Os maiores jornais e revistas do país, como *The New York Times*, amargaram perdas de receita e diminuição de anunciantes, além de conviver com a alta do preço de sua matéria – prima, o papel. Desde então, houve demissões em massa, investimento na publicação online, até que a revista *NewsWeek*, por exemplo, saiu definitivamente das ruas depois de 80 anos no formato impresso e de tradição como um dos semanais mais influentes do país (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2012).

Segundo a New York Times Company⁵, a receita com publicidade impressa dos jornais “New York Times”, “Boston Globe” e “International Herald Tribune”, despencou 6,8% no segundo trimestre do ano de 2013. Os anúncios on-line, que já representam 24,7% do total, também renderam menos, com queda de 2,7%. Por outro lado, as receitas com circulação aumentaram, impulsionadas pelo crescimento de quase 40% na base de assinantes digitais em relação ao segundo trimestre de 2012. As edições on-line do “NYT” e do “International Herald Tribune” possuem mais de 700 mil assinantes. O New York Times iniciou um sistema de cobrança pela Internet para acesso de conteúdo. A questão nesse cenário é que as receitas na rede tanto de publicidade

⁵ Os números da New York Times Company citados neste projeto foram retirados do Jornal O Globo, no endereço <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/apesar-da-queda-na-publicidade-nyt-lucra-no-2-trimestre-9317719>>, notícia do dia primeiro de agosto de 2013.

quanto pelas matérias visualizadas ainda são extremamente tímidas para suportar os custos das publicações.

No Brasil, essa nova fase do jornalismo, caracterizada pela digitalização e crise econômica, também já começou e, por aqui, com agravantes ainda mais perversos pela concentração extrema das empresas de comunicação em grandes conglomerados familiares. Em maio de 2013, *Folha de S. Paulo*⁶ anunciou a demissão de mais de 20 funcionários. Em abril, o Grupo Estado comunicou a reestruturação do jornal *O Estado de S. Paulo* com a demissão de 20 empregados e a extinção de cadernos e suplementos⁷.

O consumo de mídia no Brasil deverá atingir US\$ 69 bilhões em 2019, crescimento de 10,2% em relação aos US\$ 42 bilhões movimentados em 2014. Os dados são do Estudo Global Entertainment & Media Outlook, divulgados pela consultoria Price Water House Coopers (PwC), no dia 3 de junho de 2015. Segundo o site Meio e Mensagem⁸, a pesquisa foi realizada com base na coleta de informações de 54 países e dividida em 13 segmentos que considera os investimentos em publicidade feitos em diversas mídias.

O acesso ao conteúdo digital em tablets, smartphones e PCs será o destaque do período com crescimento de 17,1%. Os meios tradicionais como jornais e revistas devem apresentar uma desaceleração no ritmo de alta, até então na casa de 4% ao ano. A perspectiva é que o consumo de jornais cresça 2,8% e o de revista 2,3% até 2019. Apesar da desaceleração no ritmo de consumo de jornais e revistas na plataforma impressa, a procura deverá aumentar no ambiente digital. De acordo com a análise de Marcelo Ribeiro, especialista em telecomunicações da PwC Brasil, as assinaturas de

⁶ Os números citados neste projeto foram retirados do núcleo Observatório da Imprensa, no endereço <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/ed750_a_revoada_dos_passaralhos>, notícia do dia 10 de junho de 2013.

⁷ Os números citados foram retirados da publicação Diálogos Políticos, no endereço <<http://dialogospoliticos.wordpress.com/2013/04/06/em-criese-estadao-muda-estrutura-do-jornal-extingue-cadernos-e-demite-20-empregados>>, notícia do dia 5 de abril de 2013.

⁸ A pesquisa foi noticiada pelo site Meio e Mensagem, no endereço <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2015/06/03/Midia-movimentara-US-69-bilhoes-no-Brasil-em-2019.html#ixzz3dAm416u4>>, notícia acessada no dia 15 de junho de 2015.

jornais e revistas e títulos de e-books vão prevalecer no online⁹. A avaliação é feita a despeito de a mesma pesquisa mostrar que, em relação ao comportamento dos consumidores, as pessoas pretendem pagar cada vez menos por acesso a conteúdo.

O perfil de investimento publicitário nos meios deve permanecer muito parecido com o que vem sendo observado nos últimos anos. A predominância será da TV que deve responder por 54% do total investido, seguida por meios digitais: 17%. O jornal ficará com uma fatia de 8%, a comunicação B2B 7%, as revistas 6%, mídia Out of Home 4% e o rádio 3%. De todas as categorias, jornal, revista e rádio perdem participação, enquanto digital e mídia Out of Home crescem significativamente¹⁰.

O site VoltData¹¹ revelou que, em pouco mais de três anos (de 2012 a junho de 2015), foram contabilizadas pelo menos 1084 demissões de jornalistas em cerca de 50 redações brasileiras, incluindo as principais empresas de comunicação. A maioria por cortes de custos, segundo o levantamento, feito a partir de notícias sobre demissões de empresas de mídia publicadas em sites especializados, notadamente o Portal Imprensa, o Portal dos Jornalistas e o Portal Comunique-se. Os pesquisadores observam ainda que dos seis veículos que demitiram 50 ou mais jornalistas, cinco são exclusivamente impressos. O número total pode, no entanto, ser ainda maior, explicam os autores, já que muitas notícias não discriminavam quantos jornalistas foram demitidos, apenas os números totais.

Além disso, a informalidade no setor muitas vezes não permite contabilizar, por exemplo, como demissão a dispensa de um jornalista contratado como Pessoa Jurídica (PJ) ou terceirizado. O total geral de demissões de empresas de mídia—que inclui funcionários administrativos, técnicos ou outros tipos de profissionais fora das redações—também impressiona: foram no mínimo 3.568 pessoas dispensadas em três anos. Um dos motivos apontados, pelo VoltData, para a crise é a grande concorrência

⁹ A pesquisa foi noticiada pelo site Meio e Mensagem, no endereço <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2015/06/03/Midia-movimentara-US-69-bilhoes-no-Brasil-em-2019.html#ixzz3dAm416u4>>, notícia acessada no dia 15 de junho de 2015.

¹⁰ A pesquisa foi noticiada pelo site Meio e Mensagem, no endereço <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2015/06/03/Midia-movimentara-US-69-bilhoes-no-Brasil-em-2019.html#ixzz3dAm416u4>, notícia acessada no dia 15 de junho de 2015.

¹¹ Os números citados foram retirados do site VoltData, no endereço <https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a>, acesso no dia 13 de junho de 2015.

por atenção de leitores e de publicidade na Internet, não apenas entre os veículos de comunicação, mas também entre redes sociais e mecanismos de busca —os quais funcionam tanto como aliados na divulgação de conteúdo quanto como carrascos na divisão de receitas com anúncios.

A atual fase do jornalismo em transição foi classificada como a Era do Jornalismo Pós-Industrial – “Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present” – por Anderson, Bell e Shirky (2012), da Tow Center for Digital Journalism, da Columbia University. Essa transição é caracterizada por eles como um jornalismo essencialmente digital, com a migração de fatias importantes da publicidade para outras plataformas, alimentadas por novas fontes de conteúdo informativo, não necessariamente da indústria jornalística formal. As condições técnicas de organização do trabalho de repórteres, desde a apuração até a forma de distribuição da notícia, estão sendo substituídas e, portanto, a adaptação é condição de sobrevivência.

O enxugamento das redações também proporciona o acúmulo de funções e o desempenho de papéis que antes eram segmentados. Hoje, em várias redações o repórter de jornais impressos, por exemplo, vai para rua apurar uma reportagem levando uma máquina fotográfica. Ele próprio faz as fotografias e as insere no sistema do veículo. Não raro, o profissional escreve para o impresso e posta a sua reportagem no site com as adaptações necessárias ao texto, idealiza recursos gráficos para visualização de dados com programas disponíveis na Internet. Essas são algumas das tarefas acumuladas e desempenhadas quando olhamos só para o repórter, mas todos na cadeia de produção desde os editores, a chefes de reportagem, apresentadores e outros também estão tentando se adaptar para sobreviver. As mudanças nas práticas jornalísticas ocorrem não apenas no exercício das funções dos profissionais, mas também na posição que ocupam no texto, como refletiremos em seguida.

1.4 Mudança na posição do sujeito

Ao longo de várias décadas observamos o apagamento do jornalista como narrador. A profissionalização endossou a objetividade, o distanciamento e a imparcialidade como as principais diretrizes da prática jornalística, as quais, ao mesmo tempo, conferiram credibilidade ao discurso. Esse trabalho, como mencionado anteriormente, propõe uma reflexão sobre as atuais características do discurso

jornalístico, questionado se a objetividade e a imparcialidade ainda se constituem como as principais marcas dos relatos da imprensa.

Fernando Resende observa que a institucionalização de valores como a impessoalidade e objetividade no jornalismo para assegurar a credibilidade e autoridade foi um fenômeno adotado nas redações de forma consciente e intencional. Os descaminhos da narrativa em primeira pessoa e sua autorização pela excepcionalidade parecem refletir aspectos presentes na sociedade associados a cultura do “eu” e do individualismo. Resende (2012, p.154) observa que “o gesto de *falar para as massas*” diz respeito à concepção e à experiência de uma lógica industrial de produção da informação cuja base simbólica é a cultura da escrita. Resende (2012) retoma Márcia Benetti (2007) ao tratar o jornalismo como campo de produção de conhecimento.

Com a profissionalização da atividade jornalística, a objetividade, o distanciamento e a imparcialidade foram as características que governaram o desenvolvimento da prática jornalística e conferiram credibilidade ao discurso. Esses princípios passaram a nortear o ordenamento e construção de reportagens a partir da reforma na imprensa americana, implementada no Brasil com a introdução do lide no Correio da Manhã, na década de 1950. Mas, hoje podem contribuir para perda de credibilidade. Há novas estratégias de enunciação que são atualizadas nas práticas jornalísticas cotidianamente que buscam intensificar a cumplicidade com as audiências. Desse modo, os princípios discursivos que regem os discursos jornalísticos devem ser revistos, repensando, inclusive, a função social do Jornalismo. O pano de fundo é o processo de digitalização, como referido, e a busca por um reequilíbrio de força no agendamento jornalístico.

Essa pesquisa pretende investigar o deslocamento da posição do jornalista no relato dos acontecimentos, o qual passa do lugar do observador/ mediador para o de narrador na primeira pessoa em textos jornalísticos e reportagens, focalizando a experiência do relato do sofrimento, em acordo com a Introdução. Hoje o distanciamento, a objetividade e a imparcialidade do objeto relatado que garantiam fidelidade e credibilidade à narrativa, podem ser a denúncia da não experiência, da falta de autoridade e, portanto, da incapacidade de reproduzir a realidade. E a inclusão da primeira pessoa tende a expressar maior intimidade do jornalista com o fato por ele enunciado, assim como uma busca de cumplicidade com o leitor em uma relação mais

simétrica, ainda que essa estratégia nem sempre possa garantir uma prática jornalística de maior qualidade.

Assim, esse trabalho discute como a instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social, produzindo uma representação discursiva do mundo com base na construção de sentidos de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. Mas em que bases está alçada essa legitimidade? Como é estabelecida a relação do discurso jornalístico como o real? O surgimento de uma retórica baseada no individualismo como estratégia argumentativa desafia a análise crítica e os estudos de jornalismo, uma vez que demanda uma reflexão sobre transformações das características discursivas dos relatos jornalísticos e das enunciações dos profissionais, que buscam intensificar os vínculos com os leitores e as fontes.

Diante de um questionamento sobre identidade do jornalista como mero observador e mediador da realidade social, ele passa a ocupar espaço central da narrativa num lugar que legitima sua autoridade a partir de suas próprias experiências de sofrimento. Assim, o resgate da credibilidade do jornalista estaria relacionado à sua saída do papel de observador e mediador para ocupar o lugar da principal personagem ou da vítima protagonista do acontecimento. No entanto, o surgimento deste jogo discursivo amparado pela experiência individual do jornalista constitui-se em uma estratégia argumentativa que nem sempre possibilita uma análise crítica do relato da vítima.

Traquina (2005a) define os jornalistas como modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea. O autor destaca que a notícia como todos os documentos públicos, é uma realidade construída e possuidora de verdade, de uma validade interna própria. Porém, observa que na era pós-industrial, o jornalista também precisa contextualizar o a informação e, portanto, ser capaz de repercutir e atingir o público de forma inovadora. Desse modo, sugere que o papel do jornalismo deve mudar, uma vez que o público já é, em alguma medida, capaz de narrar fatos publicamente. Mais do que nunca o jornalista precisa produzir conteúdo e relatar fatos que não sejam de domínio público sob interesses alheios.

A transformação tecnológica retirou da imprensa o monopólio de ser o único discurso capaz de tornar pública uma informação, perdendo a prerrogativa de ser a única prática social a transformar o fato em notícia. As pessoas passaram a ter mais liberdade

de se comunicar na era digital. Mas este fenômeno, contraditoriamente, resultou na piora de qualidade do jornalismo produzido nos Estados Unidos. Assim, o desenvolvimento e as apropriações das tecnologias digitais não favorecem o critério editorial, mas garantem um “usuário com mais poder” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2012).

1.5 Objetividade x Subjetividade: um desafio na “tradução da realidade”

Objetividade e subjetividade não são termos antagônicos em si mesmos. Na verdade, o relato jornalístico apoiado na objetividade afastou da ordem do dia da reportagem o emprego da linguagem subjetiva. Esta, por sua vez, é oposta a outra característica que emergiu da profissionalização, o distanciamento. Para que um relato fosse considerado legítimo, ele deveria estar situado à margem do autor e afastado da interferência de emoções e livre das amarras da história que guia o texto. Para isso, a subjetividade foi expurgada do jornalismo e relegada ao trato da opinião em jornais e outras publicações.

A objetividade foi incorporada ao “fazer jornalístico” como um traço inerente à própria atividade como se não houvessem contradições, excluindo durante décadas outras formas de escrever fatos noticiosos. No entanto, a objetividade confere e, até certo modo, tende a garantir isenção e credibilidade. Mas ao selecionar, recortar o mais importante e editar, o jornalista também transforma o acontecimento quando trabalha a informação amparado pela diretriz da objetividade. Ela pode reduzir o risco aparente de manipulação, por meio do uso da linguagem direta e ordenada, mas não necessariamente permite a contextualização dos fatos.

Em meio a transformações tecnológicas, o texto na Internet nasce sob contradições. Por um lado, deve ser curto e o mais objetivo possível, atendendo ao imediatismo. Por outro, abre espaço para a subjetividade por ser mais pessoal. Como paradoxo desse processo, observamos que para um texto mais enxuto, a objetividade agrega características capazes de encurtar distâncias, poupar tempo e recursos. Mas, no meio digital, os textos jornalísticos também precisam ser hidratados com conteúdo de redes sociais e outras plataformas, enfrentando o desafio de incorporar essas informações frente às constantes limitações de tamanho dos textos a serem publicados.

A Internet nasce como um ambiente onde a prática de expor experiências se tornou marca relevante dos processos de comunicação. Escrever relatos pessoais, traumas, relatar a vitimização de um indivíduo ou do próprio autor depende de uma inclinação subjetiva de compartilhar e de se expor a um sem número de pessoas invisíveis através de linguagem do “eu”, em primeira pessoa, abusando dos relatos confessionais, o que influencia e estremece as regras do fazer jornalístico.

Neste contexto de disputa de vozes, o Jornalismo enfrenta a necessidade de refundar a sua autoridade discursiva, diante de uma audiência que passa a questionar os preceitos e dogmas dessa prática social chamada de Quarto Poder. Nesse sentido, a experiência como prenúncio de saber e conhecimento pode ser um dos instrumentos para recuperar a credibilidade. A reconstrução do fato passado através da memória do testemunho (1ª pessoa) e não do relato (3ª pessoa) provoca paradoxos e desafios para as práticas jornalísticas contemporâneas.

A tarefa do jornalismo não é simples. É uma atividade que se equilibra na contradição, carrega a objetividade embaixo do braço como dogma, mas sua produção só se desenvolve subjetivamente através das lentes de quem observa um fato. Mas “sem ‘sujeitos de percepção’, inexistente o acontecimento” (SODRÉ, 2012, p.34). Muniz Sodré argumenta que perseguir historicamente a objetividade jornalística, como se jornalismo fosse o reflexo do espelho do mundo real, é uma doutrina de caráter profissional-industrial sem garantias acadêmicas. Seria preciso traduzir um fato ou acontecimento, apreender e interpretar um significado e transmiti-lo em linguagem, de forma a integrá-lo em tecido social, através de um tipo de código simbólico comum na produção de sentido. Em Stuart Hall (1997), a representação é a primeira descrição do real, um reflexo ou um retrato, dando a ideia de fidelidade na instância da produção de sentido e no uso dos códigos e das convenções. De outro modo, representar é simbolizar, substituindo a presença de algo que está ausente a partir da matéria significante.

Muniz Sodré aborda criticamente a pretensão de verdade no jornalismo e sentencia: “A busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades do próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo” (SODRÉ, 2012, p.13). Ele expõe a contradição em termos da busca da verdade inalcançável e inerente da construção do próprio discurso de constituição e edição de acontecimentos. Retomando um Editorial do Jornal *O Globo* (04/08/2007), que defende que a notícia é o

imperativo da razão e fala por si mesma sem a influência política ou ideológica, o autor observa que “onde há discurso (produto básico do mercado simbólico da comunicação) há disputa em torno da produção de sentido, logo, ideologia” (SODRÉ, 2012, p.14).

Nessa pesquisa nos ocupamos do jornalismo escrito no impresso de jornais e revistas, além do conteúdo publicado na Internet, analisando características específicas que orbitam sua produção. Essa diferenciação é necessária já que observamos que no meio televisivo e radiofônico, apesar de essas noções estarem presentes, sua tradição oral permitiu a utilização de pronomes deslocados da terceira pessoa em várias ocasiões ou mesmo a aproximação com a audiência, até mesmo por condições mercadológicas.

Autores como Neveu (2006) relacionam a institucionalização das práticas de distanciamento e objetividade à profissionalização, acelerada pelos desafios de comunicação durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo ele, essa atividade profissional dispõe de uma cultura e uma ética que pode valer por meios contratuais, através do poder que o Estado lhe outorga e forma uma comunidade real em que seus membros partilham interesses comuns. Para Neveu (2006), os jornalistas dividem concretamente um repertório de competências. Ele observa que é latente entre os profissionais a visão de estar a serviço da sociedade e de atuar como mediadores, pedagogos e organizadores (Idem, p.37). Esse entendimento se aplica não apenas às modalidades de produção, mas também marca a identidade dos jornalistas e sua qualificação. Ruellan (2004) afirma que a competência não é uma questão absoluta, mas fruto de negociação entre as partes interessadas com trabalhadores, empregadores e poder público. Esse benefício simbólico alimentaria a “aura do jornalismo”.

A chamada Teoria do Espelho surge com a profissionalização do jornalismo no século XIX para a qual as notícias seriam reflexo ou espelho do real. E inaugura um novo paradigma: o jornalismo de informação deveria separar os fatos das opiniões. A comunidade jornalística, diferentemente da comunidade acadêmica, ainda defende muitas vezes a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, na medida em que sua atividade profissional está limitada por procedimentos técnicos e dotada de um saber de narração baseado no método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA, 2008, p.126).

Contudo, se antes o jornalismo era instrumento de luta política e ideológica. Agora sua prática cede lugar ao paradigma da informação como mercadoria. Aguiar diz que “o jornalista deixa de ser ativista político para se tornar um mediador neutro e imparcial que observa a realidade social e produz seu relato com método da objetividade, semelhante ao rigor metodológico do positivismo” (AGUIAR, 2008, p.18).

Hoje, a profissionalização do jornalismo se apropria do cotidiano para apurar novas perspectivas. Para Barsotti (2014, p.92), além de se distanciar do partidarismo político que o caracterizava, o jornalismo de opinião passa a se ocupar de assuntos cotidianos como crimes, cidades, julgamentos e se afastar da cobertura de política e economia. Na medida em que conquistava grandes circulações, esse novo jornalismo de informação contribuía para consolidar a empresa jornalística como negócio lucrativo, transformando a notícia em mercadoria. O jornalismo deveria ser um mero observador na realidade e relatar os fatos com equilíbrio e isenção.

Schudson (1978) lembra da racionalização da estrutura econômica da edição dos jornais. “Fontes de receita que dependiam de laços sociais ou posição política foram substituídas por receitas de publicidade e de venda com base no mercado” (idem, p.30). A adoção das técnicas americanas do lide é uma reação ao chamado “beletrismo”, ou ao jornalismo das belas letras em que o estilo predominava sobre a informação. Em 1958, Alceu Amoroso Lima escreveu “Jornalismo como gênero literário”, em que se apropria de parte da mitologia construída em torno do jornalismo americano, ao dizer numa passagem que “a objetividade é um dos traços naturais do jornalismo”. A história do surgimento do lide e a premissa de responder imediatamente a perguntas chave, de quem, o quê, quando, onde, e por quê?, corresponde à coroação e subsequente domínio da fórmula da “pirâmide invertida”, cuja premissa estava baseada em relatar primeiro aquilo que fosse considerado mais relevante e as principais informações necessárias ao entendimento nas primeiras linhas e se possível na primeira frase. Nessa fase, o jornalismo consolidou a ideia de que a principal função do jornalista era informar e não servir a interesses políticos.

Essa metáfora é sedutora mas tem um vício de origem já que não é possível revestir nenhum relato com o manto da imparcialidade, mesmo obedecendo critérios que emprestem equilíbrio à narração. Na obra “Somente os fatos: como a objetividade

chegou para definir o Jornalismo Americano”, David Mindich (1998) observa que os espelhos também podem distorcer e podem refletir as próprias percepções dos jornalistas. Assim, os paradigmas de objetividade, o distanciamento do objeto, o equilíbrio e a imparcialidade, para conferir credibilidade e conquistar audiência, são parte das práticas discursivas questionadas na atualidade, uma vez que, em alguns casos, são critérios subjetivos de um indivíduo que guiam o agendamento da notícia no cotidiano do exercício da profissão.

Para Luiz Amaral (1996, p.26), “em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos”. Ele expõe que o jornalista acaba se anulando ao buscar a imparcialidade e enfrenta outros caminhos que atrapalham o alcance da verdade, como os preconceitos. Amaral observa que o profissional vai fazer a matéria já sabendo a conclusão do caso e tem em mente as diretrizes editoriais da empresa, para lucro e poder dos proprietários, e enfrenta pressa, dificuldade de espaço e tempo e omissão.

Em acordo com o modelo construtivista do *newsmaking* ou noticiabilidade, pesquisadores como Gaye Tuchman, Mauro Wolf e Michael Novak argumentam que o jornalismo não é reflexo do real, mas uma construção social da realidade. Esses autores também retomam a cobertura jornalística de guerra para afirmar que de certa maneira a propaganda de guerra mostrou aos jornalistas como os fatos podem ser criados, manipulados e apresentados de vários ângulos. Segundo Traquina (2005a, p.137), as notícias pareciam tornar-se menos reportagem e mais a reprodução de um universo de fatos, os quais correspondiam aos interesses especiais de pessoas ou organizações que tinham os recursos financeiros para empregar consultores. Assim, o conceito de objetividade começou a ser criticado fundamentalmente pela suspeita de manipulação da informação e nos diversos condicionamentos que sofria (RODRIGUES, 2009). “Esse tipo de crítica tem se estendido até hoje. Partimos do princípio, basicamente, de que a objetividade é um bem que pode ser atingido, uma aspiração, mas que é de difícil acesso por vários motivos” (RODRIGUES, 2009, p.238).

Sobre as críticas à perseguição de uma objetividade tão inalcançável quanto sem sentido, Alsina descreve que sua ausência é menos culpa dos jornalistas e mais do arranjo dos meios de comunicação. Ele elenca a pluralidade de posições e primazia do

sistema político e “o efeito de verdade dessa não verdade gerada pela mídia é bem forte, já que se encontram encobertos a maioria dos mecanismos de produção” (ALSINA, 2009, p.238).

Barsotti (2014) lembra que a perseguição à objetividade estava ligada à necessidade de separar fatos e opiniões, mistura que caracterizava o jornalismo político da fase anterior. Para ela, ao buscar imparcialidade, o jornalismo garantia um suposto apartidarismo e não afastava anunciante de nenhuma espécie. “Ao mesmo tempo ampliava seu público com notícia do cotidiano, até então ausentes das páginas dos jornais” (BARSOTTI, 2014, p.91).

Nelson Werneck Sodré (1999) relata que o processo de profissionalização no Brasil foi tardio. Segundo ele, os jornais brasileiros se firmavam como empresas, mas ainda serviam a interesses políticos. O jornalismo praticado no Brasil no início do século XX estava mais próximo do jornalismo político do que do jornalismo de informação. Contudo, Martín-Barbero (2004) defende que é na batalha pelo estabelecimento do significado nas trocas simbólicas, características da narrativa nos jornais, que a cultura é construída e alterada continuamente, inclusive quando as tecnologias digitais são apropriadas nas rotinas produtivas jornalísticas. Em acordo com Jenkins (2009, p.29), a convergência é mais que um processo tecnológico, é uma transformação cultural.

Hoje, o espaço de troca simbólica ainda implica negociações de sentidos, mas a figura do jornalista perdeu o monopólio do lugar de fala. Barsotti (2014, p.108) observa que, portanto, os profissionais passaram a dividir o saber da produção discursiva da notícia e, portanto, das relações de saber-poder vinculadas à ordem do discurso jornalístico.

1.5.1 A reboque da tecnologia

Com criação do World Wide Web, em 1990, por pesquisadores do Centre Européen pour Recherche Nucleaire, em Genebra, grupo chefiado por Tim Berners Lee e Robert Cailliau, as rotinas produtivas foram profundamente alteradas e permanecem em transformação de velocidade assustadora (DEUZE, 2001) De repente, todo cidadão virou um potencial produtor de conteúdo informativo e não raro vem pautando as

discussões abordadas pela mídia tradicional, permitindo a consulta não linear em páginas multimídias com áudio, vídeo, infográficos animados.

Mark Deuze define quatro características do jornalismo online: hipertextualidade, interatividade, multimidialidade e customização de conteúdo. Os efeitos do jornalismo online, segundo Deuze (2001), são tecnológico, sociocultural e profissional, ou seja, o jornalista não é mais um único mediador.

Marcondes (2010) defende que o jornalismo é uma “profissão condenada” na medida em que a tecnologia permite acesso direto dos leitores à informação. Neveu (2006, p.40) acredita que “o caos da oferta de informação na internet pode devolver sentido à necessidade de uma forma de certificado de garantia para o profissionalismo dos jornalistas”.

Wolton (2007) chama a atenção que o pluralismo de ideias ficaria ameaçado sem o filtro profissional do jornalista: “Não é o suporte que dá sentido à informação, nem o receptor, mas o jornalista. Nessa legitimidade do jornalista resiste o papel essencial da profissão como intermediário, que muitos querem reduzir, ou suprimir, em favor de uma suposta ‘democracia direta’” (Idem, p.72).

Pinto (2000) lembra que as fontes não tornam públicas informações que sejam inconvenientes aos interesses ou à sua imagem. Assim, continuaria cabendo ao jornalista também o papel de pesquisar informações não divulgadas, confrontar diversos ângulos. Traquina (2005a) argumenta que manter distância dos agentes envolvidos não é só uma prática relacionada à cultura profissional e à rotina diária, mas à própria sociedade, ressaltando que a busca por aceitação consensual ajuda a alimentar o mito do “cão de guarda” e do “quarto poder”.

Lippmann (2002) foi o primeiro a usar o termo “valores informativos” em um livro chamado Opinião Pública de 1922, discutindo a dificuldade de se apontar objetivamente os padrões para seleção de notícias. Para ele, os critérios de seleção buscam provocar uma identificação pessoal com o leitor com as histórias publicadas. Segundo ele, no mundo tão complexo precisamos reconstruí-lo em modelos mais simplificados, precisamos de mapas mundo para atravessá-lo.

Hoje, o jornalista online é nomeado de mobilizador da audiência (BARSOTTI, 2014). Esse termo explica muitas características da transformação do jornalismo a partir

da interação com o leitor e da perda do monopólio de produção da informação. Até por uma questão de financiamento e lucro empresarial, o jornalista é desafiado cotidianamente a mobilizar sua audiência muitas vezes através da empatia dos cliques.

1.5.2 Desenforcamento da Subjetividade

Assim como em 21 de abril de 2015 uma instituição judicial brasileira decretou o desenforcamento de Tiradentes, personagem principal da Inconfidência Mineira¹², o Jornalismo e suas instituições estão promovendo o mesmo processo em relação à subjetividade e permitindo o narrador se aproximar do fato de modo particular. Por enquanto é prematuro afirmar que a experiência legítima mais a autoridade jornalística do que o distanciamento do objeto a ser descrito, mas a tecnologia estava fazendo por desmoronar o castelo de cartas da credibilidade baseada na objetividade. Sobretudo em um contexto de experiência pela vitimização, alçada ao status de celebridade pelo culto exacerbado ao individualismo na Internet, característica que é ao mesmo tempo causa e efeito dos fundamentos da sociedade contemporânea.

Muniz Sodré (2012) enfatiza que “o mercado, com o apoio da publicidade e da mídia, influi poderosamente na redefinição da subjetividade contemporânea, acentuando os elementos do imaginário e do desejo” (idem, p.63). Ele retoma o pensamento de Herman Parret ao tratar da ciência da linguagem e da crítica ao “paradigma verifuncional” em que o sujeito falante, social e comunitário, é esvaziado das suas motivações para tornar-se um comunicador ou informador: “para um tal paradigma, que institui a comunicação como fundamento estrutural da subjetividade, toda intersubjetividade equivaleria à comunicabilidade, toda comunicação a uma transferência de informação, sem maior atenção às expressões sensíveis da experiência vivida” (SODRÉ, 2012, p.65).

Sodré (2012) questiona quem é o narrador e de que forma o sujeito interpela a narrativa do fato: Um mero observador, uma vítima, uma memória, um testemunho?

¹² Inconfidência Mineira – uma tentativa de revolta, em 1789, na então Capitania de Minas Gerais contra a execução da derrama e o domínio português. Derrama era a cobrança de imposto no qual cada região produtora de ouro deveria pagar 100 arrobas (1500 quilos) à Metrópole. Quando a região exploradora não conseguia atingir o valor, soldados invadiam as casas e levavam os pertences das famílias até completar o valor devido.

Quem é o jornalista? Um interprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos (Idem, p.63). O autor estabelece esses parâmetros ao tratar do acontecimento como registro afetivo do mundo.

Paulo Vaz (2011), analisando o comportamento das vítimas de catástrofes naturais, elabora o conceito de vítima virtual, proposto como uma característica da subjetividade contemporânea. A vítima virtual emerge a cada vez em que indivíduos, diante dos meios de comunicação, apreendem a possibilidade de irrupção súbita de sofrimento em suas rotinas prazerosas. Na sua especificidade histórica, a vítima virtual provoca três transformações maiores na política da piedade, a forma moderna da política como reconhecimento do sofrimento do outro: 1) da desigualdade à rotina segura e prazerosa como lugar de se pensar o justo; 2) da piedade por uma “massa de miseráveis” à compaixão à distância por indivíduos; 3) da denúncia do Estado por perpetuar a desigualdade à indignação pela incompetência e imoralidade dos “políticos”.

Desse modo, compreende-se que a vítima é uma figura subjetiva maior da atualidade, inicialmente por seu potencial de generalização. Um mesmo evento causa mais vítimas do que seria usual esperar e diferentes tipos de eventos geram vítimas. A evolução recente do conceito de estresse pós-traumático explicita o potencial de generalização. Esse conceito está diretamente vinculado à emergência da vítima, na medida em que propõe que ninguém sai de um evento traumático são e salvo – pode se salvar, mas não estará são, pois trará consigo uma ferida psíquica (VAZ; CARDOSO, 2011, p.215). No próximo capítulo, iremos discutir relações entre o observador em primeira pessoa e as novas construções do discurso jornalístico que emergem do deslocamento do jornalista para o papel de vítima em relatos jornalísticos contemporâneos.

2. Observador em primeira pessoa: construções do discurso jornalístico

Narrativas de sofrimento em textos de reportagens expõem as fraturas de uma crise de identidade dos jornalistas que debilita sua tradicional atividade mediadora e abala sua condição de perito, ou de meta-sistema perito, como identifica Luís Felipe

Miguel¹³ (1999). O autor se apoia nos estudos do sociólogo inglês Anthony Giddens (1991, p.35) para categorizar o sistema perito, ou seja, “sistema de excelência técnica” cuja efetividade depende do estabelecimento da confiança com os leitores para alcançar a centralidade do processo político e de ordenamento democrático. A contribuição de Giddens (Idem) também se configura no modo de problematizar a relação entre informação e sociedade.

Zelizer (1992) analisa como os jornalistas têm usado a prática da narrativa como sinônimo de representação coletiva e para compartilhar códigos de conhecimento, que nutrem também sua autoridade cultural. A questão central é o que faz do jornalista a pessoa autorizada e com credibilidade para ser investido do lugar de fala, para produzir uma voz especial sobre os acontecimentos. Ela diz que isso deriva da crença popular que os assume com a promoção de autoridade e observadores acreditáveis no mundo real – ou seja, os jornalistas exercem uma autoridade cultural.

Por autoridade cultural, a pesquisadora entende que é o conjunto de qualidades que possibilita aos jornalistas ter mais autoridade sobre um fato do que outro grupo social. O conceito, diz ela, está cercado na academia de discussões sobre dominação, poder e expertise. Por isso, Zelizer (1992) defende que os atos de autoridade funcionam como fontes de uma tecnologia codificada, que guia os indivíduos em modos apropriados de ação. Ela recorre Émile Durkheim para discutir a noção de representação coletiva, argumentando que a estrutura coletiva de compreensão do mundo implica autoridade emanada de indivíduos que dão sentido a essa forma de representação.

Zelizer (1992) assume que a autoridade cria comunidades em torno de pessoas que compartilham noções em comum sobre determinado assunto. A autoridade funciona como um modo de construção da própria comunidade e é a responsável por mantê-la unida. Mas, ela questiona, por que e como os jornalistas estariam interessados em construir sua própria versão sobre eventos públicos/ coletivos? A autoridade é importante não só para o efeito no público, mas também produz efeito entre os próprios comunicadores, de acordo com sua perspectiva. A autoridade cultural ajuda os jornalistas a usarem suas interpretações de eventos públicos para moldarem as suas autoridades comunitárias. Isso é particularmente importante quando alguns grupos –

¹³ Texto completo disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0701999000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 15 jul. 2015.

jornalistas, políticos, historiadores – usam construções da realidade para descrever eventos de determinadas formas preferenciais.

A autora constrói três visões sobre o conceito de autoridade jornalística. A primeira correlaciona aquilo que o jornalista diz e aquilo que a audiência acredita – a credibilidade de seu relato, torna-se, assim, a crença que induz a audiência. A segunda, dominante nos estudos organizacionais, diz que a autoridade jornalística é um conjunto de estratégias em que cada participante compete por poder. É derivada de estudos de controle social dentro de redações e descreve a luta entre eles pelo poder – manejando o tempo, impondo quadros prediletos para organizar as fontes, mitigando conflitos pessoais. A última descreve a autoridade jornalística como uma construção social para abordar questões socioculturais maiores como dominação e poder. Para Zelizer (1992) a autoridade é um mercado de poder atrás da construção da notícia que enfatiza o poder, através da cooptação política ou de assuntos econômicos com novos discursos (Idem).

Neste trabalho nos interessa observar a crise de identidade do jornalista, antes referendada por sua condição de mero observador e mediador da realidade social, acionada por seu deslocamento para o espaço central da narrativa, a partir de suas próprias experiências de sofrimento como a das vítimas comumente relatadas nas reportagens, as quais legitimam sua autoridade. O desenvolvimento desta retórica é alçado pelo individualismo, incorporando uma estratégia argumentativa na qual o relato da vítima dificilmente é analisado de modo crítico. O resgate da credibilidade do jornalista estaria relacionado ao distanciamento da história que ele vai contar, submetendo sua análise ao crivo da objetividade e da imparcialidade ao dar voz aos diferentes atores do fato. Mas o repórter tende a deixar de exercer esse modo de enunciação do acontecimento, a partir da ruptura desse pacto de confiança com seu consumidor para rearticular sua autoridade a partir do lugar do testemunho, em acordo com Miguel (1999). Hoje, ele se aproxima do sofrimento na medida em que compartilha a experiência como figura central e ator social relevante na história que relata. Assim, assume um lugar de autoridade diferente da anterior prática discursiva de reportagem.

Atualmente, os jornalistas têm suas práticas atravessadas pelo “exército de amadores” que fustigam conhecimentos e procedimentos e exige novos protocolos profissionais, já que a prática jornalística começa a sofrer uma intensa disputa com outras formas de produção informação, possibilitada pelo acelerado uso de tecnologias

de comunicação e da internet. Identifica-se que há por parte dos jornalistas um esforço pela “atorização”, isto é, pela participação dos profissionais como atores dos acontecimentos, como forma de manter sua identidade, como define Fausto Neto (2011). Essa mudança é caracterizada, por exemplo, pela substituição do narrador pelo âncora, mas também pelo crescimento de blogs de jornalistas. Nesse processo, há um conjunto de transformação na prática jornalística.

2.1 O lugar do testemunho na reportagem

O ofício do jornalista é a coleta de informações, experiências e notícias em todo lugar. Ele seleciona e distribui. É observador, um tradutor da realidade cotidiana. Ele é quase especialista do interesse geral e é isso que o distingue. Fausto Neto (2011) observa o fenômeno da atorização “quando o jornalista, até então mediador dos acontecimentos, passa a se estabelecer na processualidade sistêmica como um ator”. Essa transformação implica em tensionamentos do papel do jornalista como mediador da experiência de realidade do cotidiano, mas também no próprio “estatuto do acontecimento de natureza jornalística”, a partir de novas roupagens de sentido. Muniz Sodré argumenta que a corporação jornalística precisa dar conta de um “compromisso histórico com o desocultamento público dos fatos” (SODRÉ, 2012, p.45), de modo que sua credibilidade repousa no lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador.

O ritmo de distanciamento e objetividade dos relatos jornalísticos restringia a prerrogativa de utilização na primeira pessoa, como nas crônicas, a poucos espaços nos jornais. O protocolo de escrita das reportagens era determinado pela imparcialidade. Hoje, no entanto, o jornalista tem superado o lugar de mediador e observador e passa a ocupar lugar de personagem central de matérias jornalísticas e se coloca na posição de vítima, ainda que a configuração desse estilo narrativo é, em geral, circunstancial e não tem sido observado em grandes tragédias coletivas, como desastres aéreos e naturais ou ataques terroristas. Nas reportagens que citaremos, observa-se que o sofrimento e compaixão se articulam no espaço público por meio desse novo modelo de prática jornalística. A vítima se torna uma figura emblemática na cultura da sociedade contemporânea, o sofrimento do vizinho pode ser o seu amanhã. A audiência vai considerar o sofrimento do outro se o relato do repórter provocar empatia e

envolvimento, podendo reconhecer o mesmo desconforto experimentado pelo jornalista em sua vida.

A prática jornalística questionada como método de refletir o real passa também por uma experiência que muitos autores classificam como a crise do observador. Na contemporaneidade, a possibilidade de acesso aos acontecimentos sociais sem a necessária mediação do repórter, permite que o testemunho corte o elo da vítima com o observador. Assim, o jornalista perde a prerrogativa e condição de ser o único ator social capaz de decidir se o sofrimento do outro é relevante. E a sua credibilidade pode ser questionada quando decide narrar a sua própria história na construção de uma reportagem, a qual passa a constituir a experiência da vida social. Nesse processo, está inserida a crítica à moralidade em sociedades ocidentais nas décadas de 1960 e 1970. Nos Estados Unidos, por exemplo, com a discussão dos direitos civis. Cinquenta anos depois, outras sociedades, como a brasileira, a elegeram como prioridade o debate sobre preconceitos, de gênero e raça, e contra minorias.

Os principais desafios do jornalismo hoje são o desenvolvimento e uso das tecnologias digitais e o tratamento da quantidade de informação que circula na Internet, como o volume de material multimídia, com textos, áudios, vídeos postados e compartilhados o tempo todo na rede. As mídias sociais criaram quase um universo paralelo do jornalismo formal e são grandes fontes e produtores de notícias com alcance, em alguns casos, maior do que o de veículos tradicionais. Podemos, no entanto, observar um descompasso entre a intenção de veículos de comunicação e dos próprios jornalistas de se adaptar, diferenciando a informação jornalística que produzem, e, ao mesmo tempo, de dialogar com a colaboração e participação de pessoas e fontes diversas da produção da notícia. Mauro Wolf pondera em referência as teorias dos meios de comunicação que o jornalismo consiste em uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta. Ele afirma que esta prática social oscila entre a obtenção de resultados relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas, e o fracasso na obtenção de efeitos (WOLF, 2009, p.12).

Nas experiências observadas na imprensa brasileira, o observador não está mais marcando a distância com seu objeto, ao contrário demonstra que seu sofrimento, seu testemunho, o permite ocupar um lugar de autoridade e igualdade diante do leitor e de outros sofredores. Esta forma discursiva pode ser compreendida como a construção da

tríade referida por Lïc Boltanski constituída pelo observador, sofredor e terceiro, que pode ser o causador ou salvador. Essa lógica está inserida em narrativas que povoam os meios eletrônicos. Nos habituamos a ler relatos de anônimos que reivindicam vez e voz através do espaço da Internet.

Boltanski (*apud* CAMPOS, 2009) se empenhou em analisar denúncias, críticas e demandas de vários atores sociais destacando como narrativas particulares podem ser universalizadas, ou seja, transformadas em questões da coletividade. Segundo o autor, uma investigação da capacidade crítica de diferentes atores sociais somente seria possível caso se admitisse que os indivíduos não são meros autores coagidos (CAMPOS, 2009).

2.2. Primeira pessoa

O eixo principal do discurso clássico da imprensa brasileira, que durante a incorporação de reforma nos idos de 1950, no Diário Carioca, por exemplo, importou o modelo de objetividade e o esquema norte-americano da pirâmide invertida conhecido como lide. A terceira pessoa, a impessoalidade e a objetividade na apresentação das informações são características que acentuam o distanciamento entre a audiência e o observador. Ele não está mais olhando de fora para dentro. Seu olhar é de dentro para fora, de forma que os recursos verbais, textuais, visuais são apresentados para construção de narrativas como relatos da testemunha ocular, envolve também a audiência como testemunha em processo quase terapêutico (PETERS, 2001).

Nos anos 1990, o jornal O Dia, então um dos de maior circulação no país, criou um boxe chamado “Eu vivi o problema”, em que o repórter que sofreu na pele algum problema durante a apuração ou passou por uma situação de constrangimento que originou uma pauta, era instado a escrever na primeira pessoa sobre o ocorrido. Era um espaço graficamente demarcado, e não a matéria principal, operando como um elemento de apoio, uma espécie de índice de verdade. Seguindo a mesma lógica, embora com foco nas reportagens de comportamento, o Jornal do Brasil mantinha na revista Domingo uma seção fixa chamada “Nós testamos”, o que colocava o uso da primeira pessoa pelo repórter como uma tática de envolvimento, de cumplicidade com o leitor. O Dia, no Caderno D, fez a mesma coisa, com pautas como a calça jeans “levanta-bunda”.

Nesse caso, não há qualquer vitimização – talvez exceto pelo constrangimento enfrentado por alguns jornalistas na própria execução da pauta. Estas seções acabaram desaparecendo de cena. A linguagem jornalística tem permanecido predominantemente referencial, e mesmo os coletivos que estão na luta por visibilidade na rede evocam essa linguagem, lançando mão da terceira pessoa para criar um efeito de realidade e se colocando como os verdadeiros guardiões da objetividade, em oposição à tal imprensa ou grande mídia. Contudo, a experiência de colocação do próprio repórter como vítima em narrativas jornalísticas da imprensa nos instiga a repensar os parâmetros que ancoram essa prática discursiva na atualidade.

Didier Fassin observa que a partir da década de 1980, quando foi revisado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na sigla em inglês DSM III, a vítima ganhou um novo estatuto social. No livro “O Império do Trauma”, Fassin (2007) faz um percurso histórico e social, permeado pela psicanálise, sobre o reconhecimento da autoridade do testemunho daquele que passou por um trauma e como essa narrativa se transforma em verdade até mesmo pelo surgimento de políticas de reparação do sofrimento. O autor descreve essa mudança em relação ao sujeito como “eventos extraordinários vividos por sujeitos ordinários”, de forma que não haveria possibilidade de suspeitar de uma vítima ou de uma causa prévia ou um “sujeito predisposto” que justificasse o sofrimento dela.

O empoderamento da vítima, sob a perspectiva do pesquisador, inclusive do ponto de vista jurídico, se dá ao longo de quase cem anos de história e ainda encerra tensionamentos em várias sociedades ocidentais. Esse processo se aprofunda no decorrer da primeira e da segunda guerra mundial, e o trauma do holocausto. Antes, observa Fassin (2007), a vítima era vista com desconfiança. Primeiro, havia uma interpretação de neurose pós-traumática, pela psiquiatria, que colocava a vítima sob suspeita e a caracteriza com distúrbios de guerra. Nesse modo, observa ele, há um estigma ligada à fragilidade intrínseca ao indivíduo. Ele é o problema e não a própria guerra.

Depois, no pós-2ª Guerra, há um questionamento sobre o indivíduo que apresenta o trauma, ainda com a desconfiança de que ele pode ser mais fraco do que outros sujeitos que vivenciaram as mesmas experiências. Nesse momento, o trauma é reconhecido, mas um evento anterior é na verdade o desencadeador, a origem, de todo o

sofrimento. A passagem do holocausto, segundo Fassin (2007), é sem dúvida um marco nesses estudos, mas os efeitos dessa experiência só serão conhecidos muitos anos depois por causa do desgaste e a dificuldades dos sobreviventes em transformar as lembranças terríveis em discurso. O deslocamento do lugar do trauma é aprofundado com os horrores da Guerra do Vietnã. E só a partir dos anos de 1980 é que o evento é entendido como força suficiente para desencadear o trauma, “eventos extraordinários, vividos por indivíduos ordinários” (Idem).

Essa mudança no estatuto da vítima também está associada à transformação do estatuto de verdade. Segundo Fassin (2007), a verdade do sujeito só ele pode narrar, porque só ele a vivenciou. A vítima, portanto, é o único indivíduo possível de ser a testemunha daquilo que realmente aconteceu. A narrativa da vítima, portanto, será a única capaz de mudar a apreensão social sobre o fato, configurando a passagem “da clínica do trauma para a política do trauma” (FASSIN, 2007, p.129). Esse deslocamento traz como consequência a denúncia da verdade ética para além do julgamento, ou sejam esvazia o julgamento moral tolerado antes.

O trauma se torna a linguagem universal de uma economia moral do intolerável (FASSIN, 2007, p.146) e o testemunho o guardião da memória do inaceitável. Essa narrativa enuncia uma verdade ética para além do julgamento. Ela é da ordem do singular reconhecendo e marcando o lugar do intolerável na sociedade contemporânea. As pessoas, no entanto, não se conduzem como vítimas passivas, mas se apropriam do próprio trauma em sua defesa é um elemento de luta no presente através da representação de uma experiência no passado.

A memória se constrói no presente e, como argumenta Zelizer (1992), e o jornalismo é constituído de narrativas de memória do tempo presente para semantizar os acontecimentos através de enquadramentos. Esses enquadramentos se estabelecem “quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, onde há manipulações conscientes ou inconscientes (há ação) do interesse, da afetividade, do desejo, da inibição, da censura sobre memória individual” (ZELIZER, 1992). Para Gilberto Velho (2003), é resultado disputas das forças sociais pelo poder, já que ao controlar o sentido do passado, o narrador controla também ação sobre o presente. O narrador, como explica Benjamim (1983) é o guardião da tradição, do passado e da memória, mas o elemento cultural hegemônico de aceleração do tempo para construção

do novo e do progresso, promove a ruptura com o passado já que não há mais tempo e espaço para ouvir a experiência do narrador.

Em “Tempos Passados”, Beatriz Sarlo analisa a proliferação de relatos de vítimas e testemunhos sobre o regime de exceção na Argentina e em outros países latino- americanos. A autora mostra como foi fundamental a composição do discurso em primeira pessoa para reconstrução da experiência. Ela analisa as características e recursos usados pelo narrador, observando que “atos de memória” podem conter somente uma versão para os fatos e, por isso, podem ser contestados mais tarde. O ponto central e crítico da análise de Sarlo (2007) é a chamada “virada subjetiva” que se seguiu, segundo ela, ao renascimento ou valorização do “eu”, ampliado em sociedades que vivem a subjetividade não só na dimensão íntima, mas em manifestação pública. Sarlo (2007) também observa o lugar de autoridade da vítima na produção e condução da experiência através da narrativa. Esse modo de contar histórias pessoais e coletivas é reafirmado também pela crescente promoção do individualismo na atualidade, afirmando que a memória é um bem comum, um dever e uma necessidade, jurídica, moral e política:

Além da aceitação dessas características, é bem difícil estabelecer uma perspectiva que se proponha examinar de modo crítico a narração das vítimas. Se o núcleo de sua verdade deve ser inquestionável, também seu discurso deveria ser protegido do ceticismo e da crítica. A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça (SARLO, 2007, p.47).

Segundo Foucault (2007), a resistência em revelar um segredo sempre conferiu autenticidade e verdade à História pelo esforço de ultrapassar obstáculos. Há, portanto, um valor de verdade implícito naquele que revela o segredo, próprio da confissão. A enunciação de um segredo transforma o sujeito que fala e a passagem da confissão para testemunho produz uma valorização da experiência do desconforto. Assim, o sofrimento é incorporado à narrativa através da dimensão da verdade. Ninguém melhor para contar uma história traumática do que a própria vítima, refletindo a afirmação da individualidade.

A compreensão dos processos de mediação do jornalismo demanda repensar os processos de midiaticização da sociedade, que estamos abordando em vários momentos

nessa pesquisa. As reflexões sobre a midiaticização da sociedade alargam e aprofundam o entendimento de aspectos e dinâmicas dos processos comunicacionais, inclusive das práticas jornalísticas. O argumento central dos estudos da midiaticização, como o de Muniz Sodré, é que o entendimento desta nova ordem, com novos regimes midiáticos de produção do real, implica uma radical ruptura com o paradigma representacional, pois a midiaticização envolve uma “mescla” cada vez mais intensa, transversal e multidimensional dos meios de comunicação em todos os campos sociais.

Sob essa perspectiva, um dos efeitos mais importantes da midiaticização da sociedade nos discursos jornalísticos é a transformação do modo de relatar o acontecimento na terceira pessoa para uma narrativa que insere o repórter como ator relevante e até como vítima nas reportagens, de modo que a ideia de representação seja aparentemente dissolvida e seja estabelecida uma cumplicidade maior com o leitor na partilha de sentimentos e percepções comuns entre os jornalistas e os cidadãos.

2.3 Discurso do sofrimento do observador

É possível observar outras características do texto jornalístico em que o eixo do observador para vítima está deslocado. Pontuamos a utilização do pronome em primeira pessoa, a reprodução de diálogos e o tempo verbal no presente do discurso da vítima para reviver a história colocar o indivíduo no interior da experiência, em um lugar privilegiado. O testemunho nesse universo também pode ser caracterizado pelo acúmulo de detalhes (SARLO, 2007). A autora salienta que para o pesquisador é fundamental na análise crítica identificar falhas, ausências e verdades particulares em uma perspectiva histórica.

O testemunho por sua auto-representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada (SARLO, 2007, p.38).

Nos relatos jornalísticos que vamos analisar em seguida não há a pura descrição dos cenários e a constituição de um texto literário clássico, mas a subjetividade também está presente na apresentação e simbolização das emoções. A construção da argumentação também está relacionada às novas representações das vítimas no discurso jornalístico contemporâneo. No livro “Instinto de Repórter”, que reúne matérias investigativas da jornalista Elvira Lobato, a introdução diz:

Cursava o quinto período de jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando decidi morar em uma pensão para moças no bairro do Catete, com propósito de fazer uma reportagem sobre a vida das migrantes que vinham para o Rio em busca de emprego. Era setembro de 1976 e eu tinha 22 anos (LOBATO, 2005, p.7).

E segue: “Durante uma semana, dividi um quarto com cinco moças, e registrei a vida miserável que levavam como balconistas, garçonetes e auxiliares de escritórios, e a solidão na pensão superlotada”. A reportagem foi publicada no *Jornal do Brasil*, no dia 20 de outubro de 1976.

Entre 1976 e 2013, entre a reportagem de Elvira Lobato para o *Jornal do Brasil* e a de Andrea Dip para Agência Pública de Notícias – primeira reportagem em primeira pessoa que será posteriormente analisada nessa pesquisa – se passaram 37 anos, período em que a representação midiática de diferentes sofrimentos é profundamente transformada. No passado, a construção da gramática do sofrimento estava ligada a questões de desigualdade social. Na década de 1970, havia o drama de mulheres e homens retirantes dos sertões brasileiros em busca de uma vida melhor em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Um drama social acompanhado de repercussões individuais como a solidão que contrasta com a superlotação dos quartos, a vida pobre e miserável que persiste apesar da mudança de estado. Era o recorte de um país desigual marcado pela luta coletiva de sobrevivência antropológicamente vivenciada pela experiência imersiva da repórter. O texto obedece à estrutura da narrativa jornalística clássica em terceira pessoa marcando a distância entre o observar, seus personagens e seus leitores. Sim, Elvira Lobato conviveu com aquelas mulheres e descreveu seus dramas – “seus” dramas, não os dela, os “nossos”.

Em 2013, Andrea Dip também relatou o sofrimento de outras mães com o objetivo de desenhar uma problemática social e a crise na saúde pública e privada do

País. Porém, o que legitima e dá autoridade à sua narrativa é o drama pessoal, mais do que a convivência é a capacidade de experimentar. Não há mais uma ênfase no sistema capitalista ou na estrutura das relações sociais como causa do sofrimento. O sofrimento e o drama diário individual, capazes de mobilizar a consciência subjetiva, foram eleitos pelo relato jornalístico cotidiano para ocupar o lugar da representação da experiência humana na coletividade (SODRÉ, 2012).

É preciso ainda comparar a narrativa de Andrea Dip com textos publicados diariamente em blogs, sites e redes sociais, por exemplo. Há pontos de congruência entre a reportagem da Agência Pública de Notícias e, por exemplo, o relato sobre maternidade em “Mais respeito, por favor”, publicado por Camila Antunes, no site Colher de Saia, em 13 de maio de 2014¹⁴. Nesse a autora descreve seu drama pessoal em uma publicação em site especializado que aborda questões femininas na Internet. É um espaço de audiência segmentada. Em seu relato em um ambiente público e irrestrito, ela se apropria de elementos de linguagem de um diário e descreve seu sofrimento de maneira temporal e cronológica, compartilhando uma experiência a partir do lugar de autoridade de quem vivenciou o acontecimento e sobreviveu. Em alguns momentos se aproxima de uma descrição jornalística clássica com a citação de “aspas”¹⁵ para conferir mais credibilidade ao que está sendo relatado. A autora também é jornalista e lança mão das ferramentas clássicas para defender seu argumento.

Os dois referidos testemunhos “jornalísticos” abordam a mesma questão – desumanização do parto no Brasil – e resgatam relatos pessoais sobre desejo das mães de um parto normal ou natural, além de evidenciar a falta de compromisso médico com atendimento humanizado da mulher. Fausto Neto (2011) contribui para reflexão sobre recursos narrativos que conferem credibilidade quando observa a relação entre sistemas – no caso o jornalístico e o literário – considerando o que significa para o jornalismo como sistema afetar e ser afetado por outro. Há, em certa medida, influência de gêneros literários na construção da narrativa de vítima em relatos jornalísticos na atualidade. A intervenção pessoal é uma questão central na problemática do texto a partir

¹⁴ Disponível em <<http://colherdesaia.com/2014/05/13/mais-respeito-por-favor/>>. Acesso em 15 jul. 2015.

¹⁵ “Aspas” no jargão jornalístico remete ao discurso integral e sem cortes de uma personagem ou fonte que fala em *on records* para a reportagem.

deslocamento do jornalista como observador ou mediador para personagem principal da reportagem.

Investigando o gênero narrativo literário, Jo Gill (2006) se baseia em uma série de exemplos, como testemunho de vítimas do Holocausto, a narrativa do pós-feminismo inserida no “Diário de Bridget Jones” e a questão racial no regime de Apartheid, para avaliar as noções convencionais da narrativa literária e sua relação com a verdade, autoridade e subjetividade. Uma de suas questões centrais também é investigar se existe um elemento de escolha nesse tipo de construção narrativa, buscando identificar se a confissão é coagida de forma específica e individual ou se é constituída como uma forma social. É nesse contexto que está inserida a discussão sobre os desdobramentos do discurso autobiográfico que hoje explica essa forma de tradução de sofrimentos de indivíduos como um mecanismo imperativo de credibilidade do relato jornalístico.

2.4 Prática incipiente

O resultado da crítica à moralidade dos anos de 1960 e 1970, quando o moderno refletia uma condição social de desigualdade, foi o retorno à indignação contra os imorais a partir da impossibilidade de contestação do direito à vida. Nesse sentido, a narrativa do sofrimento se configura como elemento central de reflexão sobre o real. O jornalista- observador que antes era mediador, perde a condição de ser o único a decidir se o sofrimento é relevante ou não para tornar-se público. E ele próprio passa a ocupar o lugar da vítima.

O testemunho e sua narrativa em primeira pessoa sedimentam um terreno da subjetividade analisado por Beatriz Sarlo (2007), com muita propriedade, de um lugar inquestionável na narrativa e, portanto, protegido do ceticismo e da visão crítica do leitor. Quando transportado para um texto jornalístico esse testemunho estabelece novas relações morais e desloca o lugar do observador, estabelecendo uma perspectiva de autoridade. Assim, afasta as desconfianças e privilegia uma experiência jornalística que confere impacto e envolvimento à narrativa.

Pontuamos nesse capítulo a diferença entre textos jornalísticos clássicos em que o observador narra experiências de outro, mesmo com sua imersão no ambiente das personagens como as reportagens, como os de Elvira Lobato, e a narrativa do

observador em primeira pessoa assumindo o lugar da vítima. Trata-se de inovações nas práticas jornalísticas e suas implicações também refletem experiências cotidianas de valorização do “eu”, da análise subjetiva dos fatos e do individualismo.

Ainda retomando Beatriz Sarlo (2007) quando a autora ressalta o relato de testemunho como perigo, chamando a atenção para os “atos de memória” que remetem apenas a um lado da história. Sob essa perspectiva, a vítima dificilmente pode ser questionada pela concretude da experiência. Em um texto jornalístico a necessidade da presença do contraditório e do “outro lado” é imperativa para o equilíbrio e legitimidade de uma reportagem, o que não é preconizado no relato em primeira pessoa.

Revela-se que o resgate da credibilidade do jornalista tende a estar relacionado à sua saída do papel de observador e mediador para ocupar o lugar do testemunho. Esse fenômeno é recorrente em matérias recentes publicadas em revistas e jornais de grande circulação, os quais serão discutidos adiante. Mas o desafio que se apresenta é o exercício de uma prática jornalística equilibrada e que não comprometa as funções clássicas do jornalismo, a partir da utilização de técnicas narrativas subjetivas submetidas ao testemunho em primeira pessoa. No próximo capítulo, apresentamos o estudo de caso constituído por uma análise de quatro reportagens publicadas na imprensa brasileira entre 2013 e 2015 em diferentes veículos de comunicação.

3. Percurso Metodológico

Os relatos baseados no testemunho e em primeira pessoa no jornalismo diário não fazem parte de uma fórmula exatamente nova, como vimos anteriormente, e tampouco desenvolvida a partir de técnicas introduzidas nos meios de produção originária de um contexto tecnológico recém-inaugurado. Mas uma das questões que motiva essa pesquisa é investigar se a frequência desse tipo de narrativa, realçada pelo

testemunho do profissional como a vítima e personagem principal, pode ser caracterizada como uma manifestação que vem ganhando maior expressão na era digital. Nesse sentido, busca-se compreender como essa prática discursiva centrada na experiência individual do jornalista, o qual faz uso de expedientes linguísticos distintos dos textos jornalísticos tradicionais que priorizam o relato do fato ancorado nas diretrizes da objetividade e da imparcialidade, impacta o exercício profissional.

Para observar esse fenômeno, o percurso metodológico adotado nesta pesquisa foi amparado pelas contribuições originárias da revisão bibliográfica realizada, especialmente pela Cartografia de Martín-Barbero (2004) e pelos estudos de mediação, com ênfase na “análise da inserção da comunicação nas práticas sociais cotidianas” (Idem, p.224), as quais permitiram a realização de um mapeamento do fenômeno estudado. Integradas a esse mapeamento, foram ainda realizadas entrevistas em profundidade com profissionais responsáveis pelas reportagens coletadas, buscando constituir uma reflexão baseada tanto na reflexão crítica quanto na experiência empírica. As entrevistas em profundidade constituem-se como uma prática investigativa associada à Antropologia e à Etnografia, como sugerem Cremilda Medina (2007) e Cláudia Lago (2007), e aqui são utilizadas para agregar à investigação o olhar e a experiência dos profissionais na segunda fase desse estudo. Os jornalistas entrevistados assumem os relatos dos acontecimentos na primeira pessoa, deslocando sua própria posição de mediador para o papel de vítima. A terceira fase deste percurso metodológico corresponde a uma análise dos depoimentos desses profissionais para sistematizar suas experiências, por meio de categorias de análise qualitativa constituídas a partir da referida revisão bibliográfica realizada. Assim, o desenvolvimento da pesquisa permitiu desenvolver categorias analíticas, que serão dissecadas no próximo capítulo, para observar as marcas de um jornalismo em mutação, que valoriza a exposição da intimidade do narrador para aproxima-lo de seu leitor e de sua audiência. Sob essa perspectiva, é realizado um estudo das manifestações de repórteres como vítimas na narrativa do cotidiano, a partir da experiência e do discurso do próprio profissional de jornalismo e de sua relação com a produção de conteúdo da notícia.

De fato, as novas tecnologias reconfiguram a escrita e buscam proporcionar um papel mais ativo por parte do leitor, alterando o código de leitura. Em um “mundo posto em rede técnica, modifica-se profundamente a experiência habitual do tempo, a da

ordem temporal, sucessiva dando lugar à simultaneidade e à hibridização”. (SODRÉ, 2012, p. 101). Segundo o autor essas práticas alteram estruturas textuais e suas pontuações rítmicas.

3.1. Revisão bibliográfica

O desenvolvimento da arquitetura metodológica de uma pesquisa passa, inequivocamente, por conceitos teóricos que amparam o desdobramento desses estudos em ferramentas e procedimentos e ajudam a problematizar o objeto da pesquisa. No caso desta investigação, alguns autores, como mencionado anteriormente, muito contribuem para reflexão da problemática do deslocamento do jornalista na narrativa das reportagens. Os principais pesquisadores que compõem o quadro conceitual para esta Dissertação são: Beatriz Sarlo, Bárbara Zelizer e Didier Fassin. Contudo, outras correntes teóricas também permitiram o aprofundamento das discussões acerca do jornalismo como será discutido adiante.

O discurso jornalístico sofre transformações no tempo, assim como outras atividades que podem ser consideradas como práticas sociais. Durante muito tempo, observamos a valorização do apagamento do jornalista como narrador dos fatos, especialmente após a profissionalização. A narrativa em primeira pessoa não significa uma excepcionalidade, uma construção singular, mas as características que se apresentam na contemporaneidade podem indicar o início de um espalhamento desse tipo de discurso narrativo, a partir da contaminação da linguagem em primeira pessoa, disseminada e própria das expressões na Internet, com a explosão do personalismo exacerbado. Esse modelo também provoca transformações discursivas nos meios de comunicação mais tradicionais, responsáveis anteriormente pela consolidação da lógica do apagamento da primeira pessoa.

Amparado também pelo conceito de *framing* de Goffman (1974) e pela historiografia de Certeau (2008) e as contribuições de Medina (2007) sobre o testemunho, esse estudo empírico pretende compreender não só as características dessa prática discursiva na contemporaneidade, mas discutir se o deslocamento do jornalista para a posição de vítima modifica sua relação com a realidade, tornando o discurso

jornalístico menos referencial ou não, o que poderia contribuir para uma atual crise da representação nos discursos jornalísticos.

Nos estudos culturais da comunicação, Martín-Barbero propõe que a mediação permite a construção da identidade. Ela está, portanto, na estrutura da sociedade e da cultura e é cultural, explica ele, porque é fundamentalmente simbólica. Sob esta perspectiva, a comunicação é um espaço simbólico, no qual a própria constituição do ser é mediada pelos gêneros discursivos. O autor demonstra como a centralidade da comunicação é contraditória, e faz um alerta sobre o esvaziamento das relações de poder. Martín-Barbero sugere ainda uma ruptura com o midiacentrismo. Neste trabalho, serão observadas as articulações propostas no mapa das mediações de Martín-Barbero, a partir das noções de institucionalidade, sociabilidade, ritualidade e tecnicidade.

No texto “Antropologia e Jornalismo: uma questão de método”, Lago (2007, p.23) observa que não é possível dissociar comunicação de cultura e sugere a etnografia e a imersão do pesquisador a partir da descrição aprofundada “como uma forma humanizada de encontrar respostas na observação participante”. A observação participante pode ser entendida como método no qual há contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado por meio de sua inserção no ambiente ou contexto (PERUZZO, 2005).

Mas para esta pesquisa escolhemos realizar as entrevistas em profundidade porque nos permitem, como propõe Lago (2007) e Medina (2007), usar diferentes tipos de vozes na construção em nossa própria narrativa e na análise aqui realizada. Medina ressalta que os padrões de produção jornalística correlatos à contingência da presentificação e da periodicidade resultam em aproximações superficiais, mas que contribuem com algumas facetas de verdade possível. Por isso, ela sugere que o “domínio do jornalismo é o real aparente e imediato” (MEDINA, 2007, p.18-45), mas as entrevistas colaboram para a constituição de um perfil humanizado nas narrativas. Além de descrever os tipos de entrevista possíveis na pesquisa em Comunicação, a autora sugere ainda que as entrevistas nos auxiliam a compreender conceitos, valores, comportamentos e o histórico de vida dos entrevistados, os quais de maneira consciente ou inconsciente, passam, desse modo, a se fazerem presentes na subjetividade que atravessa os textos. Medina (2007, p.18-45) alerta, porém, que na tentativa de compreender o fenômeno da comunicação “ao se tratar do Homem, seja ele personagem ficcional ou fonte de informação, não há como desvincular essa ambiguidade entre o

real e o sonho, o objetivo e o subjetivo”. A elaboração das categorias foi, portanto, extraída da revisão bibliográfica, a partir de uma reflexão crítica sobre as reportagens mapeadas e identificadas por meio da cartografia, e integradas à contribuição da experiência profissional dos jornalistas entrevistados.

3.2 Cartografia e mapeamento

Questionando-se sobre o lugar do projeto moderno na América Latina e em busca de constituir um conceito sobre a comunicação na perspectiva de que seu processo não começa e termina no indivíduo, estando capilarizada nos arranjos sociais, políticos e das relações de poder, Martín-Barbero (2004) desenvolveu um sistema cartográfico cujos eixos principais estão na análise das Matrizes Culturais e nos Formatos Industriais. Segundo ele, nas relações entre essas categorias estão a Lógica de Produção e as Competências de Recepção ou Consumo. Por sua vez, elas estão mediadas por diferentes regimes denominadas de: Ritualidades, Tecnicidades, Institucionalidade e Sociabilidade. O esquema desenvolvido pelo pesquisador obedece, entre outros arranjos, ao pensamento crítico sobre os processos primários de interpelação e constituição dos sujeitos sociais e identidades, que se mobilizam nas dimensões básicas do “ser social” (2004, p.230-231).

A cartografia como método foi escolhida nesta pesquisa por amparar o aprofundamento e a reflexão do fenômeno que é o objeto desta análise. Sua apropriação como processo metodológico no campo da Comunicação tem como uma das bases a filosofia de Gilles Deleuze e Felix Guattari (*apud* AGUIAR, 2010). Importante destacar que na cartografia “quando o pesquisador entra em cena, os processos já estão em curso (...) o processo vai se formando na medida em que o pesquisador se defronta com o objeto estudado”, (idem, p.11). O ponto de partida é a observação e a experiência de contato.

“De Bergson, Deleuze (2004) traz para a cartografia as noções de multiplicidade e temporalidade, tais quais como estão construídas no conceito de Duração: o jorro ininterrupto da mudança em que se encontram as diferenças de natureza. Já de Foucault, além do apreço por metáforas geográficas, Deleuze (1990) parece se inspirar no conceito de Dispositivo, como um conjunto multilinear de elementos moventes e heterogêneos.

Duração e dispositivo, a meu ver são princípios fundadores da cartografia, o Rizoma: uma imagem de pensamento múltiplo”. (AGUIAR, 2010, p.2)

Nesta pesquisa, a escolha da cartografia sob a perspectiva de Martín- Barbero está em consonância com a necessidade do amparo à discussão sobre o processo de mediação nos estudos culturais, guarda-chuva teórico em que este trabalho está inserido, observando a ordem e modos de sedimentação de saberes e constituição de práticas. Neste percurso metodológico, portanto, está presente a noção do autor de que mediação é tudo aquilo que permite a construção de identidade cultural e não existe fora da sociedade (idem, 2004).

Ao longo de 24 meses, durante o desenvolvimento deste projeto e pesquisa, foram mapeadas manifestações de relatos de jornalismo em primeira pessoa e selecionadas quatro experiências, observando-se a inserção do jornalista como vítima e, na maioria dos casos, como personagem principal da narrativa, ou seja, a “reconfiguração das mediações nas quais se constituem novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que unem a sociedade” (Ibidem 2004, p. 225). As reportagens foram escolhidas a partir do acompanhamento de dois jornais de grande circulação e circulação nacional no país, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, além da revista Piauí, publicação criada em 2006 com a proposta de produzir grandes reportagens em uma linguagem que se aproxima do jornalismo literário, e, por fim, uma matéria publicada em um site de notícias que se dedica à reportagem investigativa.

A heterogeneidade das fontes das publicações a serem analisadas é proposital e tem objetivo de verificar manifestações de relatos de jornalistas com testemunho, em primeira pessoa, em diferentes plataformas (impresso e digital), linguagens e traços de narrativas. Para esta pesquisa, é importante assinalar que a prática é disseminada e não restrita a determinado veículo, que obedeceria a certa orientação editorial específica, autorizada a lançar mão desse expediente.

Deste modo, o *corpus* desta pesquisa é composto por quatro reportagens publicadas na imprensa brasileira entre 2013 e 2015. Foi feita a observação de textos de dois jornais de grande circulação no país, O Globo e O Estado de S. Paulo, de uma revista de circulação nacional, a Piauí, e de um site de notícias na Internet, a Agência Pública de Notícias, que apesar do nome é uma instituição privada. A matéria analisada

da Agência Pública de Notícias é intitulada “Na hora de fazer não gritou”¹⁶. Será também estudada a reportagem do jornal O Globo: “Jornalista na linha de fogo”¹⁷, assim como a matéria “Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: “Acharam ele feio e negro demais””¹⁸ publicada no jornal O Estado de S. Paulo. A quarta matéria a ser analisada é “Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60”¹⁹, publicada na revista Piauí.

É importante ressaltar que durante o mapeamento foram observadas algumas características na escolha do material a ser analisado, entre elas os veículos, e sua abrangência, e o período temporal no qual as reportagens foram publicadas. Além disso, foram também consideradas a presença do narrador como personagem da trama e seu relato testemunhal, textualmente em primeira pessoa; a vitimização da narrativa, envolvendo diferentes tipos de violência e preconceito contra a mulher, contra homossexuais e contra deficientes e suas famílias; e, quase como uma metalinguagem, a violência contra a própria categoria de jornalistas.

A primeira reportagem a ser mapeada foi a da Agência Pública de Notícias que tratava do tema violência contra a mulher durante o parto, em 2013, de Andrea Dip. Na manchete do site sobre a reportagem o texto diz: “Essa frase, - ‘*Na hora de fazer não gritou*’ - ouvida por muitas mulheres na hora do parto, é uma das tantas caras da violência obstétrica que vitima uma em cada quatro mulheres brasileiras. Nossa repórter foi uma delas”. Depois dessa apresentação, o observador não está mais marcando a distância com seu objeto, ao contrário demonstra que seu sofrimento, seu testemunho, o permite ocupar um lugar de autoridade e igualdade diante do leitor e de outros sofrendores.

Na verdade, a repórter havia sofrido a violência há quase oito anos. É a partir de seu relato pessoal que o leitor acompanha o desdobramento da história que se desenvolve, primordialmente, para revelar que a experiência da autora não foi um caso

¹⁶ DIP, Andrea. Na hora de fazer não gritou. **Agência Pública de Notícias**, São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em < <http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

¹⁷ COSTA, Célia. Jornalista na linha de fogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.14, 8 fev. 2014.

¹⁸ SCOFIELD, Gilberto. Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: “Acharam ele feio e negro demais”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.20, 24 fev. 2015.

¹⁹ CARRETERO, Nacho. Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60. **Piauí**, São Paulo, Edição 97, p.60-65, out. 2014.

isolado, mas se constitui de uma prática, disseminada em vários hospitais do país. A forma de conduzir o argumento está inserida na cultura de que a vítima se tornou a figura central e emblemática distante da lógica moderna que buscava refletir uma condição a partir de um elemento de singularidade. O objetivo é mostrar que não se trata de um caso isolado, e que o fato de ter acontecido com ela expõe o risco de ocorrer de novo com outras mulheres. A construção da gramática do sofrimento se traduz a partir da narrativa do testemunho.

A reportagem é dividida em dois momentos, muito claramente demarcados: o primeiro com o relato e testemunho do repórter em primeira pessoa; e o segundo em que a narrativa é identificada com a linguagem referencial do jornalismo, em terceira pessoa, desenvolvida a partir de dados sobre o problema, ouvindo a experiência de outras mulheres, também vítimas de violência no parto, além de entrevistas com especialistas e um recorte para a resposta de órgãos oficiais, entremeados por tabelas e gráficos que buscam assegurar a tese de que a violência no parto é uma prática comum nos hospitais brasileiros, cuja identificação é rara, difícil e dolorosa para as vítimas.

A matéria do jornal O Estado de S. Paulo, de agosto de 2015, é um relato pessoal do jornalista Gilberto Scofield sobre trajetória de um casal homossexual, do qual ele faz parte, as dificuldades no processo de adoção no Brasil, e o drama do preconceito racial. Além disso, a reportagem “Casal gay conta a história de adoção do filho, rejeitado por três casais heterossexuais: Acharam ele muito feio e negro de mais” também é uma crítica ao projeto de criação do chamado “Estatuto da família”, de autoria de deputados que integram a chamada “bancada evangélica”, na Câmara dos Deputados, identificados com setores mais conservadores da sociedade e que possuem entre a suas bandeiras a luta para proibir o acesso de casais do mesmo sexo à adoção. A trama é realçada ainda pela descrição do preconceito sofrido pelos futuros pais, mas também pela criança que será adotada, considera “negra demais e feia demais” por outras famílias.

No texto, percebe-se a alternância entre uma narrativa emocionada de um lado – “partimos, com o coração aos pulos” –, e de outro lado, com argumentos fundamentados em dados oficiais e trechos em que o autor oferece sua opinião pessoal, em linguagem que se aproxima de textos de colunistas e articulistas de jornais, que analisam e opinam sobre fatos e notícias que fazem parte da ordem do dia. Esta observação fica evidência no seguinte trecho da reportagem: “(...) somos uma família

como qualquer outra família do país. Esta colocação tem uma razão: a tentativa inominável do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara e membro da bancada evangélica que se esmera como pode pela medievalização do país, decidiu ressuscitar o Estatuto da Família, que restringe a casais heterossexuais a adoção de crianças (...)" (2015, p.2).

O tom crítico e panfletário da reportagem de Scofield ou o drama emocional da matéria de Andrea Dip não está a serviço do texto "Minha tia Chus", do jornalista espanhol Nacho Carretero, em outubro de 2014, na revista brasileira Piauí. O autor exercita a descrição de um registro familiar e se dedica às práticas do jornalismo literário cujas marcas com uma narrativa que se aproxima da literatura para contar a história de sua tia que nasceu com síndrome de Down na década de 60, antes de a doença ter sido diagnóstica como uma alteração genética e a tempo de os avós do autor serem comunicados que a filha tinha "idiotia". Sentença essa que levou Nacho a retrucar no texto: "E olhe que de idiota minha tia Chus não tem nada" (2014, p.2). A partir da descrição minuciosa, da reconstrução de cenários e diálogos que ocorreram 55 anos antes, o jornalista relata a trajetória e a luta de seus familiares para dar um tratamento digno à sua tia, que os levou a criar uma associação que reuniu outros pais, à época levados a trancafiar suas crianças em quartos, pela ausência de tratamentos específicos, evitando assim a censura e o preconceito de olhares curiosos da ignorância.

É importante destacar que neste caso o relato em primeira pessoa do jornalista está a serviço de uma história em que ele não é o protagonista, e sim coadjuvante na narrativa. A personagem central está de forma irremediável ligada ao narrador, que por vezes se debate contra o preconceito contra sua família. Ele define a síndrome de Down como uma deficiência intelectual e conduz o texto alternando entre fatos do passado e questões que estão na ordem do dia de sua família, como o tratamento contra a senilidade de sua tia. Ele não poupa termos elogiosos e demonstrações de admiração à personagem principal, às vezes como se ela estivesse emocionalmente longe dele: "Chus nunca se queixa, nunca reclama, nunca faz birra, nunca que irrita. É a bondade em estado puro, sem artificios, sem pretensões, a bondade inconsciente de si mesma" (2014, p.9).

A quarta reportagem é quase uma metalinguagem. Trata-se de descrever a violência contra a própria categoria de jornalistas. Foi escrita a oito mãos, no jornal O

Globo do dia 8 de fevereiro de 2014. No dia anterior, o repórter cinematográfico da TV Bandeirantes Santiago Andrade foi atingido por um artefato explosivo na cabeça, enquanto registrava imagens de uma manifestação na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ele morreu dias depois. Para a construção dessa reportagem, houve a colaboração da repórter Célia Costa, do fotógrafo do jornal que estava na praça para acompanhar a cobertura e foi testemunha ocular do crime, - no texto ele não foi identificado, segundo a publicação por medida de segurança -, além de outros dois editores que organizaram a página que contou com um editorial.

O fotógrafo que fez o relato em primeira pessoa foi o autor do registro da explosão que atingiu Santiago e sua queda. O recorte de sua narrativa é uma tentativa clara de ajudar a identificar o agressor do cinegrafista, apesar de marcas no texto revelarem que a violência foi sentida como uma agressão a toda categoria, primeiro pelo título: “Jornalistas na linha de fogo” e a passagem do texto do fotógrafo “O explosivo, infelizmente, acabou atingindo nosso companheiro”. Além do relato em primeira pessoa, identificado como um “box” em separado do texto principal, o texto da reportagem relata as ameaças à segurança dos profissionais na cobertura das manifestações pela hostilidade de grupos de manifestantes contra a imprensa, além do número de jornalistas vítimas de violência e assinados durante o exercício profissional.

3.3 Entrevistas em profundidade

A entrevista em profundidade é uma das técnicas metodológicas e de investigação sob a égide do paradigma interpretativo e do Construtivismo (ALSINA, 2009). A técnica é “um recurso metodológico que busca (...) recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que deseja conhecer” (DUARTE, 2005, p.62). Como assinala o autor, este método não permite testar, tratar estatisticamente as informações ou definir a amplitude do fenômeno. Mas seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema (Idem). A vantagem desse recurso é a possibilidade de se obter informações detalhadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições e comportamentos.

Cremilda Medina propõe um microfone para as vozes sufocadas ao observar que "se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo" (2007, p.5).

"A. Garrett, em *A entrevista, seus princípios e métodos* (Rio de Janeiro, Agir, 1981), amplia o âmbito dessa prática humana [entrevista]: todas as pessoas, de uma maneira ou de outra, são envolvidas na entrevista, ora entrevistando, ora sendo entrevistadas. Admite também que qualquer dessas situações contém aspectos objetivos e subjetivos. Um ponto básico de sua teorização é projetar corajosamente a técnica para a ARTE da entrevista. Garrett identifica no entrevistar, acima de tudo, a arte de ouvir, perguntar, conversar" (idem, p.9).

Nesta pesquisa, as entrevistas foram conduzidas por meio de um questionário com dez perguntas, endereçadas aos quatro jornalistas responsáveis pela produção das reportagens selecionadas para este trabalho: "A seleção dos entrevistados em estudos qualitativos tende a ser não probabilística, ou seja, sua definição depende do julgamento do pesquisador e não do sorteio a partir do universo" (MEDINA, 2005, p.69). Duas entrevistas foram feitas por telefone, uma pessoalmente e uma por e-mail, devido à disponibilidade dos entrevistados, ao longo de quatro meses, entre setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, depois de vários e seguidos contatos telefônicos. O roteiro com as perguntas foi elaborado no processo de orientação dessa pesquisa, em acordo com questões que motivaram as investigações deste trabalho.

Com a jornalista Andrea Dip, que trabalha na Agência Pública de Notícias e mora em São Paulo, a entrevista foi feita por telefone, na manhã do dia 2 de dezembro, com duração de 25 minutos. Andrea tem 12 anos de experiência profissional e já trabalhou em grandes veículos da mídia impressa, como o jornal o Estado de S. Paulo. Primeiramente, a jornalista preferiu responder às perguntas por email, mas depois de quase dois meses, ela aceitou que o processo foi concluído por contato telefônico.

O jornalista Gilberto Scofield, hoje trabalhando na assessoria da Presidência da República, já foi correspondente do jornal O Globo em Pequim, na China, e em Washington, nos Estados Unidos, passando mais de quatro anos nesta função. Já foi editor da Editoria Rio e com mais de 20 anos de experiência, trabalhando também em outros veículos de relevância nacional e contribuindo com conteúdo para o Estadão e

para a Revista Piauí. A entrevista com Scofield foi feita em oito contatos telefônicos, com duração média de 20 minutos, entre os dias 10 a 27 de outubro.

Ao repórter espanhol Nacho Carretero, o questionário foi enviado por mensagem eletrônica, na língua materna do entrevistado. O repórter que é radicado em Madri e hoje trabalha como freelance enviou as respostas no dia 12 de novembro, através do email após quase dois meses e trocas de mensagens por redes sociais. Ele hoje colabora com reportagens para os periódicos Jor Down, Gatopardo e El Mundo.

No caso da reportagem do jornal O Globo, no momento de escolher quem deveria participar da pesquisa, a decisão não foi tão intuitiva como a dos outros exemplos. Isso porque o testemunho da cobertura da morte do jornalista passa pela jornalista que assina a matéria, em formato clássico, Célia Costa, e o fotógrafo Domingos Peixoto, que escreve o registro do fato em primeira pessoa, mas sequer se identifica naquela publicação, como informou o jornal por medida de segurança.

Assim, o nome do editor Rolland Gianotti pareceu a escolha mais adequada já que partiu dele a decisão de publicar um relato em primeira pessoa de um não jornalista, mas um fotógrafo, que estava envolvido diretamente na cobertura do evento. Neste caso, a contribuição de um jornalista com 23 anos de profissão e que comanda a Editoria Rio de O Globo foi escolhida por poder iluminar o desenvolvimento dessa pesquisa ao explicar os mecanismos que definem a dinâmica de utilização desse expediente, assim como quem seria autorizado a lançar mão dele e quando. A entrevista com Rolland foi feita na redação de O Globo e na própria baia ocupada pelo profissional. A entrevista chegou a ser marcada para o dia 20 de outubro, mas foi reagendada para o dia seguinte a pedido do entrevistado. A conversa durou 16 minutos, interrompida por três vezes para consulta rápida de subeditores até que foi encerrada a pedido de outros editores que o aguardavam para reunião de pauta do dia.

3.4 Análise qualitativa: definição e aplicação de categorias

Para a decodificação dos dados obtidos a partir da pesquisa científica ou de um documento, devem ser priorizar os métodos que permitam alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado

depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da “posição ideológica e social do analisador” (CHIZZOTTI, 2006, p.98).

Neste sentido, como procedimento de análise, a pesquisa recorreu ao método de categorização, amparada pelo conceito de Fonseca Jr., “que consiste no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (2005, p.298). Bardin (1997) esclarece que a categorização favorece a passagem de dados brutos a dados organizados e não introduz desvio (1997, p.119).

“A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, de diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos”. (BARDIN, 1977, p.117)

Sobre o método qualitativo, Alsina (2009) nota que ele se concentra tanto na cultura como na comunicação, “considerando as duas como forma de significado” e lembra que a relação entre elas é elemento central no chamado *Cultural Studies* (Idem, 2009, p.25). É preciso, durante o desenvolvimento do percurso metodológico, estar atento à caracterização do discurso produzido pelos jornalistas nos textos das reportagens e nas entrevistas sobre seu conteúdo para “verificar as marcas que o ligam à situação em foi produzido”, como observa Milton Pinto (1999, p.15), para explicar os modos de dizer. O autor retoma Bakhtin para observar que o texto se constrói por um debate com os outros. Assim, recorremos o conceito de polifonia, sobre o qual, Pinto (1999, p.26) argumenta que “não somos inteiramente responsáveis pelas representações que acreditamos fazer nos textos que produzimos, como também sequer somos os únicos responsáveis pelas representações que ali aparecem”.

A partir do cruzamento da revisão bibliográfica com a reflexão crítica sobre as reportagens, aliado às experiências dos profissionais, submetidos a entrevistas em profundidade, foi possível a elaboração de categorias de análise dos resultados. O objetivo é refletir sobre como os desafios impostos ao jornalismo diante dos avanços da tecnologia digital colaboraram para a disseminação de manifestações do relato do

testemunho das vítimas e para a reconfiguração do discurso dos jornalistas a respeito de suas próprias experiências de sofrimento e práticas produtivas.

Foram eleitas quatro categorias para serem aplicadas na análise das entrevistas: Desafios do Jornalismo, Público, Íntimo e Neoconfissão. Desafios do Jornalismo foi uma categoria derivada da percepção dos jornalistas entrevistados durante a pesquisa sobre o papel da tecnologia e da internet na mudança da produção jornalística cotidiana e no modo como eles próprios percebem a identidade profissional e também por se constituir em temática recorrente nos atuais estudos de Jornalismo. Sua aplicação permite discutir a repercussão na rotina das redações dos formatos e linguagem da internet, e o impacto para o bem e para o mal da superação de modos de produção analógicos. A segunda e a terceira categorias estão profundamente relacionadas entre si e dialogam com o conflito de paradigmas do jornalismo como a obtenção da objetividade e distanciamento em relação ao objeto. No entanto, a segunda categoria prioriza descortinar o fenômeno que transforma e apresenta um determinado fato para ser partilhado. Ela foi escolhida a partir da noção de público derivada do trabalho de Leonor Arfuch sobre narrativa da vida cotidiana e a apropriação de um espaço público eletrônico. A terceira categoria destaca a incorporação do testemunho ao espaço público através da subjetividade, que está na natureza do sistema afetivo, com a contribuição de Beatriz Sarlo. Pretendemos debater como os relatos testemunhais, baseados na experiência, se deslocam da esfera privada e ganham a esfera pública com *status* de verdade. Por fim, na quarta e última categoria nos apropriamos do termo “neoconfissão”, utilizado por Cremilda Medina para descrever um tipo específico de entrevista, em que o entrevistado é convidado a se desnudar em um mergulho interior, para através dos conceitos de confissão e testemunho, refletir sobre as práticas discursivas à luz da produção discursiva da subjetividade na contemporaneidade.

Às categorias seguem quadros ilustrativos reunindo reflexões apontadas pelos jornalistas entrevistados nesta pesquisa que produziram as reportagens estudadas, como será sistematizado no próximo capítulo. As referências teórico-metodológicas aqui discutidas foram fundamentais para a construção da arquitetura teórica e metodológica que balizou a análise e a interpretação dos resultados.

4. Tecendo resultados

O jornalismo e a tecnologia caminharam de braços dados desde o surgimento dessa atividade. Para Deuze (2006), o jornalismo tem sido dependente do avanço tecnológico, tem se profissionalizado em acordo com desenvolvimento e os usos de tecnologias. Desde o aparecimento dos primeiros jornais na Europa, no século XVII, a

premissa básica tem sido a da transmissão rápida e perceptível de informação (2006). Hoje, a produção de jornalismo diário online, no ambiente digital, com a urgência do extraordinário, do imediato, em linguagem multifacetada, e com o empoderamento do leitor, desafia os profissionais cotidianamente.

Resende (2012) argumenta que ao jornalismo competia organizar o processo de construção de sentido a partir de valores para ser apartidário, sério, impessoal, objetivo. Estas características contribuíram para a institucionalização de outros valores centrais como, por exemplo, a credibilidade e autoridade. Assim, o jornalismo adquiriu escala industrial, e por isso se agrega ao compromisso de falar para as massas o que é acontecimento. Ao mesmo tempo em que as notícias são um registro de realidade social, reproduzem as estruturas interpretativas das instituições, a partir de seus agendamentos. (TUCHMAN *apud* PONTE, 2005, p.152; VIZEU, 2005, p.13)

A crise que opera o jornalismo como um doente que respira por aparelho por ter sua autoridade e credibilidades contestadas tem raízes muito mais profundas do que as transformações dos modos de produção da notícia decorrentes de apropriações de mecanismos digitais. Nesse contexto, revelam-se nesse capítulo não apenas os resultados alcançados na análise das entrevistas, mas a relevância do debate para os estudos da área da Comunicação e do campo do Jornalismo.

4.1. Desafios do jornalismo

A primeira categoria eleita para a análise das entrevistas nomeada Desafios do Jornalismo permite refletir sobre os dilemas enfrentados pelos jornalistas entrevistados no exercício da profissão presentes em distintos estudos do campo. Como referido no capítulo 3, a categoria foi escolhida a partir da revisão bibliográfica realizada sobre a digitalização das práticas produtivas, mas, principalmente, em função da descrição dos jornalistas entrevistados sobre a repercussão e o impacto da tecnologia no cotidiano profissional, a queda de receita das empresas e o empoderamento dos leitores. Esta categoria também demanda uma contextualização dos enfrentamentos desta prática social na atualidade. A Modernidade “aborda um mundo cheio de riscos e perigos no qual pode se aplicar, de forma peculiar, a palavra ‘crise’, mas não como uma simples interrupção, mas como um estado de coisas mais ou menos contínuo” (GIDDENS,

1997, p.23, *apud* ALSINA, 2009, p.262). Sob a perspectiva de Sodré (2012), estamos diante de uma crise de confiança que atinge instituições clássicas da Modernidade, como a política, crenças e grande narrativas. Desta forma, ele questiona se “ainda seriam válidos os pressupostos que apoiavam a clássica associação feita pela consciência liberal entre imprensa e liberdade de expressão” (2012, p.119). A *web 2.0*, a chamada segunda geração da Internet, surgiu com a promessa de tornar a mídia totalmente democrática e acessível, receptiva a qualquer um que queria expressar suas opiniões, já que ela reforça conceitos como troca informações e colaboração de internautas com sites e serviços virtuais (BARSOTTI, 2014, p.52-53)

Muitos jornalistas se sentem intimidados e apreensivos com a falta de tempo para usar e dominar a nova tecnologia. Por outro lado, influencia decisivamente as empresas midiáticas, que viram suas receitas despencarem com a pulverização da publicidade, em um ambiente em que não é mais preciso investir dinheiro em jornalismo para garantir a mesma visibilidade. Deste modo, Deuze (2006) observa que para sobreviver as empresas precisam reinventar as maneiras de contar histórias para competir pela atenção do consumidor.

A sobrevivência comercial também depende do comportamento e da reação à produção de conteúdo pelo cidadão. Jenkins (2001) caracteriza essa mudança como processo de produção inclusivo a partir de uma convergência cultural, “uma nova cultura popular participativa, ao conceder às pessoas comuns ferramentas para arquivar, comentar, ajustar e fazer re-circular conteúdo” pela possibilidade de apropriação dos meios, oferecendo um vínculo, a fidelização da audiência através da empatia (JENKINS *apud* DEUZE, 2006).

A emersão de novos atores propõe o desafio da incorporação de vozes ao discurso jornalístico, mas também proporciona possibilidades de analisar as reportagens a partir do apagamento da centralidade do jornalista na construção das notícias e das fragmentadas identidades da contemporaneidade. Como observam Martín- Barbero (2006) e Hall (2010) o processo de comunicação é também um processo de cultura. A mediação, desta forma, também se configura no uso dos dispositivos e pela audiência. Os sujeitos disputam novos lugares na tentativa de regulação de formas de produção e prática mais democráticas.

“As tecnologias e rede móveis têm criado novas formas de mobilidade informacional, porém, se os territórios informacionais indicam novas dimensões da territorialidade, novas relações de poder e novas práticas sociais de mobilidade na sociedade contemporânea, implicam, ao mesmo tempo, em criação de novas formas de controle, redefinindo espaços e modos de reafirmar as comunidades reais assim como produções autônomas de conteúdo inclusive de textos jornalísticos”. (BECKER & PRADO, 2011, p.44)

Sobre o desenvolvimento das mídias digitais e da Internet, Sodré (2012) observa que na medida em que se mostram receptivas à diversidade das formas discursivas e “à precariedade financeiras dos sujeitos de fala” (idem, p.122), elas podem dar margem à redistribuição do poder comunicativo. Segundo ele, essa esfera ofereceria menos chances de censura do que se observa nas mídias tradicionais, como radiodifusão e escrita, o que o autor chama de jornalismo “sitiado” em organizações empresariais. (Ibidem, p.122). Ele pondera, no entanto, que ainda é preciso esperar os desdobramentos deste processo para verificar se no futuro não haverá a concentração de toda infraestrutura digital em número reduzido de organizações globais.

A ideia de que a Internet reforçaria a pluralidade e a democratização das vozes é contestada por Andrew Kenn, no livro *O Culto ao amador: como a internet está destruindo a nossa cultura*. De forma pessimista, o escritor alerta que a prática de copiar e colar, segundo ele, disseminada no ambiente online ameaça mais de 200 anos de proteção aos direitos intelectuais. Keen (2008) também realça a questão de confiabilidade e argumenta que a rede degenera a democracia “sob a ditadura das massas e do boato”.

De acordo com a proposta de elaborar categorias que nos ajudem a refletir sobre as transformações na prática jornalística, elencamos, a partir das entrevistas em profundidade, trecho em que os profissionais relatam sua experiência nas redações como práticas em mutação. Na tabela abaixo, sistematizamos algumas das inquietações dos jornalistas entrevistados nesta pesquisa acerca do desenvolvimento e dos efeitos das mídias digitais nas práticas jornalísticas, após aplicar a categoria Desafios do Jornalismo no estudo de seus depoimentos.

Andrea Dip	Gilberto Scofield	Nacho Carretero	Rolland Gianotti
<p>“As pessoas não aceitam mais uma “marmitta de notícias. (...) Elas questionam e têm meios, e não recebem mais (o conteúdo) passivamente”</p>	<p>“Credibilidade e relevância, a mídia está claramente sendo atingida nestes dois flancos. O jornal está cada vez mais irrelevante. Se ele não conseguir se reinventar, não sobrevive. Os jornais insistem em publicar no dia seguinte matérias que a gente está careca de ver na internet. No início, 80% do que se comentava nas redes sociais eram produzidos na mídia tradicional, mas isso vem mudando. O jornalismo deixou de ser uma atividade exclusiva de jornalistas”.</p>	<p>“Redes sociais e alguns sites querem ser jornais, mas além de relatar fatos e dados, o jornalismo está apoiado na história das pessoas. As pessoas querem estar mais informadas e buscam informação”.</p>	<p>“Esse momento da internet em que a mídia tradicional está perdendo espaço, leitor e anúncio. As novas mídias estão ganhando leitores, dinheiro. Começou a se discutir como abordar a notícia, o assunto, qual era a prioridade, se era a internet ou se era o papel. É o momento mais transformador dos últimos 50 anos. Quando o fotógrafo dá o depoimento, eu acho que traz mais o leitor para dentro da notícia”.</p>

Esses depoimentos revelam que a despeito de visões apaixonadas de apocalípticos e integrados, o jornalismo é desafiado na contemporaneidade a transformar seu conjunto de práticas profissionais e rotinas produtivas cotidianas. As formas de distribuir informação jornalística e de produção de conhecimento desta prática social também são questionadas. Compreende-se que o jornalista está inserido no processo de construção político social, que reflete as contradições da sociedade que ele tem o dever de representar cotidianamente, organizando a realidade através do

próprio relato. A construção da notícia pode ser concebida como algo especial: “é a realidade simbólica, pública e cotidiana” (ALSINA, 2009, p. 11). A combinação de elementos na narrativa para produção de sentidos garante um efeito do real associado com a ideia de verdade, com acessórios de linguagem que não são neutros. Deuze (2006) observa, no entanto, que a realidade não é mais algo estanque. Segundo ele, através da mídia podemos participar do real e mudar a percepção de realidade.

Mas qual é a realidade que está sendo representada pela prática jornalística? A reprodução de versões sobre determinado fato ou acontecimento deve expressar a realidade através da vocalização e da pluralidade de vozes. Tanto as representações do Jornalismo quanto as representações artísticas estão imbricados em discursos sociais e históricos (STAM & SHOHAT, 2006, p.265). Além disso, no desenvolvimento das mídias digitais, a produção de conteúdo deixou de ser tarefa exclusiva dos profissionais de jornalismo. Neste contexto, o jornalista deixa de ocupar o lugar de único ator social capaz e com o poder de contar a verdade para o leitor.

“Não existe uma verdade absoluta, nenhuma verdade distante da representação e da disseminação, ainda existem verdade contingentes, qualificadas a partir de certas perspectivas que informam a visão do mundo de certas comunidades. A teoria pós-estruturalista nos lembra que habitamos no interior da linguagem e da representação, e que não temos acesso direto ao “real”. Mas as construções e codificações do discurso artístico não excluem referências a vida social comum”. (STAM & SHOHAT, 2006, p.263)

Os autores retomam a obra bahktiana sobre a reformulação da perspectiva de representação artística para argumentar que a consciência humana e a prática não entram em contato com o “real” de maneira direta, mas através de canais do mundo ideológico. A questão, portanto, segundo Stam e Shohat (2006), não é a fidelidade a uma verdade ou realidade preexistente, “mas a orquestração de discursos ideológicos e perspectivas coletivas” (Idem, p.265).

4.2 Público e o Íntimo

À luz do fenômeno tecnológico que popularizou a Internet e disseminou a mediatização dos processos de produção de conteúdo no jornalismo, nos indagamos

sobre o comportamento da manifestação do relato em primeira pessoa do jornalista, incorporando à narrativa seu testemunho de vítima através da própria experiência. Neste momento, elencamos lado a lado duas categorias a serem analisadas nessa pesquisa já que elas estão irremediavelmente associadas entre si: o público e o íntimo. Ambas as categorias estão relacionadas, uma vez que dialogam com o conflito de paradigmas do jornalismo como a obtenção da objetividade e distanciamento em relação ao objeto, como mencionado no capítulo anterior. Por essa razão, a segunda e a terceira categorias são trabalhadas nesta pesquisa em conjunto. A primeira é originária da obra de Leonor Arfuch e a segunda das contribuições de Beatriz Sarlo. Contudo, implicam uma reflexão crítica anterior a apresentação dos dados obtidos a partir da aplicação das mesmas na análise das entrevistas, de modo que possamos, inclusive, compreender melhor a apreciação dos jornalistas sobre essas questões. Assim, nos debruçaremos sobre as perspectivas de Beatriz Sarlo e Leonor Arfuch, além de associarmos suas observações a autores que contribuem para refletirmos sobre o tema.

Ao questionar a desvinculação entre o espaço público e a política determinada pela perda de centralidade da política no espaço em que a sociedade tornava visível aquilo que tem em comum, o que poderia ser compreendido como o vasto mundo cibernético na atualidade, Muniz Sodré (2012) alerta que a ampliação tecnológica e mercadológica do ambiente público, através da mídia e pela proliferação de opiniões, não significa incremento de natureza política ou social, pois é mais relativa ao consumo e entretenimento. Esse processo gera o acesso de uma individualidade, antes enclausurada no privado e no íntimo, ao pluralismo dos meios de comunicação e informação.

“Em seu sentido não físico, espaço público se entende como um modelo formal ou uma esfera que funciona por meio de instituições e relações com vistas à comunicação democrática entre os cidadãos. Mas como observa João Gil, o espaço público é mais do que o puro lugar da comunicação, pois ‘sua característica primeira é a de constituir uma exterioridade, um ‘fora’ para os sujeitos (individuais ou coletivos) que nele penetram” (SODRÉ, 2012, p.124)

Michel Foucault, em “Tecnologias do eu” (1990), analisa as práticas da escrita na Antiguidade que tendem ao “cuidado do eu”. O autor recorre, portanto, à obra autobiográfica de Marco Aurélio, às cartas de Sêneca, e às *Confissões* de Santo

Agostinho “etapas neste caminho de reconhecimento interior que adquiriria outra tonalidade com a confissão cristã e o arrependimento, levando na modernidade ao “conhecimento de si” (FOUCAULT *apud* ARFUCH, 2010).

“Assim, confissões, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências traçariam, para além do valor literário intrínseco, um espaço de autorreflexão decisivo para consolidação do individualismo como um dos traços típicos do Ocidente. Esboçava-se, desse modo, a sensibilidade própria do mundo burguês, a vivência de um “eu” submetido à cisão dualista (público/privado, corpo/espírito, homem, mulher), que precisava definir novos tons da afetividade (...) que no século XIX se consolidaram sob signo da desigualdade (...)”. (idem, p. 36).

A autora observa que na contemporaneidade há “uma espécie de obsessão generalizada (...) pela expressão mais imediata do vivido, do autêntico e do testemunhal”, e que o avanço da cultura midiática ofereceu um cenário privilegiado para a afirmação dessa manifestação, contribuindo para emergir intersubjetividades em que a “superposição do privado sobre o público, do *gossip* - e mais recentemente do *reality show* – à política, excede todo limite de visibilidade. Esse fenômeno poderia ser considerado uma reconfiguração da subjetividade contemporânea”. (ARFUCH, 2010, p.37).

Hannah Arendt contribui para essa reflexão a partir da elaboração de um percurso para desvelar as transformações nas esferas pública e privada. Deste modo, ela descreve uma história das variações desses conceitos e dessas esferas da vida dos homens, desde os gregos e romanos clássicos, até a contemporaneidade. Neste sentido, Arendt (2000) pontua que o termo “privado” significava literalmente “um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa”. Entre os gregos, aquele que não participava da esfera pública estava “privado” de algo absolutamente essencial e, como tal, não poderia considerar-se “inteiramente humano” (Idem, p. 48). Curiosamente, era na esfera pública que os homens expunham sua individualidade, suas capacidades pessoais de agir publicamente.

Na perspectiva de Arfuch, a narração de uma vida pode vir a representar algo já existente, “impõe sua forma e seu sentido à vida mesma” (ARFUCH, 2010, p.33). Já Beatriz Sarlo apresenta uma concepção ampla de narrativa testemunhal. Na obra *Paisagens imaginárias* (1997b), a autora faz uma análise da relação entre mídia e vida

privada e esfera pública, tendo como ponto de partida a exposição na mídia por um processo de luta pela vida de um casal de argentinos, que viveu e teve a menina no Canadá, antes da separação. Sarlo (1997b) defende que a atuação da mídia ensina o quanto se produzem novos saberes na relação entre mídia e seus espectadores. Sobre a transformação de um fato privado em coisa pública, com intervenção da mídia, ela afirma:

"A esfera midiática introduziu inúmeras modificações na apresentação dos problemas que magnetizam a sociedade, mas o que fez com maior originalidade foi o rearranjo de fronteiras entre o que é público e o que é privado. Como consequência disso, alterou-se a relação entre os fatos que afetam a todos os cidadãos e aqueles cuja projeção diz respeito apenas aos que estão privada e diretamente envolvidos em um conflito. Emerge uma solidariedade do privado em uma sociedade que está perdendo critérios públicos de solidariedade" (Sarlo, 1997b, p. 123-124)

O debate estaria sendo construído no espaço público eletrônico, portanto, é segundo palavras da autora, uma “democracia de opinião”, que se oporia à democracia das instituições. Ela observa que nesse conflito em que o vazio de compromissos significativos comuns é compensado por um emaranhado de laços simbólicos, os quais, provavelmente, que operam provavelmente com mais força sobre quem está mais excluído das grandes decisões que definem sua vida.

A incorporação do testemunho no espaço público exerceria algumas funções relevantes tanto como um alerta para que a experiência não se repita na construção da subjetividade contemporânea através da prática discursiva e constituição dos indivíduos quanto um papel terapêutico por elevar a confiança e autoestima (VAZ, 2014). A confissão, portanto, ligada ao espaço privado articularia a identidade ao passado individual. Desta forma, o autor retoma as reflexões da Hacking (1995) e conclui que a produção de subjetividade “implicaria na apropriação de fragmentos narrativos que estão disponíveis no espaço público” (2014, p.7)

Sarlo (2007) adverte que a Internet traz uma fantasia democrática na qual todos têm vez e todas as vozes são ouvidas. Os usuários sentem como se não existissem hierarquias, as quais nitidamente se manifestam em outros contextos. Esta é outra ilusão proporcionada pela lógica do encadeamento que faz parecer que todos participam do processo com posições semelhantes nos jogos discursivos. Mas esses deslocamentos

nem sempre resultam em práticas mais democráticas ou em experiências enunciativas confortáveis para os jornalistas, como revelam os profissionais entrevistados nesta pesquisa. Os resultados alcançados na aplicação das categorias Público e Íntimo mencionadas anteriormente, permitiu apresentar uma síntese das percepções desses jornalistas sobre o testemunho e sobre o relato na primeira pessoa, expressas na tabela abaixo.

Andrea Dip	Gilberto Scofield	Nacho Carretero	Rolland Gianotti
“Já havia feito outras matérias usando a primeira pessoa, mas não contando um fato em que eu fui a vítima. Foi o primeiro e o último. É uma superexposição”.	“A mudança no consumo da informação, influencia na questão da credibilidade. Fica mais difícil escamotear e manipular a matéria no jornalismo hoje. O leitor da internet é um leitor difuso (...). O futuro do jornalismo caminha para humanização. A internet caminha para o que impresso não te dá”.	“Nas reportagens de jornais, creio que o jornalista deve desaparecer da história e não ser o protagonista. No caso da minha reportagem, ela saiu numa revista que tinha uma proposta diferente do jornalismo diário”.	“O jornalista pode se recusar a fazer a primeira pessoa. Ele não é obrigado a se expor. Ele deixa de deixar de só contar o fato e só contar a notícia, passa a mostrar o lado do personagem da notícia. O critério para publicar um texto em primeira pessoa é que esse depoimento seja muito especial”.

Os depoimentos dos jornalistas entrevistados revelam que o relato jornalístico na primeira pessoa nem sempre é uma prática exercida sem tensões e enfrentamentos pelos profissionais nas relações que eles conseguem estabelecer com a esfera pública. Segundo Arfuch (2010), uma nova concepção do uso do espaço público, baseada na subjetividade e nas narrativas da vida cotidiana, da privacidade, da afeição nasce na década de 1980 com a emergência da sociedade democrática. Passa a ser valorizado, então, o que autora (2010) denomina como microrrelato.

Essa guinada subjetiva foi marcada por profundas transformações na sociedade, transformações estas de cunho político, social e cultural. Além disso, a subjetividade enraizada é carregada ou legitimada pela existência do “eu”. As “vidas reais” eram mais importantes, havia uma persistência pelo encontro do “real” na voz do protagonista. Com a democratização, segundo Arfuch (2010), democratizavam-se também as narrativas, daí surgia uma pluralidade de vozes e subjetividades. Segundo a autora, o que ocorreu neste período foi a “(...) ‘perda’ do espaço público clássico e uma idealizada transparência diante da ‘invasão’ da privacidade (...)” (ARFUCH, 2010, p. 19).

Para a política, um fato importante desta transformação foi causado pela comunicação midiática, a “política espetáculo” começou a atingir altos níveis de visibilidade. Para Sarlo (2007), essa forte presença da subjetividade faz com que a intimidade se transforme também em manifestação pública. Sendo assim, os testemunhos se apoiam e ganham força de sentido na visibilidade do “pessoal”.

Sarlo (2007) diz que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (Idem, p. 24). O íntimo se transforma em narrativa a partir do momento em que se torna público. Para Habermas (1984), “essa subjetividade, como corte interior do privativo, já é, desde sempre, ligada ao público” (Idem, p.66). O que ocorre é uma indiscrição do íntimo quando este se torna público. Para Arendt (2005), a vida pública era uma evolução na condição humana, uma oportunidade de ser mais humano. Para participar do espaço público o homem deveria ser dotado das necessidades básicas como higiene, alimentação, e de um lar ou de uma propriedade. Sem essas condições o ser humano não poderia ser político ou exercer as funções da vida pública.

Para Sarlo (2007), aquilo que “experenciado” pelos sujeitos são maneiras de preservação das lembranças frente à aceleração do tempo presente. Seu testemunho tem força de lei, a lembrança e o esquecimento são dois lados da mesma moeda, já que o esquecimento também é um trabalho de memória, é a sua transformação. Os quadros sociais que o sujeito mobiliza para reconstruir uma história, inserido no contexto contemporâneo de narrativa individualista, deixa de lado o apagamento do narrador, ainda que se trate de um texto jornalístico.

"As últimas décadas deram a impressão de que o império do passado se enfraquecia diante do ‘instante’ (os lugares-comuns

sobre a pós-modernidade, com suas operações de ‘apagamento’ repicam o luto ou celebram a dissolução do passado); no entanto também foram as décadas da museificação, da heritage, do passado-espetáculo, (...) do surpreendente renascer do romance histórico, dos best-sellers e filmes que visitam desde Troia até o século XIX, das histórias da vida privada, por vezes indiferenciáveis do costumbrismo, da reciclagem de estilos, tudo isso que Nietzsche chamou, irritado, de história dos antiquários (...)" (SARLO, 2007, p.11)

Os 'pequenos relatos' narravam não só identidades e histórias locais, regionalismos, línguas vernáculas, mas também o mundo da vida, da privacidade e da afeição. O retorno do “sujeito” – e não precisamente o da razão – aparecia exaltado, positiva e negativamente, como correlato da morte anunciada dos grandes sujeitos coletivos – o povo, a classe, o partido, a revolução. Com a consolidação da democracia brotava o democratismo das narrativas, essa pluralidade de vozes, identidades, sujeitos e subjetividades que pareciam confirmar as inquietudes de algumas teorias: “a dissolução do coletivo, da ideia mesma de comunidade, na miríade narcisista do individual” (ARFUCH, 2010, p.18-19).

4.3 Neoconfissões

A quarta e última categoria permitiu identificar como as entrevistas são ferramentas fundamentais da prática jornalística para a construção dos relatos noticiosos e também são técnicas relevantes difundidas e utilizadas nas pesquisas acadêmicas. Como dissemos, a entrevista em profundidade com repórteres nos proporcionou desvelar sentidos do fazer jornalístico a partir da experiência dos profissionais e nos ajudou a compreender a relevância do deslocamento do jornalista para o papel de vítima em práticas jornalísticas atuais, especialmente quando aplicamos a categoria Neoconfissões, como demonstraremos adiante. Antes, porém, é preciso ressaltar que existem vários formatos possíveis de utilização desta ferramenta, categorizados por Cremilda Medina (2003), a partir das quatro classificações de Edgar Morin. Os dois primeiros tipos são os das “entrevistas-rito” e das “entrevistas anedóticas”, nas quais o entrevistado ou serve como ilustração de um tema ou como uma entrevista superficial, em geral sobre fofocas.

Por outro lado, estão as “entrevistas dialógicas” e as “neoconfissões”, nas quais as predisposições dos realizadores cedem espaço para um encontro significativo, em que, no extremo, capta-se uma confissão dotada de uma inigualável profundidade. Medina irá expandir as definições de Morin (1966) em subclassificações que servirão para abarcar principalmente as configurações do fazer jornalístico contemporâneo. Considerando a possibilidade do diálogo também como um esforço por parte do repórter de abandonar o comodismo das fontes habituais e dos contatos empregados como ilustrações críveis de um mundo social já modelado pelos rumos da pauta e do timing profissional, Cremilda Medina irá investir num jornalismo que não se deixe levar pelo autoritarismo e reconheça o outro como potencialmente dialógico. Medina oferece gêneros globais de espetacularização (rito e anedótico) e de aprofundamento (dialógico e neoconfessional) (MEDINA, 2003, p.16-17).

Ao analisar as narrativas de sofrimento de vítimas de estupro publicadas na internet, Paulo Vaz (2014) propõe que a passagem da subjetividade moderna à contemporânea marcou também a condição de privilégio do testemunho sobre a confissão como forma de discurso biográfico. O autor oferece uma definição de confissão apresentada por Foucault, em *A Vontade de Saber*, em 1984, enfatizando que este é um processo intrínseco de relações de poder e que demanda um trabalho, um esforço para que seja consolidada. Além disso, segundo Vaz (2004), a confissão é uma definição que carrega a relação entre quem fala e de quem se fala e o efeito que a narrativa exerce sobre o seu narrador.

“Ora, a confissão é um ritual do discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é também um ritual que se desenrola numa situação de poder, pois não se confessa pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente um interlocutor, mas a distância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém julgar, punir, perdoar, consolar e reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que deve suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independe de suas consequências externas, produz em que a articula modificações intrínsecas; inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o e promete-lhe a salvação.” (VAZ *apud* FOUCAULT, 1984, p.61)

Para estabelecer a diferença entre confissão e testemunho, Vaz (2014) chama a atenção, no caso da primeira, que ela possui um destinatário que ocupa um lugar de autoridade, no caso um padre ou uma analista, e que, portanto, quem confessa está em

busca de salvação ou cura. Já o testemunho “tem um duplo endereçamento” (Idem, p.3), além de propor uma mudança no equilíbrio de forças. Ele “pressupõe uma igualdade entre os interlocutores” (VAZ, 2014). Desta forma, conclui o autor que quem ouve o testemunho é impelido a optar por duas opiniões: “ou é o tolerante que presta solidariedade ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda” (Idem).

Outra questão que deve ser assinalada é a de que o predomínio do testemunho sobre a confissão confere maior visibilidade ao discurso autobiográfico “pois a sua dinâmica requer a ida ao espaço público”. O mapeamento destas duas definições nos auxilia a refletir sobre, então, o papel da neoconfissão, categoria que se dirige ao discurso jornalístico. Ela integra, de certa forma, os dois conceitos, na medida em que encerra uma relação de poder entre o narrador, o jornalista, e seu público, leitor, empoderado, como vimos anteriormente pelos meios digitais de consumo de conteúdo. Por outro lado, é um testemunho já que o privado se torna público, mas num exercício solitário de autodescrição de sofrimento.

Um critério de verdade é o próprio desafio e a coragem de dar o testemunho de sua vitimização, em um contexto em que testemunhar é dar a evidência do que se viveu ou de sua experiência, um discurso de vítima (VAZ, 2014).

“Em síntese, a fórmula para explicar o sofrimento na confissão é “Eu sofro por minha culpa”, na versão usual, ou “Eu sofro porque acredito na culpa”, na versão psicanalítica. Já no testemunho, a fórmula é: “Eu sofro por culpa do outro”. Na confissão, temos um sujeito que se situa no conflito entre, de um lado, o que faz e deseja e, de outro lado, as regras morais de sua cultura. No testemunho, esse conflito desaparece. A presunção de inocência indica a imensa mudança moral que experimentamos a partir dos anos 60 no Ocidente, especialmente em relação à sexualidade”. (VAZ, 2014, p.5)

Diante desta reconfiguração, retomamos e ampliamos um dos questionamentos que motivaram as reflexões de Vaz: como é possível que a narrativa jornalística, feita por alguém que ocupa um lugar privilegiado e de autoridade sobre o discurso público, de algo que aconteceu em seu passado individual possa incitar outro indivíduo a reinterpretar seu passado – ou pensar-se como possível vítima no futuro?

Nesta pesquisa, recorreremos à neoconfissão como um rito, um instrumento para descortinar as histórias experimentadas pelos próprios jornalistas, não somente durante

uma cobertura em que o contexto é classicamente narrado, mas em vez disso em situações que extrapolam a relação profissional. Sob essas perspectivas, aplicamos a categoria Neoconfissões no estudo das reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa e sistematizamos as respostas dos jornalistas entrevistados na tabela abaixo:

Andrea Dip	Gilberto Scofield	Nacho Carretero	Rolland Gianotti
“Meu relato é uma parte pequena. Eu fui a campo, à sala de parto, fiz todo trabalho de apuração e a reportagem fundamentada na matéria. Se a matéria tivesse terminado no relato, mas ele só abre. Se tirar o relato, ela continua sendo uma matéria, com elementos de uma reportagem completa, com fontes, dados, ouvindo especialistas, fazendo investigação. Levei um mês e meio”	“Eu tinha uma apuração enorme na mão. Vou muito pouco além da minha própria vivência. Eu queria mostrar para pessoas a minha própria história. Eu tinha o processo dele (do meu filho) na mão; tinha as informações na mão, com auxílio de documentos. O processo de adoção no Brasil é muito complicado e um casal gay adotando uma criança negra tem potencial de desestabilização”.	“Nas reportagens de jornais, creio que o jornalista deve desaparecer da história e não ser o protagonista. No caso da minha reportagem, ela saiu numa revista que tinha uma proposta diferente do jornalismo diário”.	“A matéria não era só o Domingos. A abordagem do crime não era só feita pelo depoimento do Domingos (...). Se o repórter ou o jornalista naquela ação, naquela situação ele se transformou ou ele foi transformado em um personagem daquela ação. Mais do que ele contar o que ele viu, ele conta o que ele viveu”.

Essas enunciações dos profissionais mostram como os jornalistas interagem com acontecimentos em que eles são as próprias vítimas de violência e como a exposição de seus traumas ocupam um espaço privilegiado, sem que deixem de utilizar técnicas narrativas profissionais que conferem credibilidade ao relato testemunhal. Contudo, as entrevistas revelam como as posições do jornalista-personagem nessas narrativas são tênues.

Como observa Medina (2003), na neoconfissão, entrevistador e entrevistado vão fundo nas descobertas de questões e tensões que motivaram a investigação, uma entrevista (a si mesmo) por caminhos cedidos pela psicologia social.

"Aqui, o entrevistador se apaga diante do entrevistado. Este não continua na superfície de si mesmo, mas efetua, deliberadamente ou não, o mergulho interior. Alcançamos aqui a entrevista em profundidade da psicologia social. Tal entrevista traz em si sua ambivalência: toda a confissão pode ser considerada um strip-tease da alma, feita para atrair a libido psicológica do espectador, que dizer, pode ser objeto de uma manipulação sensacionalista, mas também toda a confissão vai muito mais longe, muito mais profundamente que todas as relações humanas superficiais e pobres da vida cotidiana" (MEDINA, 2003, p. 15-16).

O conceito de diálogo que permeia a reflexão de Medina, sobre como as questões relacionadas à entrevista podem trabalhar a comunicação humana, é um dos pilares do pensamento Mikael Bakhtin. O autor ao refletir sobre a linguagem, elabora o conceito de dialogismo, que segundo ele, refere-se ao discurso e é a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do texto.

Sobre dialogismo, Bakhtin (2003) entende a palavra como possuindo um constante movimento, compreende o sujeito não apenas sendo influenciado pelo meio, mas também agindo sobre o ambiente e transformando-o. Dialogismo e polifonia são substratos diferentes para se pensar a comunicação. Para o autor, a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam, e que todo discurso é formado por diversos discursos. Polifonia, portanto, colocava em jogo uma multiplicidade de vozes ideologicamente distintas, as quais resistiam ao discurso autoral. Porém, nas reportagens estudadas, os próprios jornalistas atuam como operadores de vozes e hierarquias distintas quando assumem, simultaneamente, a autoria do relato profissional e da experiência, o que provoca algumas tensões.

Stam e Shohat (2006) observam a linguagem associada a relações de poder, como um campo de batalha social, "a língua constitui o local onde as lutas políticas são

vividas tanto do ponto de vista coletivo quanto íntimo” (idem, p.283). De acordo com essa análise, os falantes da língua participam como sujeitos constituídos socialmente, cujas trocas linguísticas são baseadas em relações de poder. Assim, compreende-se que o relato do jornalista como vítima não transforma, necessariamente, as relações de hierarquia estabelecidas entre os jornalistas e o leitor, na medida em que por meio dessa estratégia a imprensa, entre outros desafios, tenta reconstituir sua autoridade, a qual tem sido questionada devido a "explosão" de novas práticas de produção informativa através de meios digitais. Contudo, o jornalismo busca se reafirmar agora também pela personalização e pela autorreferencialidade, para além da objetividade e da imparcialidade que tradicionalmente têm amparado os discursos jornalísticos, de modo que o jornalista mantenha o status de "porta-voz autorizado dos eventos da vida real".

5. Considerações finais

A narrativa do sofrimento, após a crítica à Modernidade nos anos de 1960 e 1970, se configura como elemento central de reflexão do real na atualidade. O jornalista

que historicamente ocupou o lugar do observado e mediador, com prerrogativa para eger selecionar elementos de singularidade capazes de transformar acontecimento em notícia, perde a condição de ser o único ator social a decidir sobre a pauta das notícias e, inclusive, se o sofrimento é relevante ou não para ocupar a agenda pública. O próprio repórter passa a ocupar o lugar de vítima do acontecimento relatado em reportagens de veículos de comunicação distintos, buscando dessa forma se aproximar cada vez mais do público e legitimar a sua mediação. Mas este modo de dizer não está, necessariamente, ancorado nos parâmetros da objetividade e da imparcialidade que têm caracterizado o discurso jornalístico, o que confirma a hipótese desta pesquisa.

O testemunho e a experiência de narrativa em primeira pessoa, em reportagens da grande imprensa, sedimentam um terreno da subjetividade, analisado por Beatriz Sarlo (2007) como lugar discursivo inquestionável na narrativa e, portanto, protegido do ceticismo e da visão crítica do leitor. Contudo, durante a produção desse trabalho um dos questionamentos mais vivos foi a possibilidade desta proteção também atingir os jornalistas e seus modos de construção de relatos. Quando o testemunho é transportado para um texto jornalístico, ele estabelece novas relações morais. Além disso, desloca o jornalista-observador para o lugar de personagem principal, no qual ele mantém a sua autoridade e, ao mesmo tempo, afasta desconfianças do leitor ao privilegiar uma experiência jornalística que confere credibilidade e sentidos à narrativa investindo na sua própria subjetividade.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, pontuou-se a diferença entre textos jornalísticos clássicos, em que o observador narra experiências a partir de sua imersão no ambiente, e a narrativa do observador em primeira pessoa quando o jornalista assume o lugar da vítima. Essa prática jornalística se reflete em experiências cotidianas de valorização do “eu”, da análise subjetiva dos fatos e do individualismo.

Sarlo (2007) observa o perigo do relato de testemunho, chamando a atenção para os “atos de memória”, que seriam caracterizados pela apresentação de somente um lado da história. A vítima, portanto, apoiada na retórica testemunhal, dificilmente poderia ser questionada pela cristalização de uma experiência de violência. Em um texto jornalístico, a necessidade da presença do contraditório e do “outro lado” é imperativa para o equilíbrio e legitimidade. Mais do que isso, a independência do discurso jornalístico foi o paradigma que garantiu a profissionalização da atividade. O

testemunho, porém, se constitui por auto representação como verdade de um sujeito que relata sua experiência. Sarlo (2007) ressalta que o testemunho exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, numa “guinada subjetiva”.

Sob essa perspectiva, verifica-se que a subjetividade presente no testemunho confronta a objetividade, a qual por sua vez está relacionada como uma questão epistemológica do jornalismo, e serve, estrategicamente, como guia para a atividade profissional (TUCHMAN, 1999). A objetividade pressupõe “afastamento do repórter de modo a fazer com que o fato possa ser apresentado com imparcialidade” (RESENDE, 2012, p.157). O pano de fundo desse processo de reaquecimento da narrativa de subjetividade foi a experiência virtual, ambiente em que a linguagem do “eu” é valorizada, mas onde também a autoridade do jornalista é questionada, sob a imperativa necessidade de rearranjo de sua produção discursiva. Nota-se ainda no ambiente midiático contemporâneo a multiplicação de produtores de discurso e a fragmentação de estruturas financiadoras de produtos da mídia.

Além de transformar os modos de consumo de informação, a internet ofereceu infinitas possibilidades de formatos de conteúdo diversos. Por outro lado, desestabilizou o modelo de negócios da indústria que produz notícia. Ao reconhecer o flanco aberto pelo esvaziamento dos recursos de publicidade em veículos de imprensa, os meios de comunicação buscam, entre outras estratégias, reaver leitores pelo engajamento com a notícia. Se o anúncio está pulverizado em um sem número canais de comunicação, produtores de conteúdo, aplicativos de serviço e redes sociais, a venda do próprio produto ganha novo destaque.

A aproximação do repórter com o lado humano das histórias é uma das estratégias para reconquistar audiência, sob a veste da intervenção do narrador, o uso do recurso do testemunho pelo jornalista, que ocupa o lugar de vítima em primeira pessoa, é uma manifestação significativa desta predileção. O jornalismo também vive de maneira intensa uma crise de independência, princípio que deveria reger exercício da profissão, na medida em que cresce o número de leitores internautas, telespectadores, ouvintes que pedem ou exigem adesão às mais diversas causas, rejeitando abordagens críticas a determinadas questões.

A partir das entrevistas em profundidade, é possível depreender que o objetivo do uso deste expediente é dar visibilidade à violência de determinadas práticas sociais e ao preconceito, ao deslocar o jornalista para o lugar de personagem da narrativa e, às vezes, até mesmo de protagonista. Mas podemos afirmar, a partir desta pesquisa, que esse jogo discursivo também privilegia a construção de vínculos emocionais com o público para atrair a sua atenção. Além disso, a ocorrência deste protocolo passa por controles internos e obedece a critérios estabelecidos dentro das redações, os quais variam de acordo com orientações editoriais. Os profissionais entrevistados assinalam que poucos jornalistas gozam do *status* que os autorizaria a produzir reportagens neste formato, e a excepcionalidade, segundo eles, garante o sucesso deste recurso entre os leitores.

Ao longo dos dois anos, a pesquisa buscou mapear e comparar manifestações da imprensa brasileira que revelassem o uso da primeira pessoa por jornalistas em situações de violência em que eles próprios foram as vítimas e personagens da própria investigação, embora esses profissionais sejam comumente reconhecidos socialmente por uma competência de traduzir a realidade com clareza, objetividade, neutralidade e distanciamento. Contudo, nessas experiências os jornalistas assumem o lugar do testemunho não apenas para destacar o relato de sua experiência, mas também para assegurar a sua própria autoridade e a do jornalismo sobre a narrativa do fato. Foram observados dois jornais impressos de grande circulação, no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma revista de circulação nacional que aposta na fórmula do *long report* e um site noticioso, que se identifica como mídia independente.

O discurso jornalístico está em constante movimento não somente porque acompanha as transformações da tecnologia, mas também por exercer mediação relevante na vida social. Mas as construções da narrativa do cotidiano não deixam de refletir as contradições da sociedade. Por isso, nesta Dissertação, procurou-se integrar a análise crítica ao estudo da experiência empírica dos jornalistas e das reportagens mapeadas, avaliando o contexto de produção dessa linguagem a partir do depoimento dos profissionais.

A partir da revisão bibliográfica realizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi possível estabelecer quatro categorias para a leitura crítica das reportagens que formam o *corpus* desta investigação. No entanto, os depoimentos dos jornalistas colaboram em muito para o desvelamento do processo de desenvolvimento e

estruturação de reportagens amparadas que utilizam o recurso do testemunho e a voz do repórter como de vítima de violência e preconceito. A aplicação das categorias permitiu reconhecer o lugar privilegiado da narrativa que os jornalistas ocupam, retomando aspectos relevantes na obra de Zelizer (1992), quando a autora observa a construção do lugar de fala no jornalismo e da própria identidade do jornalista, e examina como os jornalistas usam a prática da narrativa como sinônimo de representação coletiva e compartilham códigos de conhecimento, os quais os nutrem também como autoridade cultural. Neste sentido, tratamos dos desafios do jornalismo; refletimos sobre as tensões estabelecidas entre o público e o privado na exposição do narrador e de sua história e, por fim, discutimos a confissão ou neoconfissão, a partir da subjetividade do jornalista, conferindo carga dramática e verossimilhança a experiência do presente relatada.

A questão que se desdobra a partir destas reflexões é o que manterá o jornalista como ator social investido e autorizado pela credibilidade a ocupar o lugar de fala/ voz na interpretação dos acontecimentos e da narrativa da vida social cotidiana, como uma autoridade de observador crível no mundo real (ZELIZER, 1992). O percurso de investigação revelou que mesmo as reportagens baseadas no relato testemunhal valorizaram o discurso referencial, por estarem amparadas na lógica objetiva da prática jornalística, utilizando esse recurso para manter a aura de credibilidade de caráter informativo. A construção da narrativa compõe a lógica da disputa de sentidos e de certos usos da memória para reafirmar lugares de fala. Halbwach (2004) observa que “fazemos apelos ao testemunho para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento” (idem, p.25).

A prática jornalística começa a sofrer uma intensa disputa com outras formas de produção de informação, possibilitada pelo acelerado uso de tecnologias de comunicação e da internet. Nesse contexto, a proposta desta pesquisa era confirmar ou refutar a hipótese de que o recurso do testemunho, especialmente nas experiências de sofrimento, poderia auxiliar o jornalismo a resgatar ou não a sua credibilidade diante de tensões experimentadas nas práticas profissionais pelos jornalistas derivadas de reivindicações de um “exército de amadores” que demandam lugar de fala no meio digital e fustigam conhecimentos e procedimentos. Nesse sentido, identificou-se que há por parte dos jornalistas um esforço pela “atorização” (FAUSTO NETO, 2011), isto é, pela participação dos profissionais como atores dos acontecimentos, como forma de

manter sua identidade, inclusive como vítimas do acontecimento relatado, o que implica a exigência de novos protocolos profissionais.

A emergência de textos jornalísticos em primeira pessoa ainda é, como explicitamos ao longo da pesquisa, uma manifestação residual no jornalismo brasileiro, em comparação com o volume de notícias diárias amparadas nas diretrizes da objetividade e da imparcialidade que ordenam o discurso jornalístico. Entretanto, a análise dos modos como essas reportagens são estruturadas e sobre as posições ocupadas pelos jornalistas nesses relatos de sofrimento colabora para a compreensão das maneiras que a imprensa brasileira busca novos processos de produção e formas de enunciação jornalísticos decorrentes de movimentos e ajustes perseguidos pelos meios de comunicação no País, a partir do desenvolvimento e dos usos das tecnologias digitais. As reflexões aqui sistematizadas estão em consonância com a perspectiva da linha de estudos de Mídia e Mediações, do Programa de Pós- Graduação da Escola de Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na medida em que dialoga com a dinâmica cultural e com as práticas comunicativas da sociedade contemporânea. A realização desta pesquisa foi uma experiência relevante para a minha formação, permitindo algumas respostas, mas também provocando outras inquietações que pretendo investigar na continuação de meus estudos no Curso de Doutorado.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 13-23, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n1p13>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

AGUIAR, Lisiane Machado. **As potencialidades do pensamento geográfico: cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual**. Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS. 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1897-1.pdf>. Acesso em: dezembro, 2015.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

ANDERSON, Christopher William; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **Post-Industrial Journalism: adapting to the Present**. Columbia Journalism School, Tow Center for Digital Journalism, New York, 2012.

ARENDT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARFUCH, L. O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ASSIS, Francisco. Fundamentos para a compreensão do gênero jornalístico. Revista ALCEU - v. 11 - n.21 - p. 16 a 33 - jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/viewFile/69434/72014> Acessado em: 19 jan. 2016.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. New York: Ballantine Book, 1972.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1981.

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2012.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentido. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 107-122.

_____. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamento crítico. Florianópolis: Insular, 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Pensadores).

_____. **O anjo da história**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

CAMPOS, Luiz Augusto. Por uma sociologia crítica da crítica: relendo Lüc Boltanski a partir de Margareth Archer. In: CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO, XII, 2009, Niterói. **Anais da XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico**. Niterói, RJ: IACR, 2009.

CARRETERO, Nacho. Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60. **Piauí**, São Paulo, Edição 97, p.60-65, out. 2014. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/minha-tia-chus/> . Acesso em: 8 ago 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Célia. Jornalistas na linha de fogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.14, 8 fev. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jornalistas-na-linha-de-fogo-atos-violentos-preocupam-mobilizam-entidades-11545016> . Acesso em: 16 set 2015

D'AMARAL, Marcio Tavares. Sobre tempos e história: o paradoxo pós-moderno. In: SANTORO, Fernando et al. (Org.). **Emmanuel Carneiro Leão**. Rio de Janeiro: Hexis/Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 351-369. (Coleção Pensamento no Brasil, v.1).

DEUZE, Mark. What is multimedia journalism? **Journalism Studies**, v. 5, n. 2, p. 139-152, 2004.

_____. **Media Work**. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. **Media Life**. Cambridge: Polity Press, 2012.

DIP, Andrea. Na hora de fazer não gritou. **Agência Pública de Notícias**, São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em < <http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo. Atlas: 2005, p.62-83.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **L'empire du traumatisme**: enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2007.

FAUSTO NETO, Antônio. "Inclusões e apagamentos". In: FAUSTO NETO, Antônio; VERÓN, Eliseo. (orgs.); RUBIM, Albino C. **Lula Presidente: Televisão e Política na campanha eleitoral**. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

_____. Transformações nos discursos jornalísticos: A atorização do acontecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. **Anais do 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Rio de Janeiro: 2011.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise do conteúdo. In: Duarte, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FONTCUBERTA, Mar de. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Lisboa, Ed. Notícias, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Paidós: Barcelona, 1990.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão, SE: Editora UFS/ Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GILL, Jo (Org.). **Modern confessional writing**: new critical essays. London: Routledge, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004

HALL, Stuart. The work of representation. In: _____ (Org.). **Representation**: cultural representation and cultural signifying practices. London/ Thousand Oaks/ New Delhi: Sage/ Open University, 1997.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

KEEN, Andrew. O Culto ao amador: como a internet está destruindo nossa cultura. Lisboa, Portugal: Guerra e Paz, 2008.

LAGO, Cláudia. Reflexões entre Antropologia e Comunicação: ethos romântico do jornalismo enquanto estudo de caso. In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (Org.). **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. Antropologia e jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIPPMANN, Walter. Opinião pública. São Paulo: Vozes, 2002.

LOBATO, Elvira. **Instinto de repórter**. São Paulo: Publifolha, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Itinerários da investigação. In: _____. **Ofício de Cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2007.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** In: CURSOS DA ARRÁBIDA, Lisboa, Universidade de Verão, setembro 1997. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>. Acesso em 15 jul. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, p. 197-208, 1999. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v111/v11n1a11.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2015.

MINDICH, David. **Just the facts**: how “objectivity” came to define american journalism. New York: New York University Press, 1998.

MORIN, Edgar. Centre National de la Resherche Scientifique - Communications n.7/1966. **Televisão e Canção: Liguagem da Cultura de Massas – Seleção de ensaios da Revista “Communications”**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1966.

NEVEU, Érik. Jornalistas no trabalho. In: _____. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006, p. 75-106.

PARK, Robert. A notícia como forma de construção do conhecimento. In: STEINBERG, Charles. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERUZZO, Maria Cecília. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 125-145.

PETERS, John Durham. Witnessing. **Media, Culture & Society**, v. 23, n. 6, p. 707-723, 2001.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Braga, Portugal, v. 14, p. 277-294, 2000.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PRADO, José Luiz; Becker, Beatriz. Do horizonte conservador à democracia da diáspora virtual: modalizações e rupturas no jornalismo. ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XIX, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIX Encontro Anual da Compós**. Rio de Janeiro: Compós, 2010.

RAMOS, Gabriela. A crônica como interseção entre jornalismo e literatura. ENCONTRO ANUAL DA INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1901-1.pdf>
Acesso em: 20 jan. 2016.

RESENDE, Fernando. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera; CORRÊA, Laura (Org.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 153-165.

RIBEIRO, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos de 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula; BRASILIENSE, Danielle. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria (Org.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v. 1. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**. v. 2. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **Tempo e narrativa**. v. 3. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

RODRIGUES, Adriano. **Pressupostos da narrativa jornalística**. Lisboa: Mímeo, 1996.

RODRIGUES, Carla. Ainda em busca para definições do jornalismo on-line. In: _____ (Org.). **Jornalismo on-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Editora Sulina, 2009.

RUELLAN, Denis. **A roupa justa do jornalista**: o estatuto profissional à prova da jurisprudência. ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XII, 2004, São Bernardo do Campo, SP. **Anais do XII Encontro Anual da Compós**. São Bernardo do Campo, SP: Compós, 2004.

SARLO, Beatriz. Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997a. _____. Paisagens imaginárias. Intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997b.

_____. O animal político na web. Revista Serrote. IMS, Ed. 7, março de 2011.

_____. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news**: a social history of american newspapers. New York: Basic Books, 1978.

SCOFIELD, Gilberto. Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: “Acharam ele feio e negro demais”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.20, 24 fev. 2015. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/ser-mae/casal-gay-conta-historia-de-adocao-do-filho-rejeitado-por-tres-casais-heterossexuais-acharam-ele-muito-feio-e-negro-demais/> Acesso em: 8 ago 2015.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. Estereótipo, realismo e luta por representação. In: _____. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p 261-312.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. **Teorias do jornalismo, a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VAZ, Paulo et al. O fator de risco na mídia. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, SP, v. 11, p.145-153, 2007.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine. A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XX, 2011, Porto Alegre. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**. Porto Alegre: Compós, 2011.

VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XXIII, 2014, Belém. **Anais do XXIII Encontro Anual da Compós**. Belém: Compós, 2014.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005

WEINGARTEN, Marc. **A turma que não escrevia direito**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 10. ed. Lisboa: Presença, 2009.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body**: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

APÊNDICES

As transcrições das entrevistas em profundidade realizadas constam dos apêndices A, B, C e D. As reportagens analisadas nesta Dissertação constam do Anexo.

Apêndice A – Transcrição da entrevista concedida por Andrea Dip

Entrevistado: Andrea Dip, jornalista

Entrevistadora: Pollyanna Barros Brêtas

Data: dia 2 de dez. 2015

Transcrição: Pollyanna Barros Brêtas

P.B - O que mudou na produção da notícia desde o início da sua carreira? Qual é o impacto da Internet na sua forma de produção e apuração da notícia? Você acha que o jornalismo vive uma crise credibilidade? Por quê?

A.D - Desde 2001, eu comecei na profissão na (revista) Caros Amigos. Era uma revista de direitos humanos e reportagens longas. Eu tinha a mesma apuração que tenho hoje, apesar de o tempo para o repórter trabalhar ser menor. De lá para cá, eu amadureci o meu olhar. Ganhei preocupação de chegar à fonte primária da informação. Fonte primária é saber de onde surgiu o dado originalmente. Às vezes, um dado que está sendo repercutido em vários meios de comunicação e que ninguém sabe exatamente de que fonte veio.

Em uma reportagem sobre maioria penal, por exemplo, eu queria saber de onde tinha saído um dado replicado pelos grandes jornais do país. De que pesquisa esse dado saiu? Uma coisa boba que todo jornalista deveria fazer mas não faz. Estou muito mais cuidadosa quanto à fonte primária; aprendendo a lidar com as pessoas; não revitimizar as pessoas, especialmente, pessoas em vulnerabilidade que estão doloridas. É uma técnica mesmo, um amadurecimento. Hoje eu estou na (Agência) Pública e ela me permite mais tempo de amadurecer a reportagem. Aqui, levo em média de um a três

meses para fazer as matérias, com temas que tenho mais afinidade, como questões de gênero, infância ou questão prisional.

Acho que se o jornalismo não vive uma crise de credibilidade, deveria. Essa crise vem com as redes sociais. As pessoas passaram a compartilhar informações sem checar. Aí é muito fácil plantar uma coisa falsa. Mas, por outro lado, é mais difícil vender uma marmitta de notícia, mais difícil vender porque as pessoas não vão consumir. Um exemplo é a cobertura das manifestações de 2013 em São Paulo. Uma empresa tradicional teve que mudar a sua capa depois de pessoas começarem a compartilhar informações e vídeos que mostravam que o que o jornal dizia era mentira.

P.B - O que veio primeiro a vontade de contar uma boa história e sua apuração, ou a necessidade de relatar uma experiência pessoal? Por quê?

A.D - Eu não sabia que tinha sofrido a violência obstétrica. Sabia que tinha sido maltratada, mas achava que era um procedimento padrão. A Marina Amaral, minha editora, sugeriu a história de violência no parto e lembrou que meu parto foi ruim. Com os relatos de outras mulheres, e a lembrança do meu, eu percebi que também tinha sido uma vítima. Foi um processo muito dolorido. A apuração da matéria não começou do meu relato. Mas eu tinha que citar para mostrar que a gente, às vezes, não sabe. Não se dá conta.

P.B - De quem partiu a ideia da reportagem, então? Do editor?

A.D - Sim. Da editora Marina Amaral

P.B - Como foi o processo de apuração de fatos que eram vividos e relatados por você mesma?

A.D - Não existia nenhuma matéria sobre o assunto. Então, eu comecei pela rede de ativistas pelo parto humanizado. Fui atrás dessas mulheres e dos especialistas. Fui atrás dos convênios. Descobri que um médico que faz um parto normal, fazia cinco cesáreas no mesmo tempo. Através da rede de ativistas pelo parto, eu encontrei pesquisadoras do

Brasil todo. Encontrei também duas garotas que estavam fazendo documentário sobre isso. Eu sempre gosto de começar as reportagens pela história das pessoas porque eu acho que isso é o mais importante. Eu sofri uma violência. Eu sabia que seria uma exposição, mas achei que eu devia isso a essas mulheres. Isso não é uma coisa longe. Está presente na vida de todo mundo.

P.B - Em algum momento você teve a sensação de que o que estava fazendo não era jornalismo - pelo menos no sentido clássico da palavra. Onde fica o espírito crítico ou a contestação de fatos quando a história é pessoal?

A.D - Foi o primeiro e último relato da minha vida como vítima. Já fiz uma matéria em primeira pessoa quando estive no Movimento Sem Terra. Você descreve a tua experiência como repórter. De maneira nenhuma, eu não acredito em imparcialidade. Ela não existe. É uma enganação. É mais honesto quando você mostra o que viu. Você tem que dar poder ao seu leitor, aprofundar as histórias, e embasar o que está dizendo. O meu relato (como vítima) é uma parte bem pequena da matéria. Fui a campo, à sala de parto. Fiz todo trabalho de apuração e reportagem que está fundamentado na matéria.

Se a matéria tivesse terminado no relato, mas ele só abre. E se tirar o relato, a matéria continua sendo uma reportagem completa, com elementos de uma reportagem completa, com fontes, com dados, ouvindo todos os lados, fazendo investigação, que levou um mês e meio para ficar pronta.

P.B - Você acredita que escrever um testemunho autoral te dá mais segurança, credibilidade para escrever? Qual é a diferença de apurar uma matéria clássica?

A.D - Acho que não. Segurança e credibilidade vem da apuração. Não coloco informação sem checar a fonte primária. Não faço entrevista porque outros veículos entrevistaram aquela pessoa. Tomo todo cuidado de investigação e apuração. Essa foi uma matéria sofrida e dolorida que mexeu comigo por causa da minha história. Ela acabou sendo uma descoberta pessoal no meio da reportagem. Ela foi, depois de publicada, a matéria mais compartilhada da (Agência) Pública. Foi importante para mim como repórter e como mulher.

P.B - Você acha que qualquer repórter seria autorizado a fazer um relato de experiências pessoais ou você teve essa prerrogativa porque goza de um status diferenciado na redação?

A.D - Não. Na (Agência) Pública qualquer repórter teria autonomia. Não houve censura, não. Lá temos muita autonomia sobre qual é o rumo da reportagem, e as decisões são um trabalho em conjunto. Eu é que fiquei na dúvida e pensei muito antes de colocar meu relato pessoal. Me questionava se seria valioso ter isso na matéria, contar em nome do bom jornalismo.

P.B - É a primeira vez que você escreveu um relato testemunhal? Escreveria outros? Você acha que essa história seria publicada em qualquer veículo? Por quê? Em quais não há espaço para isso?

A.D - Talvez, se fosse necessário e apropriado. Não acho que a história seria publicada em qualquer veículo. Mas, essa foi a matéria mais compartilhada da (Agência) Pública em sites. Pautou outras matérias e outros veículos da grande imprensa. Nem sempre o repórter pode escrever em primeira pessoa. Há poucos espaços para grandes reportagens hoje. O relato só ganha força se for apoiado por uma grande investigação, e agora tenho visto bastante coisa em primeira pessoa.

P.B - Quantas vezes você já viveu situações e achou que elas mereciam ser compartilhadas? Por que o fez na ocasião? Qual foi a diferença para essa?

A.D - As pequenas violências do dia a dia, eu acabo contanto em redes sociais e blogs e, outros meios, como se fosse uma coluninha. Às vezes, compartilho em blogs feministas também.

P.B - Você acha que qualquer tema, assunto pode receber um tratamento ou ser abordado através do testemunho pessoal? Em quais casos você acha que não cabe?

A.D - Não sei se qualquer assunto dá para fazer e tratar desta forma ou se é necessário fazer neste modelo de narrativa. Não sei se é seguro porque tem a superexposição pessoal do próprio jornalista.

Apêndice B – Transcrição da entrevista concedida por Gilberto Scofield

Entrevistado: Gilberto Scofield, jornalista

Entrevistadora: Pollyanna Barros Brêtas

Data: entre os dias 10 a 27 de out. 2015

Transcrição: Pollyanna Barros Brêtas

P.B - O que mudou na produção da notícia desde o início da sua carreira? Qual é o impacto da Internet na sua forma de produção e apuração da notícia? Você acha que o jornalismo vive uma crise de credibilidade? Por quê?

G.S - A internet tem impacto grande. Ela facilitou a produção. Eu comecei ainda na máquina de escrever. Na Editora Abril, na Revista Exame. No departamento de pesquisa e memória, era o fax ou correio. Antes de fazer uma entrevista, para não ir tão desarmado, havia uma fila de gente que já tinha pedido para fazer pesquisas sobre o entrevistado. Isso foi no início da minha carreira. Hoje, há ferramentas de checagem e pesquisa, isso é sensacional. Você hoje consegue se preparar com mínimo de credibilidade. No curso de jornalismo de dados, eu consigo que os números me deem a notícia e não fico refém de fontes. Na rede social, pessoas são fornecedoras de dados, e conseguem antecipar as notícias. Você hoje tem várias plataformas de entregar notícia e conteúdo.

O jornalismo vive uma crise de credibilidade. Agora é possível desmascarar truques. Eu fui instruído a botar coisas no pé da página para não dar destaque, para esconder uma matéria. Você vê uma matéria sobre pesquisa do Ibope, do Estadão, e vê o tratamento que a Folha deu, é claramente uma decisão editorial ao interpretar a matéria do ponto de vista jornalístico. É óbvio quando e as pessoas vão contestar.

A mudança no consumo da informação influencia na questão da credibilidade. Ou seja, fica mais difícil escamotear e manipular a matéria. O leitor da internet é um leitor difuso. O leitor de papel do Globo é conservador.

Quando você vai fazer a tradução, refletindo no digital, o seu público no impresso, você vai espremer sua audiência. Na migração para o digital, você tem que chamar o leitor.

Você é quem faz a curadoria da informação. Eu digo que importante é o empoderamento do leitor. Assim, fica mais difícil. Tem gente que só se informa com o que aparece. A mídia tradicional tem que ser mais transparente. Você tem que estar mais preocupado com o leitor do que com o acionista. Nem sempre o interesse do leitor é o do acionista. No caminho da mídia impressa que quer se transformar em mídia digital, são dois problemas. Um grande problema é o da credibilidade. Eu acho que esse é o problema da nossa grande mídia. O outro é a relevância. Também é um problema para a grande mídia conseguir entender que existem ferramentas que conseguem transformar a vida do leitor. É um mundo virtual móvel nem é mais um mundo virtual fixo. Credibilidade e relevância, a mídia brasileira está claramente sendo atingida nestes dois flancos. Primeiro que há um grande interesse opinativo no jornalismo, que deveria ser imparcial e não é. Segundo, ela não está carregando tanto de serviços que as pessoas exigem hoje e que a mídia é capaz de oferecer tendo o uso da linguagem digital. Muita gente já não usa mais o jornal para ir ao cinema. Vê as informações do cinema via celular, via desktop. Isso solapa a relevância do jornal. O jornal está ficando cada vez mais irrelevante. Se ele não conseguir se reinventar no formato impresso, não sobrevive. E a crise da mídia que a gente vê hoje é um pouco resultado disso, destes fatores. Os jornais insistem em publicar no dia seguinte matérias que a gente está careca de ver no dia anterior na internet.

E tem outra coisa, no início da internet, você tinha uma noção de que 80% do que se comentava nas redes sociais eram produzidos na mídia tradicional, mas isso também vem mudando. Você tem na internet novos produtores de conteúdo. Isso é um outro fenômeno. O jornalismo deixou de ser uma atividade exclusiva de jornalistas. Ele passou a ser uma atividade de um monte de pessoas, inclusive nas suas áreas específicas. Existem blogs feitos por advogados que são excelentes de você acompanhar, numa linguagem mais popular. Você revolucionou a maneira de fazer jornalismo, que hoje é feito por não jornalistas. No início isso era muito incipiente. E as ferramentas jornalísticas estão ali disponíveis para você transformar uma notícia numa coisa crível. Existem hoje jornalistas e não jornalistas em sites, blogs, produtores de conteúdo. Então, nem tudo hoje que está na internet é notícia produzida pela grande mídia.

P.B - O que veio primeiro a vontade de contar de uma boa história e sua apuração ou a necessidade de relatar uma experiência pessoal? Por quê?

G.S - Viramos uma família ativista. A nossa matéria teve um milhão de compartilhamentos em portais, discutindo a proposta de Estatuto da Família. Estivemos no Huffinton Post, fomos ao programa da Fátima Bernardes e no (programa) Sem Censura, além disso, ganhamos prêmio Prefeitura Rio Sem Preconceito. A editora do Estadão me convidou a escrever. Foi da iniciativa dela publicar aquilo, mas eu estava negociando o relato com a (revista) Piauí. A ideia surgiu da necessidade de botar uma voz na questão do Estatuto da Família. Isso é uma maluquice e vai acabar com a adoção no Brasil. Uma voz dissonante. Se aquilo não estava sendo feito do ponto de vista jornalístico? As histórias pessoais são as grandes histórias. Com um componente de história pessoal, o poder da narrativa em primeira pessoa faz a conexão com leitor, e é capaz de mobilizar a audiência, incomodada com a tramitação do projeto do estatuto.

P.B - De quem partiu a ideia da reportagem - do repórter? Do editor?

G.S - Na verdade, eu conhecia a Cláudia, uma editora da revista Piauí, e a Raquel Zangate, mãe de uma menina que é colega de escola do meu filho. Tinha conversado com ela sobre a experiência. Falei com ela sobre uma ideia minha de escrever um livro e ela propôs organizar a estrutura do livro. Ela disse que renderia uma boa matéria. Eu achava que era uma boa história, e nós conversamos pelo Facebook. Eu gosto da fórmula da Piauí que mistura depoimento pessoal e mais a pesquisa jornalística sobre o tema.

A Editora Intrínseca me convidou para escrever uma parte do livro para ela sobre novos arranjos familiares diante do estatuto da família, já que é o assunto da ordem do dia. Eles tinham acabado de lançar um livro sobre adoção. O canal GNT está preparando uma série sobre adoção.

A Ana Gonzaga faz reuniões sobre processo de adoção. Eu já fui e participei de exercício sobre percepção de cor - o que você acha que é branco, negro e pardo. A experiência do grupo é muito reveladora quando você é questionado a colocar no pedaço de papel a cor da pessoa à sua direita. As pessoas tendiam a se achar mais

brancas do que ela realmente era. Há um conflito de percepção, tendendo ao embranquecimento.

No dia que eu fui demitido do O Globo, 1º de julho 2014, foi o dia que fui habilitado pela vara de família para adoção. Da habilitação para adoção foi rápido porque meu perfil de adoção era amplo. Se eu escolhesse uma "menina, até um ano, sem irmão" eu ficaria até cinco anos esperando.

P.B - Como foi o processo de apuração de fatos que eram vividos e relatados por você mesmo?

G.S - Eu estava apurando para a matéria da Piauí, quando escrevi para o Estadão. Tinha uma apuração enorme na mão. Vou muito pouco além da minha própria vivência. Eu queria mostrar para pessoas a minha própria história. Eu tinha o processo dele (do meu filho) na mão, tinha as informações na mão, e com auxílio de documentos. O processo de adoção no Brasil é muito complicado e um casal gay adotando uma criança negra tem potencial de desestabilização.

P.B - Em algum momento você teve a sensação de que o que estava fazendo não era jornalismo - pelo menos no sentido clássico da palavra. Onde fica o espírito crítico ou a contestação de fatos quando a história é pessoal?

G.S - Não. Porque eu leio muito imprensa estrangeira e lá o jornalista usa muito a opinião. No jornal americano, eles descrevem: “no escritório de fulano há dois quadros pendurados nas fotos...”. Eles falam de amor, da família, e o lide é o do observador. Me senti fazendo jornalismo. É que nós não estamos acostumados, com o relato pessoal e com descritivo. Mas é jornalismo também.

P.B - Você acredita que escrever um testemunho autoral te dá mais segurança, credibilidade para escrever? Qual é a diferença de apurar uma matéria clássica?

G.S - Não foi complicado porque eu já entendia tudo sobre o assunto “adoção”. Já vinha pesquisando há tempos sobre o processo e acompanhando a evolução das leis e regras.

Além disso, já participava de grupos de casais para discutir assuntos relacionados à adoção, como cor, gênero, etc. Depois dessa tentativa de barrar a adoção com base em estrutura familiar definida pelo (deputado federal e então presidente da Câmara dos Deputados) Eduardo Cunha. Eu comecei a pesquisar os números, dados, tempo médio do processo. E eu tinha a minha própria experiência e vivência. Participei de um grupo de interessados em adoção com assistentes sociais, em Madureira, e uma das perguntas a ser respondida era sobre como você define sua raça. Depois, elas perguntavam para a pessoa ao seu lado como ela te enxerga. A resposta da própria pessoa tendia sempre a se embranquecer em relação à avaliação do vizinho. Enfim, são questões que você leva na hora de contar uma história dessas.

P.B - Você acha que qualquer repórter seria autorizado a fazer um relato de experiências pessoais ou você teve essa prerrogativa porque goza de um status diferenciado na redação?

G.S - Qualquer repórter não. No Globo, há ótimos apuradores que conseguem descobrir histórias super cabeludas, mas não sabem escrever, o texto é ruim.

P.B - Esta foi a primeira vez que você escreveu um relato testemunhal? Escreveria outros? Você acha que essa história seria publicada em qualquer veículo? Por quê? Em quais não há espaço para isso?

G.S - Escreveria o quanto precisar. Quer que eu escreva? Eu escrevo. Só vou parar de morar quando eu morrer. Estamos numa onda conservadora barra pesada. As famílias têm que botar a cara para fora. Se precisar escrever eu vou escrever. Eu tenho a ferramenta e vou tirar lágrimas se precisar.

Não acho que alguns jornais têm mais sensibilidade para isso do que outros. O melhor jornal hoje é o El País. Eles têm matérias que são depoimentos pessoais que tem um toque pessoal na sua manufatura. Entre os brasileiros, o que faz melhor é a Folha de S. Paulo. O Globo está meio confuso sobre para onde está indo. O Estadão é muito reacionário, conservador e não dá espaço para pessoas fazerem reportagem sem ser para falar mal do governo, a não ser que seja colunista, aí tem espaço.

Acho que a gente tem problema aqui no Brasil. Os jornais são muitos reticentes. Os relatos em primeira pessoa são bem feitos. A categoria esteve amordaçada por essa história do diploma (a derrubada na Justiça da obrigatoriedade do diploma de jornalista). Não adianta fazer diário. Tem que saber ver e saber o que dizer. Você deu liberdade, mas qual é o critério? Que sabiam escrever e nem sempre o relato pessoal de um colunista.

A narrativa em primeira pessoa é um exercício difícil cooptar o leitor pelo estilo e pela capacidade de empatia. Colocar o outro no seu lugar e fazer parte daquilo ali, e sentir o problema conflito, se indignar com você, rir com você. É preciso dominar essa técnica de trazer essa narrativa de primeira pessoa.

Ela traz o leitor para dentro do universo se não for dessa maneira é só um relato da pessoa. O desafio dos jornais é achar talentos, pessoas que façam isso. A Flávia Oliveira faz isso e te toca profundamente.

Os jornais estão muito perdidos na produção jornalística clássica de instrumentação. Por outro lado, trazer o leitor mais para dentro do universo, cooptar o leitor e transformar de alguma forma fazer uma história melhor, é mais difícil.

P.B - Quantas vezes você já viveu situações e achou que elas mereciam ser compartilhadas? Por que o fez na ocasião? Qual foi a diferença para essa?

G.S - Lembro de uma matéria do Globo sobre dificuldade do visto para o meu companheiro, quando eu você morava no Estados Unidos. Quando fui para Pequim, e fui com Rodrigo. Ele tinha visto de turista. Ele era enfermeiro formado e falávamos mandarim básico. E ele conseguiu um emprego no hospital internacional como chefe de hospitalidade, porque falava inglês. O trabalho era pegar o gringo e resolver todos os problemas, como cuidar da burocracia com plano de saúde. Nós dois fazíamos uma grana muito boa, viajamos e juntamos um dinheiro para comprar um apartamento. Mas quando eu fui enviado como correspondente para os Estados Unidos, foi tudo ruim.

Na época, não tinha visto de cônjuge. O visto de turista tinha perguntas constrangedoras. A cada três meses ele tinha que sair do país, e era sempre uma volta traumática. Ele tinha que ir parar na “salinha” da imigração. Ele era muito humilhado. O

diretor de redação do Globo era o Rodolfo Fernandes. Eu disse para ele que estava amando o trabalho nos Estados Unidos, mas o meu marido estava frustrado e tudo ficou muito complicado. Eu pedi para voltar. O Rodolfo disse que eu poderia escrever na página de Opinião que estava voltando para o Brasil porque eu tinha um problema pessoal porque o governo dos Estados Unidos se recusava a ver o meu problema. Eu tinha que dar a cara a tapa. O artigo foi feito, com apoio do consulado americano. A assessoria foi super compreensiva. Eu fiz um artigo em primeira pessoa para dividir minha experiência.

Trabalhei na revista Sui Generis, uma revista gay - estilo de vida coluna qualquer brecha que eu tinha opinião GLBT, fui muito militante.

Falar da adoção é uma consequência de um posicionamento de vida que tenho desde a década de 90. As pessoas só mudam quando saem da zona de conforto, e com informação. O Rodolfo (Fernandes) topou a minha sugestão para publicar a minha dificuldade familiar de obtenção do visto americano. Que saudade do Rodolfo. Uma compreensão de mundo muito sofisticada. Ele, na hora, enxergou que era um assunto com potencial de discussão. Ele comprou todas as minhas brigas, e sempre foi muito amigável a esse tipo de questão. Rodolfo era um parceiro que eu tinha ali no Globo. E o meu artigo repercutiu muito. Uma das missões do jornalismo é jogar informação e fazer as pessoas saírem da zona de conforto.

P.B - Você acha que qualquer tema, assunto pode receber um tratamento ou ser abordado através do testemunho pessoal? Em quais casos você acha que não cabe?

G.S - Acho que em alguns casos isso não cabe. Você tem um trabalho jornalístico, e um espaço como esse pode ser muito proveitoso porque as pessoas querem ler histórias mais humanas. A Piauí deixou minha matéria fechada no site até a edição seguinte porque é uma história humana que tem personagem que está vivo.

Você precisa contar bem, ter um bom roteiro. Por exemplo, a questão da cobertura diária factual, você pode ter espaço para as histórias pessoais, que elevam as discussões, que fazem pensar as pessoas pensar fora da casinha. Mas a cobertura econômica vai fazer o quê? É uma cobertura basicamente rígida, com números de negócios. O desafio da economia é fazer uma cobertura mais humanizada. Estamos falando de pessoas

tentando sobreviver; estados tentando sobreviver, o governo tentando sobreviver tem obrigação de trazer isso para o campo da vida verdadeira.

Mas se governo faz balanço, ou divulga a balança comercial, é mais difícil produzir uma cobertura mais humanizada.

Na cobertura esportiva, por exemplo, apesar de ser humano é mais ligado ao esporte e tem essa lógica esportiva de tabela, gol.

Eu acho que o futuro do jornalismo caminha para a humanização, e o da internet caminha para isso que o impresso não te dá. Uma matéria de esporte em que um homossexual apareça porque foi boicotado por ser gay. Ou atletas que estão saindo do armário. Estes são assuntos que a imprensa poderia abordar porque permite que você encomende um artigo em primeira pessoa um relato pessoal. Super diferencial e engrandecedor.

Apêndice C – Transcrição da entrevista concedida por Nacho Carretero

Entrevistado: Nacho Carretero, jornalista

Entrevistadora: Pollyanna Barros Brêtas

Data: entre os dias 12 de nov. 2015

Transcrição: Pollyanna Barros Brêtas

P.B - O que mudou na produção da notícia desde o início da sua carreira? Qual é o impacto da Internet na sua forma de produção e apuração da notícia? Você acha que o jornalismo vive uma crise de credibilidade? Por quê?

N.C - A produção de notícias tem mudado nos últimos anos mais do que tinha mudado em toda a história anterior. Internet é a causa. Eu não conheci o jornalismo sem a Internet, mas encontrei uma Internet muito primitiva. Quando comecei a trabalhar (em 2003) a apuração ainda era ao telefone, jornais e agenda. Estes eram os mais importantes meios de produção. Ao longo dos anos, o mundo virtual tornou-se um caminho desafiador. Eu acesso telefone, contatos, e-mails, endereços, mídia redes sociais ... e tudo isso culminou nesta mudança.

No meu caso, a Internet é muito importante para preparar uma reportagem, mas não essencial. É uma ferramenta de mais apoio. Eu tento basear minhas matérias em três pilares: atmosfera, depoimentos e dados. Para descrever o que é a atmosfera a única forma é alcançá-la no local. Nenhuma web substitui isso. Os depoimentos são testemunhas da história, e temos de falar com eles, levá-los. As redes sociais são uma boa ferramenta para encontrá-los. Os próprios dados são agora muito mais acessíveis com a internet e eu sempre uso para este aspecto.

Eu não acho que o jornalismo sofre uma crise de credibilidade. Eu acho que há mais pessoas interessadas em se informar e, portanto, um público mais crítico ao longo dos anos. É verdade que algumas redes sociais e sites que querem ser jornais, poluem a credibilidade dos meios de comunicação, mas acho que, em geral, o público sabe a diferença entre um jornal e um intruso na profissão.

P.B - O que veio primeiro a vontade de contar de uma boa história e sua apuração ou a necessidade de relatar uma experiência pessoal? Por quê?

N.C - No meu caso, o desejo de escrever. Escrever histórias. Como um adolescente, eu fui atraído para a ficção, os relatos, os contos. Quando eu cresci, percebi que eu não tinha nível suficiente para ser um escritor, mas eu decidi que eu queria era contar histórias reais. E eu sempre fui claro que esse é o meu desejo. Se é para um site, para um jornal ou um blog móvel. Eu vejo a história. Isso é o que eu gosto.

P.B - De quem partiu a ideia da reportagem - do repórter? Do editor?

N. C - Eu suponho que você quer dizer a história da tia Chus. Esta é uma história que eu propus e escrevi, sem consultar ninguém, e sem saber se ela iria ser publicada em algum lugar. Isso é algo que eu não costumo fazer, porque você precisa saber antes se você vai investir tempo e dinheiro. Mas, como eu disse, essa é uma história que eu queria contar há anos. Era algo que precisava ter. Eu gostava da minha tia Chus e sentia que precisava voltar à afeição que tenho por ela para, de alguma forma, honrá-la. Todos a conheciam. Também queria relatar o que meus avós tinham feito. Então, eu escrevi, nada mais. E eu fiz isso. Enviei a revista Orsai. Em seguida, eles me chamaram para traduzir para Piauí. Eu tive sorte.

P.B - Em algum momento você teve a sensação de que o que estava fazendo não era jornalismo - pelo menos no sentido clássico da palavra. Onde fica o espírito crítico ou a contestação de fatos quando a história é pessoal?

N.C - Eu acho que a história da Chus não é jornalismo. É um fato, mas não é notícia. Eu acho que há um espaço maravilhoso entre literatura e jornalismo, o que pode ser chamado crônica ou não-ficção narrativa, aquela que pode contar histórias. As grandes histórias ou pequenas matérias, simples ou complexas, não são necessariamente para um jornal. Na América Latina, há muitos casos assim. Na Espanha, surgiu há pouco tempo, mas está se tornando mais comum.

P.B - Você acredita que escrever um testemunho autoral te dá mais segurança, credibilidade para escrever? Qual é a diferença de apurar uma matéria clássica?

N.C - Escrever na primeira pessoa, ou ter algo pessoal, é uma escolha. Nem melhor, nem pior. Sim, eu acho que as histórias não são pessoais, os relatos da mídia, não devem ser escritos na primeira pessoa. Mas é apenas a minha opinião. Eu acho que os jornalistas deveriam desaparecer da história e não ser o problema principal.

P.B - Você acha que qualquer repórter seria autorizado a fazer um relato de experiências pessoais ou você teve essa prerrogativa porque goza de um status diferenciado na redação?

N.C - Como eu disse, a história de Chus não era uma história estritamente jornalística, nem foi publicada em meios estritamente jornalísticos. Então, eu não encontrei esses problemas. É verdade que o jornalismo é também um gênero carregado e propício para contar histórias longas, em profundidade, vagaroso. Mais aceitação vai permitir que outros gêneros jornalísticos sejam menos limitados. Mas no final tudo se resume à mesma coisa: escrever bem e contrastar tudo o que é dito.

P.B - É a primeira vez que você escreveu um relato testemunhal? Escreveria outros? Você acha que essa história seria publicada em qualquer veículo? Por quê? Em quais não há espaço para isso?

N.C - Eu escrevo histórias de personagens. Eu amo escrever histórias simples. Eu acho, na verdade, que existem maneiras em que essas histórias não se encaixam. Mas algumas histórias simples, elas simplesmente não são notícia, elas não têm um lugar.

P.B - Quantas vezes você já viveu situações e achou que elas mereciam ser compartilhadas? Por que o fez na ocasião? Qual foi a diferença para essa?

N.C - Escrever histórias que envolvem a minha pessoa é muito difícil. Pessoalmente é algo que eu tento evitar. Quando você escreve um texto, você tem que saber que vai dizer coisas, e que não outras pessoas vão gostar. Que podem perturbar ou serem mal interpretadas. É necessário dizer defeitos ou coisas negativas sobre os personagens de

uma história porque você tem que mostrar como eles são, o ser humano, dar-lhes credibilidade, não descrevê-los como heróis de uma novela. Às vezes, quando essas pessoas são da sua família ou seus amigos, elas podem não entender isso e criar problemas. E isso é algo que eu tento evitar. Por exemplo, havia partes do texto de Chus que meus avós não gostavam (iam ficar com raiva). Além disso, devemos analisar bem se a história é interessante. Faça algo que você se importa ou que vai surpreendê-lo. Mas isso não significa que os outros irão gostar ou ter uma surpresa. Para histórias pessoais, várias perspectivas devem ser colhidas e analisadas sem paixão que nos causam.

P.B - Você acha que qualquer tema, assunto pode receber um tratamento ou ser abordado através do testemunho pessoal? Em quais casos você acha que não cabe?

N.C - Não todos. Especialmente quando o tópico é baseado em dados. Os testemunhos fornecem experiências, visões e percepções. Mas é preciso ter muito cuidado quando dizem dados ou figuras. Você tem que contrastá-la e sempre verificar. Eu acho que o testemunho, embora a história seja verdadeira através dele, ele é mais um elemento da narrativa sujeita a regras.

Apêndice D – Transcrição da entrevista concedida por Rolland Gianotti

Entrevistado: Rolland Gianotti, jornalista

Entrevistadora: Pollyanna Barros Brêtas

Data: dia 21 de out. 2015

Transcrição: Pollyanna Barros Brêtas

P. B - Qual é o critério que a editoria Rio usa quando publica ou quer publicar um texto em primeira pessoa de um repórter, de um fotógrafo ou de alguém?

R. G - A gente já usa a primeira pessoa há muito tempo, desde que eu me entendo por jornalista. Há muito tempo também que eu me lembro de já ter visto jornalistas assinado texto em primeira pessoa. É que esse depoimento seja muito especial. E se o repórter ou o jornalista naquela ação, naquela situação ele se transformou ou ele foi transformado num personagem daquela ação. Então, mais do que ele contar o que ele viu, ele conta o que ele viveu. Então, nesse caso da morte do Santiago, apesar de a foto ter sido feita pelo fotógrafo, que deu o depoimento em primeira pessoa, mostrar o crime com ele contanto o que ele viveu, era uma peça fundamental, no nosso entendimento, para que o leitor tivesse uma noção muito próxima do que aconteceu. Se eu deixasse só o repórter contar o que houve, com a publicação de uma foto, é claro que o leitor entenderia o que se passou. Mas quando o fotógrafo, que fotografou aquele crime, dá o depoimento, eu acho que traz mais o leitor para dentro da notícia. Então, a gente usa esse critério: quando o repórter ou o fotógrafo vive uma situação tão especial que só ele sentiu, é relevante, tem essa relevância, a gente transforma isso em primeira pessoa. Nesses casos, é um outro olhar, é uma outra visão. Ele deixa de só contar o fato e só contar a notícia, e passa a mostrar o lado do personagem da notícia.

Foi o caso da morte do Santiago. E, eu não sei se você ia me perguntar, por que a matéria não está assinada? E não está assinado o depoimento. Porque quando houve o crime, a morte do Santiago foi um crime, tanto que os responsáveis estão respondendo inquérito judicial e vão a julgamento, acho que em breve. Como o fotógrafo testemunhou um crime, ele não se sentiu seguro de ter a sua identidade exposta e ele,

por iniciativa própria, solicitou que ele não fosse identificado. Logo depois, passado um tempo, ele assumiu a autoria da foto, que inclusive foi uma foto superpremiada.

Foi o Domingos Peixoto. A foto ganhou vários prêmios, prêmio Esso, prêmio Rei de Espanha, mas não foi por isso que ele se identificou. Quando ele se sentiu seguro, não se sentiu ameaçado, correndo qualquer risco por ter feito aquelas fotos, ele se identificou.

P.B - Você diz que quando há o depoimento em primeira pessoa traz uma coisa diferente para o leitor?

R.G - Sim, é o personagem contando. O que eu vivi.

P.B - Mas quando o personagem é o jornalista? O jornalismo tem alguns paradigmas como distanciamento, objetividade...

R.G - Isso. E nós seguimos isso aqui.

P.B - Mas de alguma forma não compromete a visão crítica? Você não tem a contaminação desse relato, já que não existe mais o distanciamento entre o jornalista e o objeto? Ainda mais ele sendo uma vítima?

R.G - Eu acho que não. Eu acho não tenho essa contaminação sobre o relato. Porque quando ele faz o relato em primeira pessoa, está claro para o leitor, eu imagino, que aquilo ali é um depoimento pessoal. Ele não está interpretando a notícia. Ele não está nem tentando conduzir o leitor por algum caminho. Ele está dizendo o que ele viveu. É só isso, só a visão dele, só a experiência dele. É a visão dele sobre um determinado fato, não é um artigo, não é uma opinião. Quando eu dou um depoimento em primeira pessoa, estou simplesmente contando o que eu vivi. Isso independe de eu ser repórter, fotógrafo, jornalista, não. É um personagem naquele contexto.

P. B - Mas é muito difícil você criticar ou desconstruir o relato de uma vítima.

R.G - Eu acho que não. Nesse caso, por exemplo, neste caso específico do Domingos, só para a gente estar trabalhando com um fato concreto dessa foto. A matéria não era só o Domingos. A abordagem do crime não era só feita pelo depoimento do Domingos. O Domingos era uma peça, era só mais uma informação. A matéria não era o Domingos, a matéria principal. O norte do noticiário, o que norteou o noticiário não foi o depoimento dele. Havia o depoimento dele também mas era um acessório. O principal era a história do crime contada por um outro repórter, que não deu o depoimento em primeira pessoa, que foi, que apurou... O Domingos deu o depoimento dele como um personagem que estava na cena do crime, só isso, entendeu?

Então, quer dizer, eu acho que existe esse distanciamento que é mantido mesmo quando o jornalista dá o depoimento em primeira pessoa. Posso te dar outros exemplos. A gente uma vez foi fazer uma viagem de trem, uma inauguração e durante essa inauguração teve um tiroteio. Todo mundo se jogou no chão, o episódio que ficou conhecido como "o trem bala".

Mesmo que você conte o que aconteceu, na terceira pessoa, quando você conta o que você sente, eu acho que traz mais o leitor para perto da notícia. Isso sem querer interferir na visão do leitor, como ele vai entender aquela notícia. Houve um tiroteio, eu estava ali, só estou contando o que eu senti. Tive que me jogar no chão, que eu fiquei com medo que pensei nos meus filhos, que o ministro também se escondeu debaixo do banco. Eu acho que é um olhar muito especial. Mas que não pode ser banalizado. A gente não usa isso o tempo todo. Agora quando a gente considera que um personagem nosso, um personagem da nossa redação passou por um momento especial e que a história pessoal dele naquele momento é tão importante ou pode acrescentar algo para o leitor, a gente faz essa divisão, destaca a primeira pessoa. Não misturando nunca com o texto principal. O global está lá.

P. B - Você acha que aumentou o uso deste expediente?

R.G - Eu acho que não. Acho que a gente usa muito pouco.

P. B - Você acha que devia usar mais?

R. G - Não acho que a gente deve usar mais. Acho que a gente deve usar com realmente tem um depoimento especial, porque senão banaliza. A gente não pode transformar toda reportagem em primeira pessoa. Porque quando eu sou primeira pessoa, eu não ouço o outro lado, outros personagens, eu não tenho outras visões. A primeira pessoa é uma visão. Então, a gente não pode transformar tudo em primeira pessoa porque senão a gente direciona o leitor. A gente usando só a primeira pessoa a gente poderia manipular o leitor e esse não é o nosso objetivo. Por isso que eu acho que a gente não pode banalizar. Isso é importante quando você tem uma visão muito singular de um fato, de um acontecimento, que você passou por aquilo, mas independente de primeira pessoa, você tem que ter uma coisa maior, uma cobertura maior.

P. B - Você acha que a linguagem da internet com a multiplicação de blogs e redes sociais ajuda na disseminação?

R.G - Eu acho que a primeira pessoa na internet funciona muito. Porque o leitor na internet ele quer isso. Ele quer saber o que o cara viveu, o que o cara passou. Mas o blog é uma coisa muito pessoal, então eu acho até que funciona. Mas em um site noticioso, a gente tem que ter muito cuidado. Não ficar usando deste expediente, senão faz isso.

P.B - Quais são os critérios? Quem é que define?

R.G - Depende. Pode ser o próprio repórter que chega aqui e diz: "olha, passei por uma situação super especial, muito especial, e gostaria de contar e acho que vale a primeira pessoa". Pode ser também o editor que fala: "Olha só, você passou por uma situação tão especial que merece uma primeira pessoa". Tem um acordo. Agora, o jornalista, o repórter, o fotógrafo pode se recusar a fazer a primeira pessoa. Ele não é obrigado a se expor. Porque quando você faz a primeira pessoa, você está se expondo, ainda mais se você se identificar e, geralmente, você se identifica, você vai se expor. Você está dizendo o que você passou, que era você que estava lá, o risco que você correu, a situação que você presenciou. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: a sugestão de

primeira pessoa, a decisão, o start ou do repórter ou da edição. Não tem uma fórmula. Na página, graficamente, isso está bem explícito: "Primeira pessoa- depoimento do fotógrafo que tirou a foto...". Fica claro que aquilo ali é mais um ponto de vista.

P.B - Além da questão gráfica, no estilo de texto tem alguma orientação?

R.G - Tem. A orientação é: ser o mais pessoal possível. É contar a tua experiência, a tua vivência. Ali você pode repetir palavra, pode ficar super à vontade.

P.B - Você já fez?

R. G - Não que eu lembre.

P. B - Alguma situação que você passou que você talvez relataria?

R.G - Não sei. Talvez sim. Acho que tivesse aparecido, se merecesse eu lembraria, teria sugerido ou o chefe teria pedido, sim. Mas eu acho que a primeira pessoa é legal desde que ele tenha uma história de verdade, desde que o personagem seja bom, desde que a história seja incomum, desde que esse texto em primeira pessoa seja diferente, que ele acrescente algo que a concorrência que não fez o "em primeira pessoa" não vai ter. Ele é uma peça preciosa, mas é uma peça.

P. B - Quantos anos você tem de profissão?

R. G - 23 anos.

P. B - Nesta sua trajetória quais foram as principais transformações?

R.G - Eu não sou tão antigo. Acho que o que está mexendo é isso que a gente está vivendo agora. Acho que o momento que a gente está vivendo hoje é o momento mais especial da minha carreira. Acho que esse momento da internet em que a mídia tradicional está perdendo um pouco de espaço, perdendo leitor, perdendo anúncio. Mas

as novas mídias estão ganhando leitores, e estão fazendo dinheiro, é um momento muito singular. Acho que a gente está passando por momento de transformação. Esse momento não começou agora, ele começou há alguns anos. Sem saber. Quando começou a se discutir como abordar a notícia, o assunto, qual era a prioridade, se era a internet ou se era o papel. Acho que esse momento é o momento transformador dos últimos, pelo menos, dos últimos 50 anos. É o momento de maior transformação que eu já vivi. Eu já convivi com a redução do número de redatores, do repórter tendo que aperfeiçoar o seu texto, a gente já viu a mudança no desenho dos jornais, não precisa mais de tanta gente desenhando o jornal, os formatos já vêm prontos. A gente trabalha cada mais com equipamentos mais modernos. O repórter passou a fotografar, passou a fazer vídeos. Mas um momento como esse agora, essa transformação, essa internet aí, os sites. Acho que este vai ser um marco muito importante. Isso eu acho que está mexendo com a gente, para o bem e para o mal.

Anexos – Reportagens

Pública

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO <http://apublica.org>

Na hora de fazer não gritou²⁰

Categorias : [Especiais](#), [Reportagens](#) **Data :** 25 de março de 2013

Eu tive meu filho em um esquema conhecido por profissionais da área da saúde como o limbo do parto: um hospital precário, porém maquiado para parecer mais atrativo para a classe média, que atende a muitos convênios baratos, por isso está sempre lotado, não é gratuito, mas o atendimento lembra o pior do SUS, porém sem os profissionais capacitados dos melhores hospitais públicos nem a infraestrutura dos hospitais caros particulares para emergências reais. Durante o pré-natal, fui atendida por plantonistas sem nome. Também não me lembro do rosto de nenhum deles. O meu nome variava conforme o número escrito no papel de senha da fila de espera: um dia eu era 234, outro 525. Até que, durante um desses “atendimentos” a médica resolveu fazer um descolamento de membrana, através de um exame doloroso de toque, para acelerar meu parto, porque minha barriga “já estava muito grande”. Saí do consultório com muita dor e na mesma noite, em casa, minha bolsa rompeu. Fui para o tal hospital do convênio já em trabalho de parto.

Quando cheguei, me instalaram em uma cadeira de plástico da recepção e informaram meus acompanhantes que eu deveria procurar outro hospital porque aquele estava lotado. Lembro que fazia muito

²⁰ DIP, Andrea. Na hora de fazer não gritou. **Agência Pública de Notícias**, São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em < <http://apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

frio e eu estava molhada e gelada, pois minha bolsa continuava a vazar. Fiquei muito doente por causa disso. Minha mãe ameaçou ligar para o advogado, disse que processaria o hospital e que eu não sairia de lá em estágio tão avançado do trabalho de parto. Meu pai quis bater no homem da recepção. Enquanto isso, minhas contrações aumentavam. Antes de ser finalmente internada, passei por um exame de toque coletivo, feito por um médico e seus estudantes, para verificar minha dilatação. “Já dá para ver o cabelo do bebê, quer ver pai?” mostrava o médico para seus alunos e para o pai do meu filho. Consigo me lembrar de poucas situações em que fiquei tão constrangida na vida. Cerca de uma hora depois, me colocaram em uma sala com várias mulheres. Quando uma gritava, a enfermeira dizia: “pare de gritar, você está incomodando as outras mães, não faça escândalo”. Se eu posso considerar que tive alguma sorte neste momento, foi o de terem me esquecido no fim da sala, pois não me colocaram o soro com ocitocina sintética que acelera o parto e aumenta as contrações, intensificando muito a dor. Hoje eu sei que se tivessem feito, provavelmente eu teria implorado por uma cesariana, como a grande maioria das mulheres.

Não tive direito a acompanhante. O pai do meu filho entrava na sala de vez em quando, mas não podia ficar muito para preservar a privacidade das outras mulheres. A moça que gritava pariu no corredor. Até que uma enfermeira lembrou de mim e me mandou fazer força. Quando eu estava quase dando a luz, ela gritou: “pára!” e me levou para o centro cirúrgico. Lá me deram uma combinação de anestesia peridural com raquidiana, sem me perguntar se eu precisava ou gostaria de ser anestesiada, me deitaram, fizeram uma episiotomia (corte na vagina) sem meu consentimento - procedimento desnecessário na grande maioria dos casos, segundo pesquisas da medicina moderna - empurraram a minha barriga e puxaram meu bebê em um parto “normal”. Achei que teria meu filho nos braços, queria ver a carinha dele, mas me mostraram de longe e antes que eu

pudesse esticar a mão para tocá-lo, levaram-no para longe de mim. Já no quarto, tentei por três vezes levantar para ir até o berçário e três vezes desmaiei por causa da anestesia. “Descanse um pouco mãezinha” diziam as enfermeiras “Sossega!” Eu não queria descansar, só estaria sossegada com meu filho junto de mim! O fotógrafo do hospital (que eu nem sabia que estava no meu parto) veio nos vender a primeira imagem do bebê, já limpo, vestido e penteado. Foi assim que eu vi pela primeira vez o rostinho dele, que só chegou para mamar cerca de 4 horas depois.

Faz exatamente nove anos que tudo isso aconteceu e hoje é ainda mais doloroso lembrar porque descobri que o que vivi não foi uma fatalidade, ou um pesadelo: eu, como uma a cada quatro mulheres brasileiras, fui vítima de violência obstétrica.

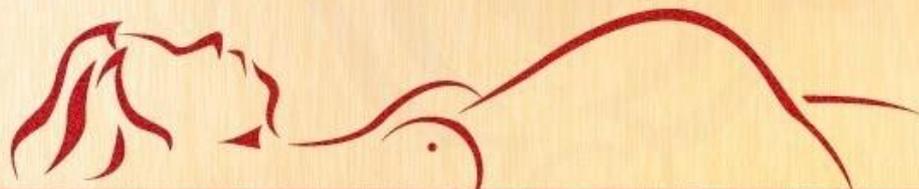
Uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto

O conceito internacional de violência obstétrica define qualquer ato ou intervenção direcionado à mulher grávida, parturiente ou puérpera (que deu à luz recentemente), ou ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher e/ou em desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências. A pesquisa ["Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado"](#), divulgada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, mostrou que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto. As mais comuns, segundo o estudo, são gritos, procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analgesia e até negligência.

Violências sofridas durante o atendimento ao parto

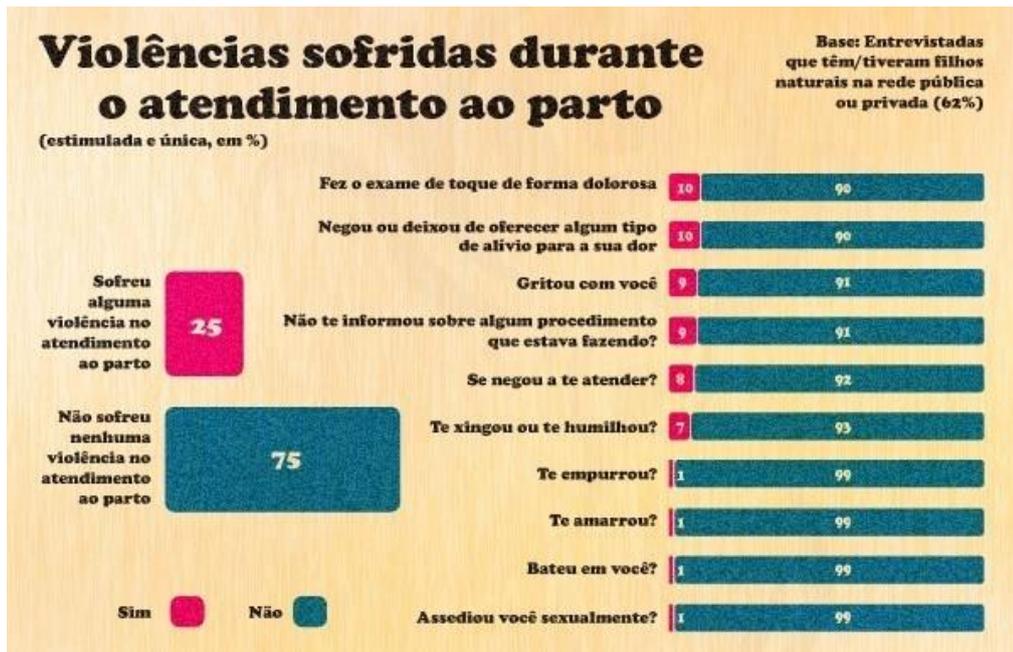
Base: Entrevistadas que têm/tiveram filhos naturais na rede pública ou privada (62%)

por local do parto e quantidade de filhos (estimulada e única, em %)



	LOCAL DO PARTO			QUANTIDADE DE FILHOS					
	TOTAL	Rede pública	Rede privada	Em ambas	1	2	3	4 ou 5	6 ou mais
	100%	74%	17%	8%	25%	28%	21%	17%	9%
Sofreu alguma violência no atendimento ao parto	25	27	17	31	27	22	25	29	26
Não sofreu violência no atendimento ao parto	75	73	83	69	73	78	75	71	74

Mas há outros tipos, diretos ou sutis, como explica a obstetrix e ativista pelo parto humanizado Ana Cristina Duarte: “impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência, tratar uma mulher em trabalho de parto de forma agressiva, não empática, grosseira, zombeteira, ou de qualquer forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido, tratar a mulher de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, submeter a mulher a procedimentos dolorosos desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, submeter a mulher a mais de um exame de toque, especialmente por mais de um profissional, dar hormônios para tornar o parto mais rápido, fazer episiotomia sem consentimento”.



“A lista é imensa e muitas nem sabem que podem chamar isso de violência. Se você perguntar se as mulheres já passaram por ao menos uma destas situações, provavelmente chegará a 100% dos partos no Brasil” diz Ana Cristina, que faz parte de um grupo cada vez maior de mulheres que, principalmente através de blogs e redes sociais, têm lutado para denunciar a violência obstétrica tão rotineira e banalizada nos aparelhos de saúde.

“Algumas mulheres até entendem como violência, mas a palavra é mais associada a violência urbana, física, sexual” diz a psicóloga Janaína Marques de Aguiar, autora da tese [“Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero”](#) que entrevistou puérperas (com até três meses de parto) e profissionais de maternidades públicas de São Paulo. “Quando a gente fala em violência na saúde, isso fica difícil de ser visualizado. Porque há um senso comum de que as mulheres podem ser maltratadas, principalmente em maternidades públicas” acredita. E dá alguns exemplos: “Duas profissionais relataram, uma médica e uma enfermeira, que um colega na hora de fazer um exame de toque em

uma paciente, fazia brincadeiras como ‘duvido que você reclame do seu marido’ e ‘Não está gostoso?’”



Em março de 2012, um grupo de blogueiras colocou no ar um [teste de violência obstétrica](#), que foi respondido de forma voluntária por duas mil mulheres e confirmou os resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo. “Apesar de não terem valor científico, os resultados mostraram que 51% das mulheres estava insatisfeita com seu parto e apenas 45% delas disse ter sido esclarecida sobre os todos os procedimentos obstétricos praticados em seus corpos” lembra a jornalista mestre em ciências Ana Carolina Franzon, uma das coordenadoras da pesquisa. “Nós quisemos mostrar para outras mulheres que aquilo que elas tinham como desconforto do parto era, na verdade, a violação de seus direitos. Hoje nós somos protagonistas das nossas vidas e quando chega no momento do parto, perdemos a condição de sujeito” opina Ana Carolina.

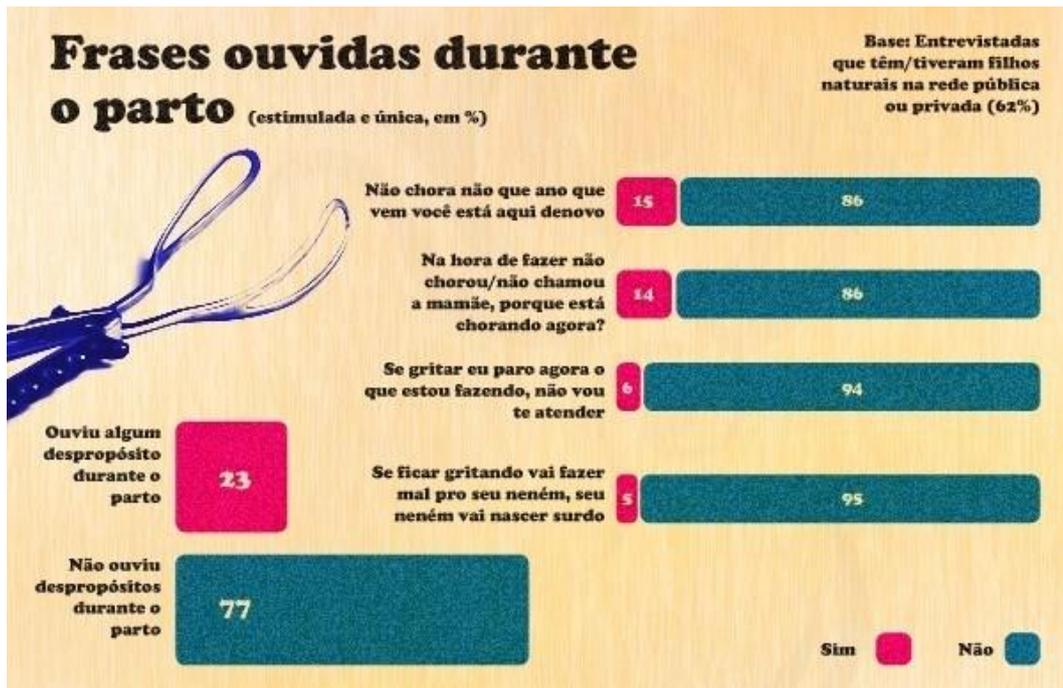
Desse teste nasceu o documentário “Violência Obstétrica - A voz das brasileiras” (que você pode assistir no fim da matéria) com depoimentos gravados pelas próprias mulheres sobre os mais variados

tipos de humilhação e procedimentos invasivos vividos por elas no momento do parto. Uma das participantes diz que os profissionais fizeram comentários “sobre o cheiro de churrasco da barriga durante a cesárea”.

Mas talvez o relato mais triste seja o da mineira Ana Paula, que após planejar um parto natural, foi ao hospital com uma complicação e, sem qualquer explicação por parte dos profissionais, foi anestesiada, amarrada na cama, mesmo sob protestos, submetida a episiotomia, separada da filha, largada por várias horas em uma sala sem o marido e sem informações. Seu bebê não resistiu e faleceu por causas obscuras. Ana Paula denunciou o falecimento de sua filha ao Ministério da Saúde pedindo uma investigação e em paralelo denunciou a equipe, convênio médico e o hospital que a atenderam ao CRM de Belo Horizonte. Diante do silêncio do Conselho, que abriu uma sindicância em novembro de 2012 e não forneceu mais informações, a advogada de Ana Paula, Gabriella Sallit, entrou com uma ação na justiça.

“O processo da Ana Paula foi o primeiro que trata a violência obstétrica nestes termos. Não é um processo contra erro médico, ou pelo fim de uma conduta médica. É sobre o procedimento, a violência no tratar. É um marco porque é o primeiro no Brasil” explica a advogada. “É uma ação de indenização por dano moral que lida com atos notoriamente reconhecidos como violência obstétrica. Tudo isso tem respaldo na nossa legislação”, diz.

Para prevenir a violência no parto, infelizmente comum, a advogada aconselha que as mulheres escrevam uma carta de intenções com os procedimentos que aceitam e não aceitam durante a internação. “Faça a equipe assinar assim que chegar ao hospital. E antes de sair do hospital, requisite seu prontuário e o do bebê. É um direito que muitas mulheres desconhecem. Isso é mais importante do que a mala da maternidade, fraldas e roupas. Estamos falando de algo que pode te marcar para o resto da vida”.



Direitos legais desrespeitados nas maternidades

Além do nosso código penal e dos vários tratados internacionais que regulam de forma geral os direitos humanos e direitos das mulheres em especial, a [portaria 569 de 2000](#) do Ministério da Saúde, que institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento do SUS, diz: “toda gestante tem direito a acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério” e “toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura” e a [LEI Nº 11.108, DE 7 DE ABRIL DE 2005](#) garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nos hospitais do SUS. Mas dificilmente essas normas são seguidas, como explica a pesquisadora Simone Diniz ([leia entrevista na íntegra](#)), formada em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo, que participou da pesquisa “Nascer no Brasil:

Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento”, grande e minucioso panorama realizado pela Fiocruz em parceria com o Ministério da Saúde - ainda sem data para lançamento.

“O parto é muito medicalizado e muito marcado pela hierarquia social da mulher no Brasil. Para algumas questões de saúde, como para quem tem HIV, precisa de um antiretroviral ou de uma cirurgia, você tem o mesmo procedimento público e privado, existe um padrão do que é considerado como aceitável. Para o parto não. A assistência ao parto para as mulheres de menor renda e escolaridade e para aquelas que o IBGE chama de pardas e negras, é muito diferente das mulheres escolarizadas, que estão no setor privado, pagantes. Normalmente as mulheres de renda mais baixa têm uma assistência que não dá nenhum direito a escolha sobre procedimentos. Os serviços atendem essas mulheres para um parto vaginal com várias intervenções que não correspondem ao padrão ouro da assistência, como ficar sem acompanhante e serem submetidas a procedimentos invasivos que não deveriam ser usados a não ser com extrema cautela, como o descolamento das membranas, que é muito agressivo, doloroso, aumenta o risco de lesão de colo e infecções, a ruptura da bolsa, como aceleração do parto. É uma ideia de produtividade que parte do pressuposto que o parto é um evento desagradável, degradante, humilhante, repulsivo, sujo e que portanto aquilo deve ser encurtado. No setor público é pior, mas é preciso levar em conta que no setor privado, 70% das mulheres nem entra em trabalho de parto, vão direto para cesarianas eletivas”.

Cesariana desnecessária: mais uma violência contra a mulher

A imposição de uma cesariana desnecessária também tem sido vista pelos pesquisadores e pelas próprias mulheres como uma forma de violência porque além de um procedimento invasivo, oferece mais riscos a curto e longo prazo para a mãe e o bebê. “Hoje nós sabemos que existe muito mais segurança nos partos fisiológicos do que nas cesáreas. Não tenha dúvidas de que elas são um recurso importante que salva vidas quando realmente necessárias. Mas no parto fisiológico o bebê tem menor chance de ir para uma UTI neonatal, de ter problemas respiratórios, metabólicos, infecções, tem o melhor

prognóstico de todos” explica Simone Diniz. “O bebê nasce estéril e a medida que ele entra em contato com as bactérias da vagina durante o parto, é colonizado por elas e isso fará com que ele desenvolva um sistema imune muito mais saudável do que se nascer de cesárea e for contaminado por bactérias hospitalares. Esse é conhecimento recente, mas já saíram pesquisas sobre risco diferenciado de asma, diabetes, obesidade e uma série de doenças crônicas”.



Apesar do índice máximo de cesarianas aconselhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ser o de 15%, o Brasil lidera o ranking na América Latina, segundo a Unicef, com mais de 50% de nascimentos através da cirurgia. O índice sobe consideravelmente quando se olha apenas para os hospitais particulares.

Em 2010, 81,83% das crianças que nasceram via convênios médicos, vieram ao mundo por cesarianas.

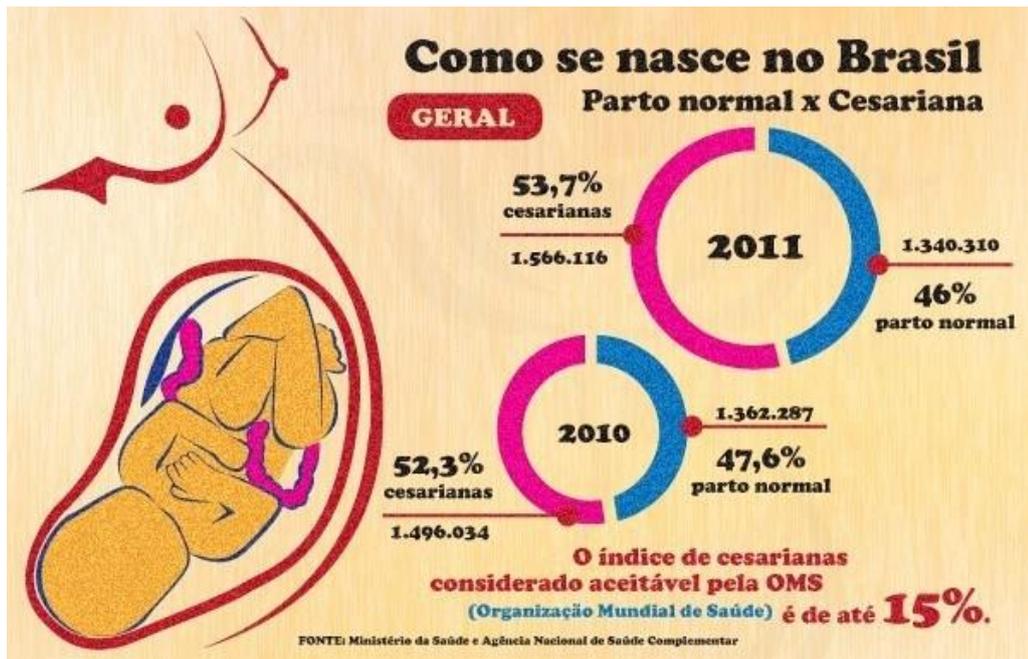
Em 2011, o número aumentou para 83,8%, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Há ainda hospitais particulares como o Santa Joana, em São Paulo, que no primeiro trimestre de 2009

apresentou taxa de 93,18% cesarianas, segundo o Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC).

Questionada a respeito, a ANS declarou por meio de assessoria de imprensa que “vem trabalhando, desde 2005, para a diminuição do número de partos cesáreos, mas o problema é bastante complexo e multifatorial, envolvendo a organização do trabalho do médico, dos hospitais e a própria cultura e informação da população brasileira”. Disse ainda que “não existe limite para a realização de partos cesáreos” e que isso depende da indicação médica.



No filme “O Renascimento do Parto”, ainda sem data de estreia no Brasil, mas que já possui uma versão resumida no Youtube, o pediatra Ricardo Chaves questiona: “Eu quero saber o seguinte: nós combinamos com o bebê que ele vai nascer sexta-feira, quatro da tarde? Ele respondeu que tem condição de nascer?”



Nos consultórios, a prática é assustar a mulher

Os profissionais têm opiniões diferentes a respeito do grande volume de cesarianas. Para a médica obstetra representante do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) Silvana Morandini, “a medicina defensiva está indicando mais a cesárea. Se o bebê tem circular de cordão no pescoço, se é um feto muito grande, se tem placenta marginal, qualquer diagnóstico que possa dar problema, aumenta a prescrição”. Ela chama isso de “conduta defensiva”, por “medo de dar errado”. Silvana também acredita que “o grande número de cesáreas é cultural. A mulher brasileira tem a ideia de que com o parto vaginal vai ficar com o períneo mais flácido”.

Já o obstetra especialista em parto humanizado Jorge Kuhn acredita que “a grande culpada pelo boom de cesarianas foi a mudança do modelo obstétrico. Antigamente o modelo era centrado na obstetrix. O médico era chamado nos casos de complicação. A transformação do parto domiciliar em hospitalar, na década de 1970, aumentou a incidência de cesarianas. É lógico que esse índice também cresceu por outras razões, como gravidez múltipla, idade avançada e riscos reais

”. Ele explica que outro fator importante foi a entrada dos convênios médicos nos planos de parto. “Eles perceberam que para vender planos de saúde, um bom argumento era o de que a mulher faria o pré-natal com o mesmo médico que faria o parto e isso é a maior cilada. Porque o médico prefere ficar no consultório a sair para ganhar tão pouco. Dizem que a mulher escolhe a cesariana, mas o parto normal é desconstruído no consultório consulta a consulta. Frases como ‘nossa, mas esse bebê está crescendo muito’ dão a conotação subliminar de que a mulher não poderá ter parto normal. Circular de cordão, bacia estreita, feto grande, feto pequeno, pouco líquido, muito líquido, pressão arterial alta, diabetes, nada disso é indicação de cesariana. Foi se criando o conceito de que o corpo da mulher é defeituoso e requer assistência. Que ela precisa ser cortada em cima ou embaixo para poder parir”.

Um médico obstetra com 15 anos de formação, que atende a convênios e preferiu ter sua identidade preservada, confirma a fala de Jorge Kuhn.

Ele explica que com o valor irrisório pago pelos convênios (cerca de 300 reais por parto normal ou cesárea) não compensa para o profissional largar o consultório cheio ou sair de casa de madrugada para passar 10, 12 horas acompanhando um parto normal. “Eu digo para as minhas pacientes logo nas primeiras consultas que se elas optarem por marcar uma cesariana eu farei, mas se optarem por um parto normal vão ter com plantonista”. Para ele, apesar das pesquisas e das indicações internacionais como a da OMS, a cesariana é a melhor opção para a mãe e o bebê. “No hospital particular eu acho que acontece o real parto humanizado. Porque tem uma assistência muito maior. Com 5 para 6 cm de dilatação a gente instala a anestesia, aí a paciente já não sente dor, faz a tricotomia (raspagem dos pêlos) porque é mais higiênico, rompe a bolsa, acelera o trabalho de parto. Minha filha nasceu por cesárea, minhas sobrinhas também. Se eu achasse tão bom o parto normal teria feito. Claro que se o médico

marcar a cirurgia para muito antes, o bebê pode nascer prematuro, com problemas respiratórios, pode complicar sua saúde a longo prazo. Mas no parto normal existe mais risco de asfixia e paralisia cerebral. Se você for perguntar, 90% dos filhos de médicos nascem por cesárea”.

Jorge Kuhn, que foi recentemente denunciado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e responde a processo no CREMESP por ter declarado em um programa de televisão ser favorável ao parto domiciliar para gestantes de baixo risco, lembra que para o hospital também é muito mais lucrativo e conveniente que se façam cesarianas. “Eles sabem quais são os recursos humanos e materiais que têm em vésperas de feriados, principalmente os mais prolongados, e têm os agendamentos da sala certinhos. Fazer uma cesariana em trabalho de parto resulta em maior custo para o hospital. Quando a mulher ficou tantas horas em trabalho de parto e passa para uma cesárea, isso é um problema. Uma vez eu perguntei para um gestor quanto eu custava, fazendo mais partos normais. Ele disse que o problema é quando meus partos normais viravam cesáreas, porque já tinha gasto tempo e material naquele parto e gastava com a cirurgia. Mas tanto faz em termos de custo. O agendamento que facilita. Nenhum hospital no Brasil tem condições de atender partos normais como a OMS aceita, com no máximo 15% de cesarianas. Não têm estrutura física para isso, é uma fórmula difícil de fechar. Mas basicamente é uma tríade: comodidade dos médicos e hospitais, indiferença das mulheres e mercado. Sempre é uma questão de dinheiro”.

Ana Cristina acrescenta que quanto mais complicado for o parto, mais lucro o hospital terá. “Anestesia, cirurgia, drogas, antibióticos, compressas, equipamento, equipe de enfermagem. Se rolar uma UTI neonatal por dois dias, já vai mais uma boa grana, quase a de um parto. E esses equipamentos todos da UTI estão pagos, precisam ser usados para gerar lucro. A UTI custa muito caro. Então qual é o

problema? É que nós estamos colocando bebês para nascer em uma estrutura muito cara, que precisa se pagar”.

Para incrementar, alguns hospitais particulares oferecem alguns “extras” a seus pacientes, conta Simone Diniz. “Existe uma coisa chamada ‘janela de plasma’, que fica no centro cirúrgico e dá para um pequeno auditório anexo. É uma janela opaca que fica transparente quando o bebê nasce e o médico pode apresentá-lo à plateia. Algumas famílias fazem festas, com serviço de catering etc. Isso não pode acontecer em um parto normal, certo? Precisa ser agendado com antecedência. Aí você vê como hoje o parto fisiológico é subversivo, porque subverte toda essa lógica hospitalocêntrica”.

Alternativa subversiva

O modelo alternativo, hoje conhecido como parto humanizado, se baseia em exemplos usados há muitos anos em países como Holanda e Alemanha, e é centrado na autonomia da mulher, pensando o parto como algo fisiológico, natural, com pouca ou nenhuma intervenção médica. O direito da mulher sobre o seu próprio parto também é uma das principais bandeiras de um movimento feminino que cresce a cada dia no Brasil, principalmente através de blogs e articulações por redes sociais.

No filme inglês [Freedom For Birth](#), que conta a história da parteira húngara Ágnes Geréb, processada criminalmente e condenada a dois anos de prisão porque, até 2011, não havia regulamentação para os profissionais que assistiam partos domiciliares, a antropóloga americana Robbie Davis-Floyd critica o modelo atual, em que o corpo da mulher é tratado como uma máquina, e o parto como um processo mecânico disfuncional, que precisa das intervenções médicas para trazer o bebê ao mundo porque não confia na fisiologia natural do parto. Em seu estudo “Birth as an American rite of passage (1984)” ela lembra que o parto, até pouco tempo, era vivido como algo exclusivamente feminino e privado, com as mulheres dando a luz em

suas casas amparadas por outras mulheres: parteiras, mães, amigas mais experientes. A ideia de “mulher empoderada”, que escolhe onde, como e com quem quer parir, ou no mínimo opina a quais procedimentos quer ou não se submeter é o centro deste pensamento.

O parto humanizado pode acontecer em casas de parto, em casa (somente para gestantes de baixo risco, que são a maioria) e até em salas especiais que muitos hospitais estão criando com esta finalidade. A equipe geralmente é reduzida, com uma enfermeira obstetra (ou médico que siga esta filosofia), um neonatologista e uma doula - profissional treinada a dar suporte físico e emocional à mulher desde o pré-natal. Na hora do parto, a doula orienta sobre exercícios e posições, respiração e fornece um arsenal de recursos não farmacológicos para alívio da dor, como massagens, bolas, óleos, exercícios e banhos. A mulher pode comer, tomar água, andar e ficar na posição que se sentir mais a vontade para parir. Cada vez mais mulheres têm optado por este modelo, mas nem todas têm acesso. Um parto domiciliar custa de 5 a 10 mil reais (somando os honorários de todos os profissionais). No hospital, além da equipe, é preciso pagar a internação em pacotes de parto, que podem custar em média mais 8 mil reais.

Apesar de em 2011 o governo federal ter lançado a Rede Cegonha, que tem como objetivo humanizar o parto e criar casas de parto normal integradas ao SUS, ainda há poucas opções e somente em grandes centros urbanos - até 2014, segundo o Ministério da Saúde, serão 200 em todo o país. Com pouca ou nenhuma divulgação, sobram leitos em muitas delas. A Casa de Parto de Sapopemba em São Paulo, por exemplo, referência no atendimento a gestantes de baixo risco, não só não é divulgada, como não se consegue entrevistar os profissionais que atendem na Casa. Alertada por colegas jornalistas, eu tentei entrar em contato através da assessoria de imprensa da prefeitura mas não obtive resposta, apesar da insistência. Durante a reportagem, conheci uma enfermeira obstétrica que foi demitida por ter concedido

entrevista a um jornal sem autorização. Uma reserva que faz lembrar o que acontece com os programas de redução de danos - cala-se a respeito para evitar polêmica, ou a adesão excessiva em relação às dimensões previstas por essas políticas públicas.

Simone Diniz conta que a própria mulher que resolve esperar o trabalho de parto é hostilizada. “As pesquisas indicam que entrar em trabalho de parto aumenta muito o risco de você sofrer violência. É muito interessante o grau de hostilização da mulher em trabalho de parto. No setor privado, acham o fim da picada que aquela mulher queira dar trabalho para eles. Uma mulher contou que como insistiu muito com o médico que queria parto normal, ele indicou um psicólogo dizendo que ela tinha traços masoquistas!” O Conselho Federal de Medicina é totalmente contra o parto domiciliar. Assim como os conselhos regionais que quiseram caçar o registro de Jorge Kuhn. O Conselho de Enfermagem (COFEN) também tentou por muito tempo fechar o novo curso de obstetrícia da USP Leste, mas desde dezembro de 2012, o curso ganhou, através de liminar do Ministério Público, não só o direito ao funcionamento como ao registro específico no COFEN.

Por mim você pode cortar a mulher em quatro...

Essa “caça às bruxas do parto humanizado” não é exclusividade brasileira - vide Àgner Gereb. Jorge Kuhn conta que quando chegou ao Brasil após uma temporada aprendendo sobre parto humanizado na Alemanha, foi procurar os gestores de grandes hospitais para implantar essas técnicas de redução de cesarianas, mas que foi recebido com declarações como “por mim você pode cortar a mulher em quatro desde que me entregue um bebê bom”. Ainda assim, o obstetra é otimista: “O filósofo Schopenhauer dizia que toda verdade passa por três estágios: No primeiro, ela é ridicularizada. No segundo, é rejeitada com violência. No terceiro, é aceita como evidente por si própria. Estamos no segundo estágio”.

Outra alternativa bonita para quem procura por um parto “empoderado” (no sentido de dar poder à mulher sobre o parto) é a [Casa Ângela](#), em São Paulo. Criada pela Associação Comunitária Monte Azul, a Casa de Parto, instalada na periferia da zona sul da cidade, se mantém com financiamentos de parceiros nacionais e internacionais e, desde o começo de 2012, faz uma média de 10 partos por mês, e acompanha mais de 250 mães e bebês. O nome homenageia a parteira alemã Ângela Gehrke, que nas décadas de 1980 e 1990, atendeu a mais de 1500 mulheres da favela Monte Azul e foi referência de parto humanizado no Brasil. Ângela morreu de um câncer em 2001 mas o trabalho com a comunidade foi retomado alguns anos depois.

A casa é linda, iluminada, arejada e no dia que visitei, um cheiro de bolo assando perfumava o ambiente. Nada ali lembrava o ambiente hospitalar. Anke Riedel, obstetra coordenadora do projeto, me conta que por causa da grande procura de mulheres de outras regiões e até outras cidades, a casa criou um plano de sobrevivência, no qual cobra um pequeno valor para quem não é da comunidade. O pacote padrão, que inclui o pré-natal, a triagem para fatores de risco no parto (as regras são rígidas e somente as gestantes que não apresentam riscos podem ser atendidas na casa), o parto e o acompanhamento do puerpério e do bebê por um pediatra, custa 3.500 reais, que pode ser negociado conforme as condições financeiras do casal. “Como não recebemos qualquer ajuda do governo, essa foi a forma que encontramos de manter a casa e poder atender às gestantes, além do apoio dos parceiros”. Na equipe, obstetras atendem às gestantes e, em casos de urgência, a casa possui equipamento e ambulância próprios para remoções para hospitais próximos. Segundo Anke, algumas vezes estas remoções acontecem, mas nunca houve uma de urgência.

Em vez de maca e soro, uma leoa com o bebê nos braços

Fui convidada a conhecer Aline, de 26 anos e seu marido Marcos, da mesma idade, moradores da comunidade que tiveram seu bebê na casa na noite anterior. Quando entrei no quarto, a primeira surpresa. Nada de maca ou soro. Apenas um casal deitado em uma cama com o bebê nos braços, com luz baixa e largos sorrisos no rosto. Aline me mostrou a pequena Sofia, que veio ao mundo sem qualquer intervenção médica ou farmacológica. Ela conta que o bebê nasceu na banheira, à luz de velas e música ambiente, com o marido fazendo massagem e ajudando nas posições. Que se apaixonou pela Casa assim que conheceu a proposta e que durante o pré-natal, ela foi bem orientada e tratada pelo nome, ao contrário do atendimento no posto de saúde em que era uma “mãezinha”.

Um nó aperta minha garganta, é impossível não fazer comparações. Marcos diz que estava orgulhoso da mulher, que mais parecia uma leoa poderosa no parto. Compara ao que já tinha visto na televisão ou nas novelas: “Aqueles mulheres gritando, deitadas, aquele desespero. Nada disso aconteceu. Teve hora que a enfermeira abraçava, dava beijo na testa dela, esse afeto fez diferença. No hospital você fica vendo seu parto acontecer.” Flashes do meu parto não param de vir à mente. Sou feliz por Aline e Marcos. E muito revoltada por mim mesma. Vendo e ouvindo essas histórias de amor, assistindo a vídeos de partos humanizados, dignos, nos quais as mulheres foram protagonistas do nascimento dos seus filhos, só posso chegar a uma conclusão: violaram meu momento. Roubaram meu parto de mim.

* Infográficos de Emídio Pedro

Mapa da Violência obstétrica: denúncias pela internet

Depois de um parto traumático e extremamente violento e um segundo humanizado, empoderado e em casa, Isabella Rusconi e Carlos Pedro Sant’Ana criaram o Mapa da Violência Obstétrica. A ferramenta é inédita no Brasil e permite ao internauta denunciar onde e quais tipos

de violência obstétrica sofreu. “Acredito que um dos melhores modos de ter uma leitura real de um problema é mapeando situações, dando uma leitura gráfica do problema para facilitar a sua compreensão” explica Carlos. “Embora seja um problema invisível para muita gente – principalmente para os homens– e silenciado por muitas mulheres –por vergonha ou por desconhecimento de que foi vítima– é necessário mostrar que é uma realidade agressiva no Brasil e mostrar que existem alternativas, que é necessário criar um novo sentido de respeito humano e mudar o modo como lidamos com o parto. Talvez mostrando relatos de vítimas da violência obstétrica, possamos chegar a outras mulheres que passaram por essa violência sem o saber ou sem o reconhecer, e as arrancar de sua Síndrome de Estocolmo”... <https://violenciaobstetrica.crowdmap.com/>

Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais heterossexuais: “Acharam ele muito feio e negro demais”.²¹

RITA LISAUSKAS
24 fevereiro 2015 | 08:00



Hoje por Gilberto Scofield Jr, Jornalista

No fim de outubro, terminado o segundo turno das eleições, um telefonema de um dos grupos de adoção empenhados na busca ativa de pais para crianças em abrigos nos avisou. Havíamos sido habilitados pela Vara de Família do Rio em julho e, três meses depois, uma criança que se encaixava em nosso perfil estava num abrigo numa pequena cidade no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Partimos, com os corações aos pulos, eu e meu companheiro de 12 anos, numa viagem que nos pareceu interminável até Capelinha, cidade no

²¹ SCOFIELD, Gilberto. Casal gay conta história de adoção do filho, rejeitado por três casais: “Acharam ele feio e negro demais”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.20, 24 fev. 2015. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/blogs/ser-mae/casal-gay-counta-historia-de-adocao-do-filho-rejeitado-por-tres-casais-heterossexuais-acharam-ele-muito-feio-e-negro-demais/> Acesso em: 8 ago 2015.

Norte de Minas onde fica o Abrigo Lar Mãe Dolores. Trata-se de uma jornada de avião até Belo Horizonte, outro voo até Montes Claros e quatro horas de carro alugado até Capelinha.

Durante a jornada, dentro do carro - e são 252 quilômetros entre Montes Claros e Capelinha - nossas cabeças doíam na expectativa do que poderia acontecer: será que ele vai com a cara da gente? E se ele não gostar de dois pais? Entre as intermináveis plantações de eucalipto que margeiam a rodovia estadual MG-308, a ansiedade só fazia crescer. Depois da ida à Justiça local, da visita ao advogado que daria entrada no pedido de guarda provisória, chegou a hora de conhecer o moleque.

O Lar Mãe Dolores é um abrigo simpático e simples para uma cidade paupérrima como Capelinha. PH estava lá: um menino de quatro anos que foi se aproximando desconfiado, mas que depois de 15 minutos, já estava brincando alegremente de carrinho com a gente. Nossos corações se encheram de esperanças, era emoção demais, carência demais de um lado e do outro, vontades súbitas de cair em prantos a troco de nada.

Negligenciado pelos pais alcoólatras, PH foi parar no abrigo aos dois anos de idade quando a mãe morreu (aos 28 anos) de complicações do vício. O pai decidiu que não queria mais criar o filho. Seis meses depois, uma mulher solteira em São Paulo o pegou para adoção, mas acabou denunciada pelo próprio irmão e por uma vizinha por maus tratos, obrigando a Justiça intervir, devolvendo-o de novo ao abrigo. Mais uma rejeição.

Antes de nós, três casais heterossexuais já haviam visitado PH no abrigo e também o rejeitaram: dois porque o acharam “muito feio”. O terceiro porque, para eles, PH era “negro demais”. Hoje, nós completamos quatro meses com ele no Rio, em nossas vidas. Ele está num pré-escolar, frequenta aulas de natação e ginástica e não poderia estar mais feliz com as novidades da nova vida. É um exercício especial de paternidade, aquela busca delicada entre dar a ele a sensação de pertencimento e acolhimento que ele precisa numa família que nunca teve e os limites que um menino de (agora) cinco anos precisa num momento em que testa tudo em relação à autoridade dos pais. Precisamos dar amor e ensinar o que é amor. Mas precisamos educar. Não faz parte de nosso planos criar um pequeno tirano. Como diz uma amiga: ser pai é a arte de dizer não. Mas não é assim em todas as famílias?

Toda essa história que aconteceu nos últimos meses e virou a minha vida - e a de meu companheiro - de cabeça para baixo, com um final mais do que feliz e que pode ser conferido por todos os amigos que nos cercam, é apenas para deixar claro o seguinte: nós - eu, meu companheiro, nosso filho PH, nossos dois gatos e nosso cachorrinho - somos uma família como qualquer outra família do país.

Esta colocação tem uma razão: a tentativa do inominável deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara e membro da bancada evangélica que se esmera como pode pela medievalização do país, decidiu ressuscitar o Estatuto da Família, que restringe a casais heterossexuais a adoção de crianças, entre outras medidas, como a proibição irrestrita do aborto. Isso num momento em que há farta literatura científica provando que crianças criadas por casais homossexuais não diferem em nada de crianças criadas por casais heterossexuais.

Portanto, os fundamentos de Cunha - o mesmo que começou sua carreira política de conchavos ao ser nomeado presidente da finada Telerj, ainda no governo de Fernando Collor de Melo (o que dá bem a ideia da trajetória política do deputado) - são meramente religiosos. E aí voltamos às intermináveis tentativas da bancada evangélica de acabar com a laicidade do Estado, transformando-o numa interpretação tosca e manipulada da Bíblia protestante.

Não, deputado Eduardo Cunha. O senhor não tem o direito de determinar o que é família num mundo em transformação e num país onde o percentual de famílias chefiadas por mulheres passou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010, segundo dados mais recentes do Censo Demográfico de 2010. Isso não torna as adoções lideradas por casais homossexuais mais perfeitas ou melhores que as adoções feitas por casais heterossexuais. Simplesmente não há diferença constatada por qualquer estudo científico sério.

O que o Estatuto da Família faz é dar aos casais heterossexuais o monopólio da criação “perfeita” de filhos, quando todos nós conhecemos casais heterossexuais cujos filhos são desajustados ou simplesmente maus. O noticiário está aí cheio de exemplos de rapazes e moças que atropelam e matam pessoas sem prestar socorro. Ou bandos de jovens de classe média

bem criados cuja maior diversão é tacar fogo em mendigos ou bater e espancar prostitutas, gays e nordestinos.

Não, deputado Eduardo Cunha. A paternidade virtuosa não é um monopólio da heterossexualidade. E caso a sua religião não pregue a tolerância, preste atenção num fato muito simples: toda a criança adotada por um casal de gays ou de lésbicas foi abandonada/espancada/negligenciada por um casal heterossexual, esse mesmo que o senhor julga serem os únicos capazes de criar filhos “normais”.



Minha tia Chus²²

Uma criança com síndrome de Down na década de 60

por Nacho Carretero

Não é fácil para Chus subir as escadas do ônibus, de manhã. Seu corpo roliço luta para galgar cada um dos degraus: primeiro uma perna, depois a outra, e começa tudo de novo. Ela vive em seu ritmo, o mundo em outro. Que esperem. Chus é baixinha, rechonchuda, e ao caminhar se balança sobre os pés diminutos, curiosamente dotados de uma força espantosa. Suas mãos, também pequenas, agarram-se às barras laterais para completar a subida. Ela sabe praticamente de cor que movimentos fazer, pois não enxerga quase nada.

Chus nasceu cega de um olho e está perdendo a visão do outro. Ao chegar a seu assento, deixa-se cair com tudo. Uma assistente social ajeita a presilha que prende seu cabelo e lhe dá bom-dia. O ônibus arranca e Chus - cujo nome é María Jesús, mas

²² CARRETERO, Nacho. Minha tia Chus: uma criança com síndrome de Down na década de 60. **Piauí**, São Paulo, Edição 97, p.60-65, out. 2014. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/minha-tia-chus/>. Acesso em: 8 ago 2015.

é chamada de Chus por todo mundo - esfrega devagar as mãos avermelhadas pelo frio. Dá uma olhada ao redor, com um sorriso no rosto - do qual não se separa nunca -, e depois retorna a seu mundo interior, indecifrável, profundo, enquanto o ônibus parte. Lá fora a chuva gelada da manhã molha as janelas.

“Certa manhã o pediatra telefonou e pediu para irmos vê-lo no dia seguinte”, conta meu avô, sério, sentado numa poltrona de sua sala. O ano era 1958. Três meses haviam se passado desde o nascimento de Chus. Quando meus avós chegaram ao consultório, o médico não fez muitos rodeios.

“Creio que esta menina é mongoloide.” “O que é isso?”, perguntaram. “Não sabem o que é mongoloide?” “Não.” “Não acham ela diferente?” “Não.” “Crianças assim não se desenvolvem bem e têm retardo mental.” Houve um silêncio. “Ela é boba?”, perguntou meu avô. “Em termos médicos, é idiota. Tem idiotia.”

Meus avós caíram no choro. E olhe que minha tia Chus de idiota não tem nada. O problema - um deles - é que só no ano seguinte o pediatra e geneticista francês Jérôme Lejeune diagnosticaria a síndrome de Down, após detectar uma alteração no cromossomo 21, que se duplica total ou parcialmente. Naquele momento, nem meus avós, nem o médico, ninguém sobre a face da Terra sabia disso. Por isso referiram-se a ela como idiota. Quando saíram do consultório, Martín Pou e Lucrecia Romay (esses os nomes de meus avós, mas todo mundo chama minha avó de Chicha, a não ser meu avô, que a chama de Chola, sabe-se lá por quê) foram para a casa de meus bisavós.

Chus estava num pequeno berço de vime, alheia, naturalmente, a tudo o que a cercava. “Acabaram de nos dizer que a Chus é boba.” La Coruña, cidade do interior da Galícia, na Espanha, tinha na época 150 mil habitantes. Mais do que uma notícia, o que meus avós relatavam era uma maldição. Meus bisavós perguntaram: “Pode afetar o resto dos irmãos?” Na época Chus tinha quatro irmãos mais velhos (um deles, minha mãe). Foi uma dúvida - talvez razoável - que se instalou na casa. O que não pareceu tão razoável para meus avós foi o conselho que meus bisavós lhes deram depois: que não aparecessem em público com a menina, para o bem de toda a família. “É preciso entender que aquela era uma outra época, a mentalidade era outra”, justifica meu avô.

O ônibus chega a seu destino: o centro ocupacional Lamastelle da Aspronaga. De outros quatro ônibus desembarcam dezenas de meninos e meninas, homens e mulheres com diferentes graus de deficiência. Cumprimentam-se, gritam, riem, um está quase dormindo, outro parece chateado. Encolhem os ombros para se proteger

da chuva. A ala de Chus é a da terceira idade, e ela caminha para lá devagar, bem devagarinho.

Na verdade, Chus faz tudo devagar - vive presa numa câmera lenta e seus movimentos estão impregnados de pachorra. E isso se acentua cada vez mais: ela completou 56 anos, não está para correrias. O aniversário, é claro, será celebrado como todos os seus aniversários: com chocolate e churros. Não tem jeito de ela comemorar de outra maneira. “O que você quer fazer este ano no aniversário, Chus?” “Chocolate com churros.” Não adianta insistir. Bem, chegar aos 56 anos é um feito considerável para uma pessoa com síndrome de Down, de maneira que ela já não trabalha como até pouco tempo atrás, mas como a maioria de seus colegas, mais jovens, ainda trabalha. São trabalhos manuais, simples, mas que eles desempenham com uma eficácia admirável.

Nisso consiste o Lamastelle da associação Aspronaga: dar ocupação a pessoas com deficiência para ajudá-las a se integrar. Em troca elas recebem um salário simbólico, mas obviamente não é esse o objetivo. No caso da unidade de Chus, trata-se de ocupar o tempo dos mais velhos e dotá-los da maior qualidade de vida possível, o que não é pouco. Nem fácil. Protegida pelo casaco, sem deixar de sorrir apesar da chuva, ela entra no ateliê e dá bom-dia aos colegas.

Na porta, outra assistente social a cumprimenta: “Como foi o fim de semana, Chus?” Ela responde automaticamente enquanto tira o cachecol: “Muito bom.” Para Chus, tudo está sempre muito bem. Se reclama, se algum dia alguém a ouve reclamar, é porque alguma coisa realmente séria está acontecendo.

Chus pendura o casaco, tem apenas 1 metro e meio, e se estica na ponta dos pés para alcançar o cabide. Tem todas as características que distinguem uma pessoa com síndrome de Down:

extremidades pequenas, traços mongólicos, problemas psicológicos, tendência à obesidade e baixa expectativa de vida. A mente de Chus, devido à idade, também está prejudicada: gira sobre si mesma, encerrando-a cada vez mais em seu mundo interior. Em relação ao que importa, ela tem todas as características que distinguem uma pessoa maravilhosa.

Finalmente conseguiu pendurar o casaco. Dirige-se a seu lugar, e no meio do caminho deixa-se cair outra vez sobre uma cadeira. Era só o que lhe faltava, ter que manter as aparências quando conseguiu, finalmente, encontrar um assento.

“O que os jovens de agora têm dificuldade de entender”, explica meu avô, “é que naquela época éramos completamente ignorantes, não havia nenhuma informação. Era como estar num túnel escuro, no qual entrávamos sem saber como seguir em frente, nem para onde ir, nem nada...” Um túnel escuro. Meus avós, num silêncio desolador, contemplavam Chus em sua cesta de vime.

Na Europa daqueles tempos, nenhum país tinha uma legislação específica para pessoas com deficiência intelectual, nenhum governo dedicava particular atenção a elas. Eram simplesmente crianças ou adultos doentes, para os quais não havia cura. Uns inúteis que despencavam sobre as famílias, como um feitiço. Não só porque eram um peso, mas também porque implicavam um estigma. Meus avós estavam perdidos. “Lembro que eu não conseguia parar de chorar”, acrescenta com um fio de voz minha avó, miúda, frágil, sentada em sua enorme poltrona que parece devorá-la. “Acho que entrei em depressão.”

Seria somente um ano depois - coincidindo com o diagnóstico da síndrome de Down - que os países nórdicos, encabeçados pela Dinamarca, começariam a regulamentar o tratamento para essas pessoas. Dez anos depois, em 1968, em Jerusalém, seria constituída a Liga Internacional de Associações de Ajuda ao Deficiente Mental, importante contribuição para impulsionar definitivamente os direitos das pessoas com deficiência intelectual. Antes disso, tudo era feito às cegas. Meus avós, em busca de informações, deram início a uma via-crúcis de consultas a médicos, amigos e conhecidos.

Alguém lhes disse para manter Chus encerrada. E, quando digo alguém, não me refiro a um sujeito qualquer, um passante que se virou e deu uma sugestão. Não. Foi um amigo, um familiar, um médico... Aconselharam que ela vivesse num quarto, sem contato com ninguém. Assim evitariam problemas.

Naquela ocasião, havia na cidade centenas de crianças consideradas idiotas - trancadas em seus quartos, isoladas nas profundezas das casas. As famílias não queriam ver sua honra maculada, ou simplesmente não queriam expor o resto dos irmãos ao contágio de idiotia. Naquele tempo, essa era a realidade de muitas crianças. Meus avós se recusaram a acatar o conselho.

Outro alguém lhes disse para não ter mais filhos, já que poderiam nascer como Chus. Meus avós ainda teriam mais quatro, perfazendo um total de nove rebentos. Nenhum deles com síndrome de Down ou com qualquer outro tipo de deficiência.

Um terceiro alguém, membro da instituição católica do Opus Dei, deu a eles conselhos tão abjetos que meus avós se levantaram e foram embora com uma raiva histórica. “Depois eu não conseguia parar de chorar, ouvimos coisas terríveis”, diz outra vez minha avó, com a voz trêmula. “Mas você estava chorando o tempo todo, vó?” Meu avô irrompe: “O tempo todo. Passou toda aquela época chorando.” E, da poltrona, minha avó olha para ele, minúscula.

Um quarto alguém, um médico, recomendou que internassem Chus num centro especializado. Lá ela receberia todos os cuidados de que necessitavam pessoas como ela. Meu avô foi visitar um desses centros, estudando a possibilidade. Descartou-a assim que pôs o pé no primeiro deles. “Parecia um hospício, as camas tinham correias, havia barras, as paredes eram acolchoadas... um horror.” Meu avô, talvez imaginando Chus num lugar daqueles, rememora isso escandalizado.

Um quinto e último conselho veio de outro médico, na época famoso por oferecer um tratamento experimental de vacinas recém-chegadas da Alemanha. “Preciso ressaltar que foi meu pai que me deu dinheiro para pagá-lo”, acrescenta meu avô, para fazer justiça aos pais que sugeriram o enclausuramento da menina. Aquelas vacinas não eram especiais somente por serem caras. O tratamento prometia curar Chus.

Tratava-se de umas injeções, nada mais nada menos, de células vivas de cabra. A primeira dose chegou ao pequeno aeroporto de La Coruña proveniente de Berlim. Meu avô foi à clínica com Chus, de poucos meses, para que uma enfermeira lhe aplicasse a primeira dose. “Ela pegou uma seringa enorme, lembro que era uma agulha bem comprida”, relata meu avô. “E a injetou diretamente na cabeça da menina.” Minha avó chora ao ouvir isso. “Eu não vi, não quis ir”, sussurra. Meu avô abandonou o tratamento depois da segunda injeção. Chus não recebeu mais aquelas vacinas.

Os integrantes da ala da terceira idade estão sentados em círculo, fazendo exercícios de memória. Chus espera a vez acomodada numa cadeira, com as pernas esticadas, as mãos nos bolsos para espantar o frio, imersa em seus pensamentos. No exercício, cada pessoa deve citar um objeto, de maneira que quando for sua vez, além de anunciar o nome que lhe ocorrer, ela precisa repetir todos os que foram

ditos antes. Hoje o assunto é roupa. Quando chega a vez de Chus, já mencionaram quatro peças, não está nada fácil. Num sublime gesto de concentração, Chus apoia a pequena mão na testa e começa a pensar com tanta intensidade que se pode apalpar seu esforço: “Pulôver, calça, roupão e camisa...” Ela consegue. E sorri. Chus sempre sorri.

Há aproximadamente dez anos a demência senil devora, insaciável, sua memória. De uns tempos para cá, Chus perdeu a capacidade de recordar, a tal ponto que não se lembra nem mesmo do que fez no dia anterior. Com frequência esquece o que acabou de acontecer, e por isso costuma entrar em ciclos reiterativos, perguntando ou dizendo a mesma coisa inúmeras vezes.

Certo dia, almoçando em minha casa, Chus repetia incansavelmente a mesma ideia (não lembro exatamente o que ela dizia), até que minha mãe tentou interromper o fluxo: “Chus, a gente diz as coisas só uma vez. Não repita mais, está bem?” Ao que Chus respondeu: “Tudo bem, não vou repetir mais.” E meio minuto depois disse: “Não vou repetir mais.” E outro meio minuto depois: “Não vou repetir mais”, e assim entrou de novo num ciclo daqueles, repetindo que não ia repetir, numa ladainha digna do melhor paradoxo.

Às vezes Chus revive fatos passados - volta atrás anos e anos - e os comenta (novamente no mesmo ciclo reiterativo) como se tivessem acabado de ocorrer. Um dia, em sua ala, aconteceu de ela não parar de dizer que seu salário tinha sido aumentado (o que não era verdade, muito pelo contrário, pois com a crise o salário da maioria tinha minguado). Ao lado dela, um colega, também com demência senil, estourava de raiva toda vez que ela vinha com a boa-nova. “Mas como é que aumentaram?”, ele gritava. Ela se corrigia, mas acabava dizendo a mesma coisa de novo e seu colega - que também tinha esquecido - estourava de novo. E assim eles passaram a manhã inteira, num redemoinho tragicômico.

Essa incapacidade de reter a realidade imediata não permite que Chus leve uma vida normal. Ela não consegue manter conversas como antes e é preciso guiá-la em meio às palavras, estender-lhe a mão, oferecer a ela questões simples e evitar rodeios nas frases. Por isso a maioria das respostas que ela dá é automatizada, e por isso - quando alguém lhe faz frente, quando alguém a obriga a lembrar - seus esforços são louváveis.

O curioso é que nas poucas vezes em que está zangada (zangada é, sem dúvida, uma palavra muito forte para descrever suas irritações) é que ela fica mais lúcida, é quando responde mais e melhor. De vez em quando eu a provoco - por exemplo, quando ameaço tomar o seu suco, isso a tira do sério - porque quero trazê-la a este mundo, por alguns segundos, para poder desfrutar da sua presença - mas sem dar bandeira para minha avó, claro. Sei que acertei na mosca se ela me chama de “tremendo”. Se Chus diz que alguém é “tremendo”, é porque está realmente zangada.

Depois da via-crúcis por especialistas sem noção e seus conselhos absurdos, meus avós continuavam tão ou mais perdidos do que antes das consultas. Mas como as coisas sempre podem piorar, surgiu um novo problema: em seu olho saudável, o único que lhe oferecia visão, foi detectado um glaucoma. O jeito era operar. E aqui cabe falar, e muito bem, dos médicos.

O cirurgião que operou Chus não cobrou sequer uma peseta, daquelas da época. Queria ajudar a pequena e meus avós, e também realizar uma operação bastante ambiciosa. Chegou a lhes pedir autorização para filmar a intervenção, extremamente delicada: um erro de milímetros e ela ficaria cega para sempre. Deu tudo certo. A bem-sucedida cirurgia ocorreu em Santiago de Compostela, e a família do médico hospedou Chus e minha avó durante o pós-operatório.

“Lembro da Chus com ataduras nos olhos, com os bracinhos amarrados à cama, para evitar que ela se coçasse. Que imagem mais horrorosa”, rememora minha avó. Mas correu tudo bem. Chus, ainda que de óculos e com um único olho, pôde contemplar o mundo durante toda a sua vida. E se empenhou nisso. Quando era jovem e queria ler, levava cuidadosamente a cabeça para perto do livro, apontava com o dedo a linha a ser lida e partia, avançando aos trancos sobre as letras. No fim, levantava a cabeça procurando a aprovação de quem estivesse perto. Escrevia da mesma forma. Sim, Chus lia, escrevia, pintava e ouvia música.

Pois, apesar de continuarem atolados no buraco negro, meus avós não se renderam. Remaram contra a maré, aproveitando cada gota de informação que lhes chegava. “Eu me lembro de ficar lendo por horas e dias a fio, procurando todo tipo de informação”, diz meu avô. No decorrer dos meses, as coisas foram tomando forma e, pouco a pouco, eles começaram a entender o que enfrentavam, o que estava acontecendo.

Quando Chus fez 4 anos, eles compreenderam - e admitiram - que a questão não era curar Chus, pelo simples fato de que Chus não estava doente. Foi um passo decisivo. Mudaram de rumo e foram em busca da luz no fim do túnel. Se Chus tinha de conviver com seu cromossomo parcialmente duplicado, então era essencial que convivesse com plenitude e felicidade.

A luta começou. Em 9 de março de 1962, meu avô resolveu publicar um anúncio em El Ideal Gallego, na época o jornal local mais importante. Ele tinha certeza de que em sua cidade havia muitos outros pais, muitas outras famílias com crianças como Chus, mas escondidas, isoladas, atemorizadas. Queria conhecê-los, queria se associar a eles e discutir sobre como avançar. O anúncio dizia o seguinte: “Aviso importante: Todos os pais e familiares de um menino ou menina anormal (mongoloide) estão convidados para uma reunião, a fim de tratar de assuntos de grande importância para esse grupo. Essa reunião acontecerá, se Deus quiser, no próximo dia 12, terça-feira, às 19 horas, na sede social da Cáritas Territorial, situada à rua Teresa Herrera, número 12, nesta capital. La Coruña, 9 de março de 1962. Martín Pou Díaz.”

O anúncio que meu avô lançou no vazio destampou um segredo social gigantesco: no dia marcado, acorreram 100 pessoas ao local. “Fiquei admirado”, diz meu avô. Aquela convocação libertou muitas famílias, que vieram de todos os cantos da cidade, ansiosas por respostas e compreensão. Queriam falar do que acontecia em suas casas, queriam perguntar, livrar-se do jugo do tabu. O pequeno anúncio no pequeno jornal da pequena cidade abriu uma janela nos quartos onde as crianças estavam encerradas. Propiciou uma vida nova para toda uma geração.

A melhor parte do dia de trabalho de Chus é o almoço. Comilona por natureza, não recusa nada, exceto - mistério - pimentões vermelhos. Não gosta deles. “Não gosta de pimentão vermelho, Chus?” “Nem um pouco.” Com todo o resto, não se faz de rogada. Gorducha, sentada em sua cadeira no refeitório, aproxima lentamente o garfo da boca e degusta.

Certo dia, anos atrás, Chus saboreava na cozinha de casa uma xícara de chocolate com biscoitos no café da manhã, quando a poucos metros dela a panela de pressão começou a apitar. Ninguém ligou para isso, muito menos Chus, concentrada exclusivamente nos biscoitos. Ela mastigava um atrás do outro, absorta, enquanto o apito da panela chiava cada vez mais alto. Até que aconteceu, claro. A tampa voou e lançou ao teto parte do cozido que estava sendo preparado. Segundo a lenda

familiar, o conteúdo da panela ricocheteou até na xícara de Chus, que mal reparou no grãozinho de feijão que ficou boiando no chocolate. Ela continuou sua degustação, impassível. Quem se importa com explosões quando se dispõe de uma cumbuca de biscoitos?

No refeitório ecoa o clamor das conversas, das risadas e dos talheres nos pratos. É dia de sopa galega e bife. De sobremesa, tangerina. Chus divide a mesa com vários colegas. Lorena é fã do cantor David Bustamante. É monotemática da primeira colherada ao último gomo de tangerina. “Pois, como eu vi outro dia, numa revista, ele disse para a mulher dele que queria outro filho, porque ele, que é muito na dele, mas que eu sei que quer muitos filhos, tinha dito...”, e assim por diante. Seu grau de deficiência é o mais leve da mesa, e por isso ela impõe sua lei.

Fernando é mais calado, mas basta atiçá-lo com histórias de futebol que ele se anima. Torcedor do Deportivo, parece preocupado com o futuro do clube. “Viu o Barça ontem?”, pergunta. “O Barça?

Mas você não é torcedor do Depor?” “É do Barça!”, grita algum desalmado à distância, provocando. E Fernando fecha a cara durante todo o almoço. Chus se concentra em comer. Igual a Toñito, o garoto a seu lado, também com síndrome de Down.

A propósito, referir-se a eles como pessoas com deficiência intelectual é uma prática relativamente nova. Ao longo da vida de Chus, as pessoas com deficiência receberam uma profusão de denominações, digamos, médicas. Na verdade, desde seu nascimento o nome foi mudando de cinco em cinco anos. Quando ela nasceu, era chamada idiota. Depois, boba. Oligofrênica, mongoloide, retardada, inválida, deficiente, incapaz, incapacitada, dependente psíquica, pessoa com incapacidade psíquica e - a denominação atual na Espanha - pessoa com deficiência intelectual e de desenvolvimento. Mas, a ela, todos chamam Chus.

Depois da reunião convocada pelo anúncio no jornal, começou a ganhar corpo uma ideia que há tempos rondava a cabeça (já sem cabelos) de meu avô. Essa ideia surgiu depois de uma viagem que ele fez a Valência, durante a qual entrevistou o presidente da Asociación de Personas Anormales (ele até gravou a entrevista, equipado com um gravador velho que anos mais tarde acabou danificado num incêndio). Assim, e depois de compartilhar suas experiências com os outros pais na tal reunião, nasceu o projeto: fundar na Galícia uma associação igual à de Valência. Um projeto que, a partir daquele momento, transformou-se no próprio sentido da

existência de meus avós, e mudou a vida de centenas de crianças com deficiência. Mas não ia ser fácil. Longe disso.

Alguns pais abandonaram a corrida assim que foi dada a largada. “Não vou mencionar nomes”, diz minha avó, prudente, “mas sei de famílias que mantiveram os filhos trancados num quarto a vida inteira. Até pouco tempo atrás.” Sem querer justificar, cabe contextualizar. O que aqueles pais estavam prestes a fazer era um desafio para uma sociedade fechada, conservadora e, em grande medida, ignorante. Não sabiam quais seriam as consequências, e, em todo caso, previam sérios preconceitos. Aqueles meninos e meninas eram desprezados por muita gente, e meus avós, e os demais batalhadores que começavam a trilhar aquele caminho, iam sentir isso na própria pele. Apesar de tudo, a ideia de meu avô foi recebida com entusiasmo pela maioria dos pais.

Em sucessivas reuniões, criou-se a associação, redigiram-se alguns estatutos e foram nomeados dirigentes e consultores. Em seguida, decidiu-se o objetivo primordial: a necessidade mais urgente era fundar uma escola para que aquelas crianças tivessem a possibilidade de se integrar socialmente. O primeiro passo para que isso tomasse forma foi recorrer ao prefeito da cidade, que então respondia, como de resto as demais cidades da Espanha, ao regime do general Franco. “Havia muitos prédios desocupados na cidade, e então marcamos uma audiência para ver se ele nos cedia um para começarmos a associação.”

Sentados em seu gabinete, meu avô e outros dois pais lhe explicaram a iniciativa. A resposta do governador foi imediata: “Sabe o que eu acho? Que sua filha e os outros como ela devem ser levados para o Castillo de San Antón.” O Castillo de San Antón era uma antiga prisão de La Coruña. Meu avô congelou na cadeira, depois se levantou e saiu praticamente correndo, enquanto gritava para a secretária do prefeito: “Seu chefe é maluco!” Chorou só quando chegou em casa. A noite toda. “Sinceramente, acho que ele era uma boa pessoa, mas vítima de uma sociedade equivocada”, diz meu avô.

Após vários fracassos similares - outro político disse a meu avô que, a investir mil pesetas num projeto para crianças anormais, ele preferia acender um charuto com uma nota desse valor (e foi o que fez) -, veio o milagre. “É que foi mesmo um milagre”, reitera minha avó. “Eu estava trabalhando”, prossegue meu avô, “quando veio me visitar o Julio Casares Rivera.” Meu avô sempre diz nome e dois sobrenomes

quando fala de pessoas da sua cidade. “Ele perguntou se eu podia ajudá-lo a vender a residência de seu pai, que acabara de falecer. Na época eu trabalhava na Secretaria da Fazenda e conhecia muita gente interessada em investir.” Naquele momento, meu avô viu com clareza: localizada bem perto do Centro da cidade, aquela casa poderia ser a sede perfeita para a escola. Negociaram e acertaram a venda por 2 milhões e meio de pesetas (15 mil euros).

Meu avô apanhou o casaco e foi até o escritório da Caja de Ahorros de La Coruña para pedir o crédito de que necessitavam. “O diretor do banco era o Antonio Lorenzo Pérez, que eu conhecia pessoalmente.” E eis o milagre. O que a priori ia ser um crédito mais que difícil, o que poderia ter sido outra desfeita a Chus e a crianças como ela, no estilo daquela do acendedor de charutos, virou o contrário. Dom Antonio Lorenzo Pérez tinha um filho deficiente e desconhecia o movimento que meus avós e outros pais estavam levando a cabo. O crédito foi concedido com entusiasmo, além do aporte pessoal de 300 mil pesetas e do compromisso de que os juros seriam doados pelo próprio banco. Fim do milagre. Havia um local.

Em 11 de maio de 1963, a escritura da casa foi assinada em cartório e ela começou a ser adaptada. “Eu me lembro daqueles meses como os mais atarefados e ocupados da minha vida. Precisávamos ter 26 horas no dia, em vez de 24”, explica meu avô. Pintaram todo o imóvel, ampliaram e reformaram a cozinha e compraram móveis de todo tipo. Entre eles, umas poltronas estofadas. “Teve gente que me disse que não fazia muito sentido ter poltronas estofadas, porque acabariam se estragando com a baba das crianças”, diz meu avô. “Mas era disso que se tratava: que aquelas crianças pudessem estar num lugar normal e aprendessem a viver nele.” Se considerarmos que as poltronas só foram substituídas quando ficaram fora de moda, passados muitos anos, pode-se dizer que o trabalho no colégio foi um sucesso.

Mais de um ano depois, chegou o dia tão esperado: em 14 de setembro de 1964, o centro educacional da Aspronaga foi inaugurado. Após uma obstinada insistência de meu avô - consciente do benefício midiático que aquilo traria -, compareceu ao ato ninguém menos que Carmen Polo, mulher do general Franco. No começo, quando ele tentou convidá-la, disseram-lhe que a experiência de ver aquelas crianças poderia ser muito dura para ela. Meu avô não se deu por vencido e voltou à carga repetidas vezes, chegando até a perguntar a um general, se a Senhora (como ela era chamada) ficasse impressionada com algumas crianças excepcionais, o que se podia esperar, então, da sociedade espanhola? O general olhou para ele, desafiante, mas anotou o

pedido. No dia da inauguração, a Senhora compareceu e doou 60 mil pesetas. O Aspronaga era uma realidade. Tinham conseguido.

A jornada de trabalho de Chus termina às cinco da tarde. É a essa hora - depois de uma indispensável e generosa sesta - que Chus veste novamente o casaco e pega a condução de volta para casa. No ponto de ônibus, Eli está à sua espera - ela é uma assistente social contratada por meus avós para cuidar de minha tia, agora que lhes faltam as forças. Com Eli - que Chus considera uma amiga - ela dá um passeio, ouve música ou joga bingo.

Nessa tarde vão dar uma volta e Chus quer tomar sorvete. “Sorvete?”, minha avó se espanta enquanto lhe coloca o cachecol. “Não, Chus, está muito frio, sorvete hoje não.” E Chus olha para mim, depois para minha avó. “Não?” “Não. Outro dia, está bem?” “Tudo bem.” Eu dou força para minha avó. “Está um frio danado, eu não tomaria sorvete hoje nem que me pagassem.” Ela me olha de novo, arqueia a sobrancelha. “Nem eu”, fala.

Chus nunca se queixa, nunca reclama, nunca faz birra, nunca se irrita. Ela é a bondade em estado puro, sem artifícios, sem pretensões, a bondade inconsciente de si mesma. Antes de sair, senta-se um pouco a meu lado enquanto minha avó termina de me contar uma história que viveu poucos dias depois da inauguração do colégio.

Embora a meta tivesse sido alcançada, ainda havia muito a ser conquistado, muito para avançar. A maioria dos preconceitos continuava intacta. “Era de tarde e peguei um ônibus com Chus para voltar para casa. Subimos e nos sentamos ao lado de uma senhora”, relata. “A mulher olhou para Chus, levantou-se e foi sentar noutro lugar. Depois eu a ouvi dizer ‘mongoloide’.” Minha avó exala tristeza enquanto Chus e eu a escutamos. Eu compreendo o significado das palavras, Chus parece compreender a intenção delas, porque seu olhar, mesmo sem saber do que estamos falando, é triste, como se pudesse sentir o que acontece. Olho para ela e digo: “As pessoas são tremendas, né, Chus?” E ela me responde: “Tremendas.”

Essa capacidade de intuir o que está acontecendo sem compreender o que acontece é uma estratégia que define o caráter de Chus. Dadas suas limitações, Chus sempre reuniu um arsenal defensivo para superá-las. É raro, ou pelo menos era, vê-la bloqueada - ela sempre driblava o obstáculo, sempre conseguia evitar a queda num mundo que gira muito mais rápido do que ela. Às vezes com uma inteligência e um sarcasmo - galego - admiráveis. Se a gente lhe perguntava o que estava escrito em

alguma placa e ela não conseguia ler, limitava-se a responder: “Você está cego?” Se não lembrava o que havia para o jantar, simplesmente dizia: “Para o jantar? Segredo.” E se simplesmente não entendia o que a gente estava lhe dizendo, ela cortava: “Não provoque.”

A história do ônibus foi uma das centenas de maus momentos que meus avós tiveram de passar, provavelmente como todo pai de cada criança deficiente daquela época. “Eu me lembro de uma vez, na arquibancada”, diz meu avô, fanático por futebol e torcedor do Deportivo, cujos gritos, quando os centroavantes perdem a bola, são lendários, “que uma senhora sentada atrás de mim xingou o juiz: ‘Debiloide! Vá para o Aspronaga!’” Meu avô se virou e lhe disse que tinha uma filha no Aspronaga e que não entendia o que o árbitro tinha a ver com aquilo. A mulher, decerto alheia a esse tipo de preconceito e simplesmente levada pela fervorosa excitação futebolística, pediu desculpas e lhe deu um abraço.

Foram precisos muitos anos até que a presença de Chus na rua não provocasse olhares constrangidos. E para que isso ocorresse, sem dúvida o crescimento do Aspronaga contribuiu de modo decisivo. Os pais envolvidos no projeto trabalharam loucamente para que o progresso fosse rápido. Durante o primeiro ano mimeografaram uma série de folhetos para divulgar o centro educacional - era assim que se fazia publicidade naquela época. Um desses folhetos está hoje na casa de meus avós. “Posso vê-lo?” A filipeta, que era espalhada pela cidade toda, contém a seguinte mensagem: “La Coruña pelo Aspronaga. Criança deficiente! De agora em diante você não estará mais sozinha.” Ocioso dizer que hoje em dia o slogan não funcionaria muito bem.

Meus avós começaram a dar palestras e a participar de reuniões. Falaram com pais, enfermeiras e médicos. Dedicaram a vida para expor à luz uma questão até então mergulhada na vergonha. As solicitações de matrícula logo superaram a capacidade da instituição. Às melhorias no colégio se uniu, com os anos, a inauguração de um centro laboral para adultos (chamado Lamastelle, onde Chus trabalha) e um centro assistencial para pessoas com deficiências muito profundas, que foi batizado de Ricardo Baró - homenagem a um dos pais que lutou para tornar realidade a ideia do Aspronaga.

O sucesso foi estrepitoso e se estende até nossos dias: hoje o Aspronaga - todas as suas unidades - funciona noite e dia. Centenas de crianças e de adultos sobem todo

dia nos ônibus, entre eles Chus, agarrando-se com suas pequenas mãos às barras laterais para conseguir alcançar o assento sobre o qual se deixarão cair.

“Na verdade, não consegui fazer mais nada na vida”, diz meu avô. “Demos o sangue para isso.” Minha avó me olha. “Os irmãos”, ela me diz. “Os irmãos de Chus foram incríveis, o modo como cuidaram dela, como a protegeram. Nenhum deles jamais me perguntou o que a Chus tinha, nem quando eram pequenininhos. Simplesmente cuidaram dela, perceberam desde pequenos que tinham que fazer isso e pronto”, conclui.

“E em troca? O que a Chus deu a eles?”, pergunto. Eles ficam calados, não porque não saibam o que responder, mas porque têm isso claro: “Somos melhores. Ela nos tornou melhores.”

A conversa termina, fecho minha caderneta cheia de notas e rabiscos que são lembranças, feridas, vivências. Antes de chegar à porta, meu avô me chama, com prudência, como se receasse que o que vai dizer possa me chatear. “Se for escrever alguma coisa sobre isso”, diz sussurrando, “por favor não o faça de modo a parecer que nós queremos inspirar pena, ou que exageramos, nem nada disso. O que sempre quisemos para a Chus é simplesmente o mesmo que qualquer pai quer para seus filhos. Ponto.”

Na rua, Chus e Eli estão voltando do passeio. Amanhã ela vai madrugar de novo, esperar o ônibus e trabalhar. “Chus, vou escrever uma história sobre a sua luta e a dos avós, tudo bem?”, digo, sem a menor intenção de que me compreenda. Ela me olha, sorri e me diz com orgulho: “Não tomei sorvete.”

SOB BOMBAS

Jornalistas na linha de fogo

Atos violentos contra profissionais da imprensa preocupam e mobilizam entidades de classe

CÉLIA COSTA
celia@oglobo.com.br

A cobertura jornalística das manifestações, iniciadas em junho de 2013, contra o aumento das passagens de ônibus está cada vez mais perigosa. Além dos riscos para a atuação dos profissionais de imprensa, em meio a bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e confrontos com uso de pedras e artefatos caseiros, há outras ameaças. Reporteres, cinegrafistas e fotógrafos enfrentam a hostilidade de ambos os lados dos protestos, seja dos que se intitulam black blocs, seja da polícia. No ano passado, segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 114 profissionais foram feridos em todo o país durante a cobertura dos protestos, sendo 23 casos no Rio. Na lista, há profissionais de todos os grandes jornais, emissoras de televisão e agências de notícias. Este ano, já houve pelo menos três casos de violência. Na quinta-feira, durante uma manifestação na Central, o cinegrafista Santiago Ildio Andrade, da Rede Bandeirantes, foi atingido na cabeça por um rojão. Ele já passou por uma cirurgia de quatro horas e está em estado grave.

Entidades de classe estão mobilizadas e preocupadas com o aumento das agressões contra profissionais de imprensa. O presidente da Abraji, José Roberto de Toledo, ressaltou a importância da punição para os responsáveis.

A cada protesto, mais jornalistas viram notícia por serem alvo de violência. Torço para que voltem a ser apenas os narradores e não o sujeito das reportagens. Mas, para que isso aconteça, é preciso que o Estado (Executivo e Judiciário) procure, encontre e puna os responsáveis por essa violência.

ANJ VÊ ATENTADO À LIBERDADE DE IMPRENSA

Marcelo Moreira, conselheiro do International News Safety Institute (Insi) no Brasil, entidade que trata da segurança dos profissionais de imprensa, também acompanha as investigações:

— Em muitas situações, o jornalista está sendo alvo, e não ferido por acidente. Um jornalista é um guardião da sociedade, e qualquer restrição ao seu trabalho, de qual for a origem, é um atentado aos direitos humanos. Esperamos que as autoridades brasileiras cumpram seu papel e identifiquem logo os responsáveis, para não haver impunidade.

Em nota, o vice-presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Francisco Mesquita Neto, disse que o fato constitui um grave atentado "à liberdade de imprensa, ao direito da população de ser livremente informada e ao cidadão de exercer sua profissão". A entidade pediu que os responsáveis pelo ataque sejam punidos com todo o rigor.

A violência, segundo relatos dos profissionais, também tem sido incluída por representantes das chamadas mídias alternativas, que, muitas vezes, se colocam contra profissionais de veículos tradicionais. Por causa das ameaças, os profissionais chegam a ocultar a identificação do local onde trabalham. O repórter do GLOBO Sérgio Ramalho afirma que a hostilidade parte de atípicos mais radicais:

— O repórter passa a ocultar o crachá de identificação para evitar agressões.

O fotógrafo Marco de Paula, do jornal "Estado de S. Paulo", tem no corpo a marca dos protestos do Sete de Setembro. Ele estava em frente ao batalhão da PM na Praça Tiradentes, quando manifestantes



Alvo. Momento em que o cinegrafista, atingido, deixa a câmera cair no chão; terceiro jornalista ferido este ano

começaram a jogar pedras e bombas no prédio. Os PMs revidaram com gás lacrimogêneo. Uma das pastilhas incandescentes do artefato atingiu o seu abraço esquerdo, e a queimadura deixou uma cicatriz. Na mesma semana, ele passou por outro momento de tensão, na Central do Brasil:

— Um integrante das mídias alternativas, todas engajadas nas manifestações, apontou um repórter de uma grande empresa e começou a chamar um grupo para agredi-lo. Houve tumulto.

Pablo Jacob, fotógrafo do GLOBO, foi agredido por PMs durante protesto no Dia dos Professores:

— Três PMs me abordaram de forma violenta, batendo o cassete na minhas costas. Um deles me deu voz de prisão e me acusou de falsidade ideológica. Disse que o meu crachá era falso e que eu não era do GLOBO. Uma advogada interveio.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Fichel Davit, também se pronunciou:

— São muito preocupantes casos como esse em que jornalistas são atingidos quando estão exercendo sua profissão. A gente vê com muita inquietação, porque o papel do jornalista é informar.

A necessidade de punição exemplar para o ato violento foi destacada pelo presidente da Federação

Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schroder:

— Precisa ser repudiado e precisa ser punido exemplarmente. Não só por entidades ligadas à comunicação, mas pela sociedade brasileira como um todo. E o Estado brasileiro precisa reagir à crescente violência contra os jornalistas.

Por nota, a Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão (Abert) pediu rigor na apuração do caso e a criação de novos métodos, que assegurem o direito da população à manifestação pacífica e respeitem o trabalho de profissionais de imprensa. O Sindicato dos Jornalistas do Rio, também por nota, condenou as empresas que não fornecem equipamentos de segurança adequados para os profissionais. A Bandeirantes informou que seus cinegrafistas, normalmente, "usam colete à prova de balas durante coberturas em áreas de conflito". Na quinta-feira, segundo a emissora, Santiago estava a uma certa distância dos pontos de confronto. A Bandeirantes disse ainda que estão sendo apurados todos os detalhes do episódio. ●

Força-tarefa é criada para achar agressor, na página 16

Fotógrafo viu mascarado atirar rojão

Em primeira pessoa

Quando eu olhei para a cena, havia PMs de um lado e manifestantes do outro. No centro da imagem, no canto, tinha um rapaz arriado, de calça jeans, com uma blusa cinza e um lenço preto enrolado no rosto. Tentava acender um morteiro, um foguetezinho. Ele posicionou o artefato na direção dos policiais. O explosivo, infelizmente, acabou atingindo o nosso companheiro. Quando eu levantei a câmera, esse rapaz já corria do local. Fiz até uma foto dele correndo. Ele fez esse ato e saiu correndo. Nem viu o que aconteceu porque, quando a bomba explodiu na cabeça do cinegrafista, o agressor já estava de costas, indo embora. Quando cheguei à Central do Brasil para acompanhar o protesto, eu já tinha percebido que as coisas estavam muito tensas. ●

Fotógrafo do GLOBO que flagrou o ataque ao cinegrafista

Opinião

PISTA

DESDE A entrada em cena de vândalos nas manifestações, há pessoas nas ruas com a clara intenção de incitar o aumento da violência nos confrontos com a polícia.

A FOTO do responsável por disparar o rojão que atingiu o cinegrafista da TV Bandeirantes pode ser o fio da meada que leve a se desvendarem esquemas trevosos por trás da saudável mobilização popular iniciada no ano passado.

23 Jornalista na linha de fogo

23 COSTA, Célia. Jornalistas na linha de fogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.14, 8 fev. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jornalistas-na-linha-de-fogo-atos-violentos-preocupam-mobilizam-entidades-11545016>. Acesso em: 16 set 2015